

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

**O LUGAR DA ARQUITETURA NAS FAVELAS, OU AO CONTRÁRIO:
UM DEBATE ESTRUTURAL**

Andre Orioli

Rio de Janeiro
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

**O LUGAR DA ARQUITETURA NAS FAVELAS, OU AO CONTRÁRIO:
UM DEBATE ESTRUTURAL**

Andre Orioli

Prof^a. Orientadora Dr^a. **Luciana Andrade**

TESE DE DOUTORADO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, COMO REQUISITO PARCIAL
À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM URBANISMO

Rio de Janeiro
2015

P259

Parreiras, Andre Orioli,

O lugar da arquitetura nas favelas, ou ao contrário: um debate estrutural/ Andre Orioli Parreiras. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2015.

xiii,176f. 30 cm.

Orientador: Luciana Andrade.

Tese (Doutorado) – UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2015.

Referências bibliográficas: p.145-153.

1. Habitação de interesse social. 2. Arquitetura – Aspectos sociais. 3. Favelas. I. Andrade, Luciana da Silva. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD 711.13

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

O Lugar da Arquitetura nas favelas, ou ao contrário:
um debate estrutural

Andre Orioli

TESE DE DOUTORADO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, COMO REQUISITO PARCIAL
À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM URBANISMO.

Tese aprovada em 27 de fevereiro de 2015

Prof^a. Dr^a. Luciana da Silva Andrade - Orientadora (PROURB-FAU-UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Andréa de Lacerda Pessoa Borde (PROURB-FAU-UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Eliane da Silva Bessa (PROURB-FAU-UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Clarissa da Costa Moreira (EAU-UFF)

Prof. Dr. Gerônimo Emílio de Almeida Leitão (PPGAU-EAU-UFF)

Rio de Janeiro
2015

Dedicatória

Dedico aos meus filhos e pais, cada um do seu jeito, a todos com muito amor e gratidão.

Agradecimentos

Agradeço à professora Luciana Andrade pela orientação dedicada, assim como pelo carinho com que me recebeu e apoiou durante todo o percurso desta empreitada.

Aos colegas do grupo de pesquisa CiHabE, pelas oportunidades de troca, bem como pelo auxílio na organização do material utilizado na pesquisa. À Ana Freitas, Guiga Leite, Isabela Couto, Isabela Peccini e à Stefany Silva, deixo meu agradecimento.

Agradeço também ao PROURB – FAU – UFRJ pela oportunidade de desenvolver essa pesquisa, assim como a todo seu corpo técnico, em especial às pacientes e prestativas Keila Araújo e Margareth Agostinho, que foram muito queridas e atenciosas em qualquer situação e sob qualquer circunstância.

Aos queridos e queridas:

Ana Beatriz Rocha que sempre esteve disponível para estender a mão nas horas mais complicadas, e também por emprestar os ouvidos nos momentos de maior insegurança.

Jacques Sillos que soube, com sensibilidade, me incentivar em um momento precioso desta caminhada, além do apoio constante.

Sonia Bastos que me auxiliou imensamente com suas contribuições e nossas excelentes discussões à mesa do almoço.

Andréa Borde, por quem tenho um carinho especial e uma grande gratidão, pois foi uma das primeiras pessoas na FAU a confiar no meu trabalho.

Norma Cirilo que sempre me orienta os passos com seu jeito firme e amigo.

Dona Mariazinha que, mesmo aposentada, não me deixa esquecer o carinho que me é tão importante em minha caminhada na FAU.

No âmbito familiar, quero agradecer ao apoio dos meus pais: de diferentes maneiras, cada um esteve muito presente e foi essencial à finalização desta tese.

Também quero agradecer à querida Renata que, vivendo este derradeiro ano sob o mesmo teto que eu, procurou, à sua maneira, estar sempre me apoiando.

ORIOLO PARREIRAS, Andre. O Lugar da Arquitetura nas favelas, ou ao contrário: uma questão estrutural. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) PROURB – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A pesquisa busca desenvolver uma discussão acerca da Arquitetura e do Urbanismo no contexto dos processos de intervenção em favelas, no Rio de Janeiro, partindo da perspectiva da experiência do autor no Programa de Aperfeiçoamento Profissional (PAP) – Modalidade Melhorias Habitacionais, desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto dos Arquitetos do Brasil/ Departamento Rio de Janeiro (IAB/RJ), no âmbito da Unidade de Gestão do Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas nas Regiões Metropolitanas do Rio Janeiro - APD Rio.

Num debate da relação que se estabelece entre a Arquitetura e o Urbanismo junto às favelas, a pesquisa busca reconhecer as dificuldades destas disciplinas em atuar no sentido da ampliação da participação do morador da favela, segundo uma perspectiva emancipadora. Pretende, nesse sentido, apontar para uma abordagem processual do fazer arquitetônico erudito, como meio de diálogo com as dinâmicas sócio espaciais locais no enfrentamento dessa questão.

Palavras-chave: favelas, cidadania, processo de projeto, arquitetura e urbanismo

Abstract

This research aims to discuss the relevance of Architecture and Urbanism in the context of intervention processes in slums in Rio de Janeiro, from the perspective of the author's experience in the Professional Development Program (PAP) - Housing Improvements Category, developed by the Rio de Janeiro City Hall in partnership with the Institute of the Architects of Brazil/Rio de Janeiro Department (IAB/RJ), under the Management Unit of the Program for Disadvantaged Populations in Metropolitan Areas of Rio de Janeiro – APD Rio.

In a debate of the relationship between Architecture & Urbanism and the slums, this research intends to recognize the difficulties of these disciplines in promoting an extended participation of the slum dweller according to an emancipatory perspective. In this sense, this work aims towards a view of the formal architectural design processual approach as a dialogue with the local, social-spatial dynamics as how to tackle the issue of the active engagement of slum dwellers.

Keywords: slums, citizenship, design process, architecture and urbanism

Às vezes, preciso voar para chegar aonde quero.

Francisco Valdean

In SILVA & BARBOSA, 2005, p.84

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2: Fotos do antes e depois da reforma: parede da fachada frontal da casa nº 10 da Travessa da Ladeira, Vila Moretti, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 3: Planta de cobertura (obs.: fora de escala) da casa nº 10 da Travessa da Ladeira, Vila Moretti, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 4: Foto de um dos cômodos da casa nº 387 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 5: Foto da casa nº 387 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 6: Detalhe de telha: ventilação e fixação. Projeto da casa nº 387 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 7: Planta e Planta de Formas (obs.: fora de escala) da casa nº 387 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 8: Foto da casa nº 42 da Rua da União, Vila Moretti, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 9: Foto do Croqui de ampliação da casa nº 42 da Rua da União, Vila Moretti, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 10: Foto da casa nº 1/fundos da Rua Professor Plínio Olinto/Travessa Cravina, Vila São Bento, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 11: Foto da laje com vão para escada de acesso ao pavimento superior da casa nº 16 da Travessa Saturno, Vila União da Paz, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 12: Planta do 2º Pavimento (obs.: fora de escala) da casa nº 292 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 13: Corte Vertical (obs.: fora de escala) da casa nº 292 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 14: Croqui esquemático sobre Planta (obs.: fora de escala) da casa nº 21/fundos da Travessa da Liberdade, Vila Moretti, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 15: Esquema de ventilação/iluminação quartos da casa nº 254/casa 1 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 16: Esquema de ventilação/iluminação quartos da casa nº 254/casa 1 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 17: Foto do cabeçalho do check list da inscrição de número 057 da Vila Moretti - Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 18: Planta de Situação dos projetos realizados na Vila São Bento - Bangu, RJ (obs.: fora de escala). Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 19: Planta de Situação dos projetos realizados na Vila Moretti - Bangu, RJ (obs.: fora de escala). Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 20: Planta de Situação dos projetos realizados na Vila União da Paz - Bangu, RJ (obs.: fora de escala). Fonte: Arquivo Pessoal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
Da contextualização à problematização	05
Os objetivos	10
A razão e a relevância do tema	11
O caminho percorrido	13
A descrição dos capítulos	15
As referências adotadas	15
1 . MELHORIAS HABITACIONAIS EM FAVELAS: UMA EXPERIÊNCIA	
1.1. Apresentação do Programa PAP-APD Rio	22
1.1.1 O trabalho de campo	30
2 . CONTEXTUALIZAÇÃO UM: A RESPEITO DAS FAVELAS	
2.1. Delimitando o espaço de debate: favelas no Rio de Janeiro	58
2.2. Conceito de favela	61
2.3. Processo de formação das favelas no Rio de Janeiro	67
2.4. A urbanização, o Capital e as favelas	71
3 . CONTEXTUALIZAÇÃO DOIS: A RESPEITO DA ARQUITETURA	
3.1. Debatendo a arquitetura e o urbanismo: começando pelo modernismo	82
3.2. A arquitetura e sua identidade na pós-modernidade	88
4 . ARQUITETURA e URBANISMO em FAVELAS: PROCESSO de PROJETO ou PROJETO de um PROCESSO	
4.1. O arquiteto, a postura e a identidade: um ponto de partida	104
4.2. A Arquitetura e seus conteúdos	107
4.2.1 A contextualização	111
4.2.2 A tectônica	112

4.2.3 A composição	114
4.2.4 A habitabilidade	115
4.3. A Arquitetura, seu fazer e as favelas	117
4.3.1 A escala do debate	118
4.3.2 A importância do lugar	122
4.3.3 Das escalas e tempos (do lugar)	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	145
ANEXOS	154

Introdução

O processo de motivação e questionamentos iniciais da presente pesquisa tem origem em 2001, quando a Prefeitura do Rio de Janeiro, em conjunto com o Instituto dos Arquitetos do Brasil/Departamento Rio de Janeiro (IAB/RJ), elabora um programa¹ de melhorias habitacionais em favelas, do qual este autor fez parte como arquiteto residente. Tratou-se de uma ação de dupla função, uma vez que, a fim de capacitar jovens técnicos para atuarem junto às favelas, conformou, também, um *Programa de Aperfeiçoamento Profissional* – PAP.

A Arquitetura e seu lugar junto às complexas dinâmicas espaciais das favelas iria se apresentar, então, tão repleta de questionamentos quanto de possíveis respostas. A oportunidade das melhorias habitacionais e o seu sentido muito próximo e direto às questões do cotidiano e da habitação iriam, por outro lado, trazer algumas certezas íntimas e particulares: a de que a Arquitetura se realiza para e com as pessoas, e que é no *habitar*² que ela deve procurar suas razões e legitimações.

Essa experiência trouxe questionamentos que me seguiram em outros trabalhos relacionados à temática das favelas, a partir dos quais desenvolvemos algumas considerações – de cunho empírico – que vêm buscar, através desta investigação, um espaço de debate melhor fundamentado.

Nesse sentido, tendo como premissa o respeito à cultura e aos significados espaciais locais de toda e cada favela, esta pesquisa se propôs desenvolver uma discussão acerca dos processos de intervenção arquitetônico e urbanístico nessas espacialidades. Dessa maneira, nossa proposta foi promover uma investigação que considerasse a experiência prática então adquirida, unindo-a a debates teóricos, buscando assim discutir alguns significados da relação entre a Arquitetura e as favelas no contexto da cidade do Rio de Janeiro.

¹ O programa será abordado em detalhes mais adiante no texto.

² Segundo o conceito de Lefebvre (2004), onde o espaço formal, físico-espacial (habitat), transmuta-se no espaço vivido, o habitar.

Com mais de um século de existência, uma história iniciada³ na hoje capital fluminense (ABREU, 1994, p.36), então capital do Brasil, as favelas já atravessaram diversas realidades, tanto no campo simbólico quanto no físico espacial. Quase sempre vistas como um *problema* a ser resolvido, grande parte de sua existência foi permeada por políticas remocionistas visando sua erradicação.

A história das favelas se confunde com a do grande problema de déficit e inadequação de habitações observado no país⁴. Um grande problema social que teve seu enfrentamento político modificado a partir do fim da ditadura militar e início do processo de redemocratização do país.

Como exemplo dessa mudança, o Rio de Janeiro, que viu nascer algumas das primeiras favelas do país, testemunhou seu reconhecimento oficial enquanto parte integrante do tecido urbano da cidade, quando, a partir dos anos 1980, a relação entre o poder público e as favelas se modificou, passando o Estado a entender a necessidade de garantir um mínimo

³ Em outras cidades brasileiras as favelas eram conhecidas por outros nomes. O termo favela teve origem a partir do nome do morro da Favela, hoje morro da Providência, que após receber a ocupação dos soldados combatentes de Canudos assim o batizaram (Abreu, 1994, p.37). O termo favela se expandiria como denominação de agrupamentos residenciais similares chegando, mais recentemente, a ser utilizado inclusive internacionalmente. Cabe, ainda, ressaltar que a favela da Providência não foi a primeira favela do Rio de Janeiro, mas sim a favela localizada no morro de Santo Antônio (ABREU, 1994, p.36).

⁴ O déficit habitacional do país em 2010, estimado pela Fundação João Pinheiro, era de 6.490 milhões de habitações, enquanto que o de domicílios urbanos inadequados (carentes de ao menos um item de infraestrutura básica: abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, rede de esgotamento sanitário e de coleta de lixo) era de 13 milhões. (BRASIL, 2013, p.28 e 55).

de infraestrutura urbana para estas localidades⁵ (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2003), pondo fim às políticas de remoção⁶.

Com base no Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, de 1992, que recomendava a inclusão das favelas nos mapas e cadastros da cidade, preservando-se sua tipologia e enfatizando a participação dos moradores nos processos de urbanização (BURGOS, 1998), é lançado, em 1994, o Programa Favela Bairro. Esse Programa durou até 2010, quando foi relançado sob o nome Morar Carioca⁷ que, nesta nova *versão*, passa a contar com um plano de melhorias habitacionais, além de uma perspectiva - de percentuais muito significativos⁸ - de reassentamentos.

O plano de melhorias das habitações - espaço privado - é indubitavelmente uma grande conquista, assim como um enorme desafio em termos de processo e execução. O aumento das possibilidades de reassentamentos pode, por um lado, ser positiva, pois amplia as possibilidades de abordagem da problemática, mas é, sob outra ótica, extremamente preocupante, uma vez que as metodologias de processos participativos desses projetos têm se mostrado invariavelmente insatisfatórias. Dessa maneira, a importância de uma

⁵ As primeiras experiências em urbanização de favelas são bem anteriores ao período citado. Ainda em um momento de muita instabilidade política, em 1957 é criada a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal que, avançando em seu processo de organização, fundam a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara - FAFEG (BURGOS, 1999). O golpe de 1964 traz de volta os processos de remoção que, nem por isso, significariam um retrocesso para as conquistas das populações faveladas. Antes mesmo do golpe, em 1962, já havia sido criada a Companhia de Habitação do estado da Guanabara (COHAB) que tinha, como premissa inicial, a urbanização de favelas, mas que logo se transformaria em agente do programa de erradicação do governo Lacerda (SANTOS, CNF dos, 1981a). É justamente essa política que, indiretamente, dá origem, em 1968, à Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO).

A CODESCO viria a ser, em um contexto político bastante adverso, a responsável pela urbanização de Brás de Pina que, ainda no governo de Lacerda, recusava-se a ceder ao processo de remoção para as recém construídas Vila Aliança e Vila Kennedy. Foi uma conturbada conformação política, com a eleição em 1965 de Negrão de Lima, que gerou espaço, mesmo em terreno pouco propício, para uma experiência pioneira de urbanização de favelas que viria a servir de referência para as demais favelas.

⁶ Apesar do alinhamento de ideias em relação à questão das favelas, as políticas de remoção estiveram, de fato, adormecidas e não extintas. O alinhamento de alguns fatores como o aquecimento da indústria da construção civil, aliado ao Plano Minha Casa Minha Vida - PMCMV, assim como o marco dos grandes eventos, trouxeram as remoções à realidade dos favelados em pleno século XXI, conforme observam ROLNIK (2013) e CARVALHO (2000) e agora, posto em números, por FAULHABER (2014).

⁷ Lançado através da Secretaria Municipal de Habitação, o Programa Morar Carioca, tem a ambiciosa meta de urbanizar todas as favelas da cidade até o ano de 2020. Disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2010/07/27/rio-lanca-programa-de-r-8-bi-para-urbanizar-favelas-ate-2020/>> Acesso em junho/2013.

⁸ No Favela Bairro os reassentamentos eram limitados a 5% do total das moradias sob intervenção.

Arquitetura e de um Urbanismo participativos, no sentido dessas disciplinas irem ao encontro das verdadeiras demandas do lugar, do sentido do *habitar*, se colocou como o centro de nossas discussões.

O retorno do espaço privado como escopo da atuação urbanística aponta para o reconhecimento da importância do *habitar* (LEFEBVRE, 2004) na busca por uma cidadania plena⁹, com a responsabilidade do Estado em prover mecanismos para essa finalidade, práticas abandonadas desde a extinção da *Companhia de Desenvolvimento das Comunidades* – CODESCO¹⁰ (ANDRADE, 2013). As melhorias habitacionais vêm, também, ao encontro do preconizado pela lei federal nº 11.888¹¹, de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica, pública e gratuita para a elaboração de projeto para a construção e reforma de suas habitações.

Passados 20 anos do primeiro Favela Bairro, podemos dizer que uma massa crítica¹² considerável vem sendo acumulada acerca desse campo de atuação para arquitetos e urbanistas, antes praticamente desconhecido. Não é possível, porém, considerar que já se tenha alcançado um ponto satisfatório, capaz de responder de maneira efetiva às demandas dos habitantes dessas espacialidades, às demandas do seu *habitar*.

Apesar dos esforços de pesquisadores e técnicos, as complexas dinâmicas sócio espaciais das favelas, somadas a conjunturas político-econômicas nem sempre favoráveis, ainda têm dificultado o desenvolvimento dos projetos de urbanização segundo uma efetiva participação comunitária, havendo iniciativas que mostram "...fortes indícios de constituir-se

⁹ A cidadania plena, segundo o conceito de Maria Alice Rezende de Carvalho, apud SOUZA (2005, p.6), transcende o acesso à lei e à proteção, se estendendo ao provimento de bens que tornem as pessoas autônomas, libertando-as de redes de subordinação pessoal, tais como "...contravenção, crime organizado, máquinas partidárias clientelistas, igrejas, entidades assistencialistas, etc., para que, como cidadãos livres possam tocar suas vidas privadas, atendendo apenas às regras impessoais e universais do jogo democrático".

¹⁰ A CODESCO foi atuante até 1970 tendo conseguido "sobreviver (melhor seria dizer agonizar) ainda por mais cinco anos e desapareceu, sem alarde, no final de 1975" (SANTOS, CNF dos, 1981a, p. 80).

¹¹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em junho/2013.

¹² Somente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ), são mais de mil trabalhos publicados que possuem o termo favela como assunto. Já os que tratam, também, de urbanismo, ultrapassam cinquenta. Disponível em <<http://www.minerva.ufrj.br/>>. (Acesso em agosto/2013)

mais como prática de legitimação das ações do que propriamente de democratização da política" (CARDOSO *apud* LEITÃO e DELECAVE, 2013, p.280).

Nesse sentido, questionamos se seriam, então, os projetos que não têm sido concebidos para lidar, adequadamente, com estas complexidades. Como ressaltam Leitão e Delecave (2013, p.280): "(...) será preciso que as equipes estruturem processos de planejamento efetivamente participativos", assim como o "poder público, por último, reconhe[ça] a validade dessa efetiva participação organizada dos moradores, (...) como um fator absolutamente necessário para que o programa de urbanização seja bem sucedido." Nessa direção, as bases do Programa Morar Carioca, no seu escopo das melhorias habitacionais, nos dão a oportunidade para *um ajuste de coordenadas*, aproximando a Arquitetura e o Urbanismo na abordagem das questões da cidade, em especial nas favelas.

De fato, analisando sob a ótica dos processos das disciplinas, a integração das diferentes escalas do espaço, tal como proposto no Morar Carioca, possibilitando uma abrangência projetual entre público e privado, em uma abordagem menos fracionada da favela, representa um grande avanço para os programas de urbanização.

Contudo, se, por um lado, trabalhar a urbanização das favelas de modo integrado é, na teoria, muito positivo, por outro, as melhorias habitacionais - enquanto escopo de planejamento - apresentam-se como um *novo* e grande desafio na já difícil, e não equacionada, questão da participação: seja do habitante no processo do projeto, seja da própria Arquitetura na realidade das favelas. É justamente essa a questão que a presente pesquisa se propõe a discutir.

Da contextualização à problematização

Ainda que as primeiras favelas no município tenham sido registradas em data anterior à reforma urbana¹³ que aconteceu na virada do século XIX para o século XX (ABREU, 1994), é justamente durante esse período que se dá o início da expansão dessa *nova* forma de ocupação pelo tecido da cidade. Maurício Abreu, em sua pesquisa através de registros da

¹³ Sobre a reforma urbana ver: BENCHIMOL, 1992.

imprensa, encontrou esse processo descrito em uma forma quase poética no jornal Correio da Manhã:

O êxodo não cessa. (...) A montanha povoa-se. É a caridade da terra... assim vai a pobreza recuando para as eminências, abrigando-se nos cerros, repelida pela Grandeza, pelo fausto arrasador das casas humildes, pelo Progresso que não consente na permanência de um pardieiro no coração da cidade. (Correio da Manhã, 2/6/1907 apud ABREU, 1994, p.38).

Às remoções oriundas da reforma urbana, somavam-se as demolições das habitações coletivas (cortiços) que surgiram no Rio de Janeiro ainda nos tempos do Império. Como foco central de uma política do governo, com a finalidade de *limpar*¹⁴ a cidade - trazer salubridade - as medidas governamentais não vieram acompanhadas de uma política habitacional que pudesse garantir um bom fechamento à equação inicialmente planejada.

"As ordens de despejo eram geralmente afixadas nos portões dos prédios a serem demolidos e definiam prazos extremamente curtos para sua total evacuação. Expulsas de suas residências, a população tinha que resolver rapidamente o problema da moradia." (ABREU, 1994, p.37). Os interesses de pequena parcela da sociedade, uma elite atuando em nome do 'progresso', ditava os rumos da cidade através de um planejamento intencionalmente míope.

"No cortiço a superpopulação e a precariedade dos serviços de infraestrutura (água, esgoto, lixo, energia e gás) somavam-se à precariedade higiênica e à ausência de conforto e privacidade. (...) A República se propôs a cancelar os cortiços por razões urbanísticas e sanitárias explícitas, em busca de uma configuração de prestígio. (...). Não realizou qualquer política habitacional para os pobres. Simplesmente não tomou considerações a moradia para o povo. Desconheceu o problema. Parecia que, para os homens da Reforma Passos, o povo era invisível." (LESSA, 2000, p.296).

No ritmo da abertura e alargamento de ruas e avenidas, da construção de novos e pomposos edifícios, junto a todo esforço e movimento empreendido pelo aburguesamento e

¹⁴ Essa política envolveu muitos interesses e projetou-se para além dos limites do higienismo (ABREU, 1994, p.36). Nesse sentido utilizamos o termo "limpar" indicando alguns destes interesses que agiam em função dos detentores do capital e em face de uma assepsia da cidade, antes de mais nada, econômico-social.

modernização urbana, paradoxalmente - em um sentido cínico da palavra - crescia uma nova imagem de cidade: uma paisagem onde as linhas de vias e edificações planejadas surgiam, agora, permeados pela presença significativa de barracos em conjuntos de aparente desordem. Uma história de segregação socioespacial que se estenderia até os dias de hoje.

Assim, a cidade de favelas, e não as favelas, pode ser entendida como a representação concreta, a materialização de um processo histórico que carrega em si modelos políticos, ideológicos e econômicos que vêm sendo imposto ao país desde o início do século passado. É sobre essa realidade que devemos nos debruçar. Como coloca Carlos Nelson dos Santos:

Um processo histórico, em especial, quando é decifrado pelas suas consequências materiais (no nosso caso, o espaço urbano), apresenta-se muito turvo. Não há formas puras de assentamentos físicos, como não há formas puras de exploração econômica em uma sociedade dada. As cidades se apresentam sempre por meio de configurações conjunturais. (SANTOS, CNF dos, 2009b, p.13).

Nesse sentido, observar a escala dessas conjunturas, assim como seus graus e possíveis influências no fenômeno em análise, é de suma importância. Nada está desconexo; a favela faz parte da cidade que está, sob certos aspectos e níveis, sob a gestão do Estado e do capital, com seus mecanismos de produção e acumulação. Em uma análise direta, o modelo de exploração econômica que vemos materializado nessa configuração de cidade - desigual e segregada - segue, em linhas gerais, sendo o mesmo desde que a primeira favela surgiu na paisagem carioca.

A favela, como forma de morar na cidade deve, dessa maneira, ser compreendida em seu contexto mais estrutural – i.e. no âmbito da economia global e seus interesses – sem, no entanto, ser reduzida a isso. Harvey (2004a, p.233), em sua consideração das utopias como forças construtivas - ou destrutivas - da mudança de nossa geografia histórica nos lembra que "(...) toda materialização do utopismo do livre mercado requer que o processo assente raízes em algum lugar, que ele produza para si alguma espécie de espaço no qual possa funcionar. (...) o capital constrói uma paisagem geográfica à sua própria imagem."

A materialização espacial deste processo é razoavelmente conhecida por todos nós: "Regiões ricas tornam-se mais ricas, deixando regiões pobres ainda mais pobres." (HARVEY,

2004a, p.233). O livre mercado só pode ser garantido com o apoio do Estado, que ocupa, segundo Harvey (2004a, p.234), seu lugar como "o comitê executivo da burguesia". Assim, abordar a questão dos programas de melhorias em áreas pobres deve, sempre, ter este aparente paradoxo sob observação, de maneira que a investigação pretendida possa situar a questão para além das conjunturas mais imediatas e aparentes.

De novo, não se trata de um "problema urbano" e deve-se ter muito cuidado para não começar a inventar uma teoria do (ou contra o...) urbano, sob o risco de escamotear o que verdadeiramente está por trás do que se passa com nossas moradias e nossas cidades. **Não são elas que andam erradas, mas sim a maneira em que estão sendo apropriadas, com uma terrível simplificação dos seus significados, sem nenhum respeito pelas representações a que correspondem.**" (SANTOS, CNF dos, 2009b, p.12, grifo nosso).

O esforço de análise e reflexão acerca da favela e suas questões deve, portanto, ser desenvolvido sob a consideração atenta aos seus contextos e significados. Os processos na favela, sua cultura, seus aspectos físicos e territoriais, econômicos e sociais, devem ter suas conjunturas sempre consideradas como partes integrantes de um processo histórico mais geral. Desta forma, indo do macro ao microssocial, do global ao cotidiano, preocupa-nos buscar uma compreensão acerca de como a Arquitetura e o Urbanismo vêm se relacionando com as – cada vez mais – complexas e dinâmicas questões do meio ambiente urbano contemporâneo, especificamente nas áreas de favelas. Procuraremos compreender o alcance dos processos atuais da Arquitetura e do Urbanismo em sua busca de lidar com essas questões, considerando suas possibilidades e limitações.

A retomada dos programas de urbanização teve, desde seu início, o objetivo de integrar a favela à cidade *formal*¹⁵, uma forma de inclusão social destas áreas, até então negligenciadas pelo poder público. Segundo essa visão, podemos entender então que a favela está "errada" e precisa correção ou, por outra visão, a favela não é parte integrante da cidade. Seja como for, ambas as interpretações apontam para um conflito conceitual no âmago dos propósitos dos programas de urbanização.

¹⁵ "As favelas e loteamentos irregulares são identificados, em geral, pelos órgãos públicos municipais do Rio de Janeiro como espaços informais, em função da ausência do cumprimento de determinadas normas urbanas legais. Nesse caso, os bairros seriam os espaços formais."(SILVA & BARBOSA, 2005, p. 57).

Ainda assim, a evolução no escopo destes programas¹⁶, ganhando uma perspectiva mais abrangente de intervenção, aponta para a ampliação na compreensão da questão urbana – para além das melhorias físico ambientais – na busca da construção da cidadania nas áreas faveladas.

Porém, mesmo exibindo uma proposta razoavelmente desenvolvida, a aplicação dos programas de urbanização - em sua operacionalização - tem se mostrado falha em alguns aspectos, comprometendo, dessa maneira, os benefícios sociais esperados no âmbito dessas políticas. "O plano dá continuidade ao processo de intervenções e de controle urbano nas favelas cariocas, sem que o grau de inserção dos seus moradores na esfera da cidadania seja ampliado." (SOUZA, 2005, p.6).

As diretrizes-base¹⁷ dos programas de urbanização em favelas, por exemplo, preconizam que é fundamental a preservação da identidade local, de seus valores e significados espaciais. Nesse sentido, uma vez que os trabalhos de urbanização encontram considerável dificuldade na construção de um processo participativo de concepção e implementação, o que se tem observado é uma reverberação - nem sempre positiva - das intervenções físico espaciais sobre as outras dimensões da questão urbana no cotidiano da favela.

(...) Não querem saber se essa praça deve ficar aí ou lá, se a bica deve ainda continuar com o ladrão disponível para os moradores, se aquela rua pode mudar de nome, se o campinho do alto do Lote pode ser transferido para outro local e se os donos das tendinhas e biroskas querem deixar os seus pontos. Esse pessoal não respeita os espaços da comunidade...

(...)Eles tentaram aproveitar o máximo dos espaços fora das casas para fazer obra e mudar tudo. Antigamente se plantava um monte de coisas e mesmo sem emprego, agente tinha trabalho, agente capinava, criava galinha quando não porco. **Agora tem umas praças que não serve (sic) para nada...** (SOUZA, 2005, p.12, grifo nosso).

¹⁶ A partir da assinatura do contrato entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no final de 1995, o programa Favela Bairro ganha uma perspectiva mais ampla de intervenção, passando a contemplar também as questões de regularização fundiária assim como as de prestação de serviços sociais (JUNIOR, 2006).

¹⁷ As diretrizes são baseadas nos artigos 148 a 152 do Plano Diretor, quando da criação da AEIS - Área de Especial Interesse Social. (PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1993).

Restritas às possibilidades de um trabalho executado sob a égide de um contrato limitado, com prazos e escopos a serem estritamente cumpridos, sob pena de sanções legais, os projetos de urbanização desenvolvidos pelos escritórios técnicos não têm podido, de fato, elevar a dimensão social das intervenções implementadas.

Entendemos que programas de urbanização dessa ordem só devem ser pensados enquanto um processo de desenvolvimento e implementação conjunto com a comunidade local. Dessa forma, os modelos de concepção urbanística e arquitetônica não-participativos - ou de participação popular limitada - devem ser revistos, sob um comprometimento social, na busca da construção da cidadania de todos, em todas as partes da cidade. Vale lembrar da postura do arquiteto, questionada por Lefebvre:

Os arquitetos parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, mal explicitado como tal e que aparece através de diversos vocábulos: "função", "forma", "estrutura", ou antes, funcionalismo, formalismo e estruturalismo. Elaboram-no não a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir do fato de habitar por eles interpretado. (LEFEBVRE, 2008, p.111).

Assim, a questão que nos colocamos é a respeito de qual papel tem desempenhado a Arquitetura através das intervenções urbanísticas nas favelas, no sentido de contribuir - junto a outras práticas - na promoção da cidadania. A partir de suas possibilidades e limitações, enquanto fazer técnico de fundamentação complexa, como pode ser pensada a Arquitetura enquanto um processo democrático de construção de espaços de maior justiça social? E, nesse sentido, como criar meios para a sustentabilidade desses procedimentos, de forma a mantê-los como um processo aberto, presente e contínuo, de maneira a contribuir como ferramenta de emancipação social das populações atendidas?

Os objetivos

O objetivo geral da pesquisa é discutir o fazer arquitetônico e urbanístico do ponto de vista político, social e cultural. Pretendemos, mais especificamente, debater seus processos em sua relação com as favelas e suas dinâmicas socioculturais e espaciais. São objetivos específicos da pesquisa:

- Registrar a experiência do Programa de Aperfeiçoamento Profissional - PAP, (Modalidade Melhorias Habitacionais em Comunidades Desfavorecidas), sob a perspectiva deste autor.
- Discutir a Arquitetura, enquanto ofício e identidade, na conjuntura da sociedade contemporânea.
- Investigar e debater os processos da Arquitetura e do Urbanismo na intervenção em favelas buscando identificar e melhor compreender suas dificuldades.

Contribuir para a ampliação do conhecimento das questões que envolvem o fazer arquitetônico e urbanístico, em particular em área de favelas, propiciando uma colaboração nas reflexões acerca dos programas e leis atualmente institucionalizados e em vigor¹⁸.

A razão e a relevância do tema

No Brasil, temos hoje uma população que ultrapassa os 11 milhões de habitantes vivendo em aglomerados subnormais¹⁹. Pelo censo de 2010, somente na cidade do Rio de Janeiro, são quase 1,5 milhões vivendo em favelas²⁰, justificando a atenção do poder público a estas áreas o que vem, sob diversas óticas, corroborar a necessidade de políticas de melhorias como as que têm se procurado implementar, de maneira quase contínua, nos últimos 20 anos.

Em 2010 a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro lançou, através da Secretaria Municipal de Habitação, o Programa Morar Carioca que tinha o objetivo de urbanizar todas as favelas da cidade até o final de 2020. Se por um lado poucos projetos foram levados adiante neste contexto, por outro, o indicativo de continuidade das políticas de urbanização foi bastante

¹⁸ Ao nível municipal, no Rio de Janeiro, o Programa Morar Carioca, e ao nível federal a lei nº 11.888, com o debate estendendo-se, ainda, ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

¹⁹ Segundo definição do IBGE, aglomerado subnormal é um conjunto que consiste de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/Aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/tabelas_pdf/tab01.pdf>. (Acesso em janeiro/2014).

²⁰ Estimativa IPP sobre senso IBGE 2010. Disponível em

<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscaricocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF>. (Acesso em agosto/2013).

claro. Nesse mesmo sentido, se confirmava o modelo de programa de urbanização de favelas do Município, que dessa vez, passava a incluir - ao menos em seus documentos - as melhorias habitacionais como parte integrante do escopo. Um grande passo na construção de uma cidade mais igualitária, na busca pelo direito à cidade para todos (Lefebvre, 2008).

Nesse sentido, há que se atentar para o fato de que uma proposta única para realidades tão diferentes - das favelas entre si²¹ - somente pode funcionar se partir do pressuposto de que o conhecimento do lugar é de domínio dos moradores, e que por eles devem passar as ações decisórias, numa relação direta entre os técnicos e a população. Só esse pressuposto pode garantir que a experiência da população local, sua história e sua cultura, venham fecundar as orientações do plano, o que requer uma ampliação dos canais de troca social, cultural e educacional da, e com, a comunidade.

Assim, o que está colocado em questão passa a ser o modo como estas políticas podem, de fato – no que diz respeito ao meio urbano – ser mais efetivas naquilo a que se propõem: propiciar condições de acesso a uma cidadania plena, à realização prática do direito à cidade (LEFEBVRE, 2008). Trata-se, portanto, de pensar o urbano e os projetos urbanísticos não somente sob a perspectiva físico-espacial – do habitat, mas considerá-los sob uma perspectiva mais abrangente, a do *habitar* (LEFEBVRE, 2004) – o que, provavelmente, implica falar de uma formação do arquiteto em termos multi ou transdisciplinar.

Para tal objetivo, é de extrema importância que sejam discutidos os métodos e os processos de projeto, em que a participação deve ser entendida como absolutamente fundamental para o desenvolvimento das propostas urbanísticas e arquitetônicas, tanto na produção de novas espacialidades, como na reabilitação das já existentes. Participação a partir do conhecimento acerca do lugar e, portanto, uma via de mão dupla entre arquitetura e *habitar* (LEFEBVRE, 2004), assumindo e entendendo a sua inseparabilidade. É válido lembrar ainda que na superação da condição original da favela como antítese da cidade, em seu processo de efetiva integração, está em jogo - antes de tudo - um movimento político de disputa e de conquista desta mesma cidade pelos segmentos populares (BURGOS, 2009, p.53).

²¹ O caráter diversificado das favelas é apontado por autores como PASTERNAK TASCHNER, 1998; SILVA, 2005 e VALLADARES, 1981 e 2005a, dentre outros.

Nesse quadro, cabe às ciências sociais, e aos pesquisadores do tema em geral, manter acurado seu marco conceitual, de modo a tornar inteligível, em termos históricos e sociológicos, imaginar que a defesa da cidade – em face da sua privatização – virá das favelas e periferias. Pois neste caso, certamente estará em jogo um outro ideal de cidade. (BURGOS, 2009, p.53).

O caminho percorrido

Para além de uma investigação que procure debruçar a Arquitetura e o Urbanismo sobre as favelas e sua diversidade de tipos, de domínios físicos e territoriais, de contornos sócio espaciais extremamente complexos, entendemos que há que se pensar a disciplina em si, seus processos e métodos, invertendo o sentido comum de análise. Ao invés de pensarmos o que a Arquitetura pode oferecer de melhor para as favelas e suas complexidades, propomos buscar, também, o sentido inverso da construção desse conhecimento, ampliando a compreensão do que as favelas podem acrescentar para a Arquitetura, o Urbanismo, e seus processos.

Dessa maneira, é a partir dos questionamentos iniciados no Programa de Aperfeiçoamento Profissional – PAP²², modalidade Melhorias Habitacionais em Comunidades Desfavorecidas – nos anos de 2001 a 2003 – que nos situamos, desde e através de uma perspectiva empírica, considerando também outros trabalhos por nós realizados, a fim de desenvolver um debate teórico metodológico sobre essa questão.

Assim, buscamos contribuir para o conhecimento dos *processos* do fazer arquitetônico partindo das complexidades das favelas, tratando das potencialidades, possibilidades e limitações da Arquitetura, em um trabalho comprometido com os moradores locais, através de uma pesquisa apoiada em um *processo* aberto de investigação, onde o que está em jogo

²² O PAP foi um programa desenvolvido pela Divisão Técnica do Instituto dos Arquitetos do Brasil/ Departamento Rio de Janeiro (IAB/RJ), destinado a capacitar jovens arquitetos para a atuação em favelas. Objetivava que o profissional, ao final de um curso de técnicas aplicadas e de metodologia do serviço social, desenvolvesse projetos de intervenção em residências situadas em comunidades de baixa renda que haviam sido alvo de intervenções urbanas no âmbito do projeto Bairrinho.

O programa foi custeado com recursos da União Europeia, através de convênio com a Prefeitura da cidade do Rio Janeiro - Secretaria Municipal de Habitação e da Unidade de Gestão do programa de Apoio às Populações Desfavorecidas nas Regiões Metropolitanas do Rio Janeiro – APD- Rio.

O Bairrinho foi uma versão do programa Favela Bairro para favelas de pequeno porte: de 100 a 500 domicílios.

é o tipo de abordagem proposta para os *processos* do fazer arquitetônico. Nesse sentido, cabe, portanto, indicar que temos dois entendimentos, distintos e válidos, para a utilização do termo *processo*: um que se refere a processamento e outro à processualidade (BARROS; KASTRUP, 2009).

As duas compreensões, o caráter mais abrangente, global, de um dos sentidos, termina por compreender, aglutinar, o outro, mais restrito e específico. Na acepção de *processamento*, pautada pela teoria da informação – coleta e análise de informações – localizamos somente parte de nossa temática – do fazer arquitetônico – enquanto procedimento que carece de uma base lógica, que busca um método de operacionalização.

No sentido da *processualidade*, onde os processos são compreendidos como uma dinâmica natural inerente à vida - e toda a gama de complexidade que a envolve - em um movimento contínuo no espaço e no tempo, é onde podemos situar a pesquisa em sua inteireza. Temos, portanto, pela compreensão do processo como processualidade, as bases de nossa pesquisa assente no conceito da cartografia:

A espessura processual é tudo aquilo que impede que o território seja um meio ambiente composto de formas a serem representadas ou de informações a serem coletadas. Em outras palavras, o território espesso contrasta com o meio informacional raso. (BARROS; KASTRUP, 2009, p. 58).

No desenvolvimento da investigação, partimos de uma revisita à experiência no PAP, pelos projetos elaborados por este autor, enquanto arquiteto residente no âmbito do Programa, assim como por algumas visitas às favelas onde atuou. As idas a campo, pequenas incursões etnográficas, não responderam a uma metodologia específica, buscando tão somente uma aproximação no espaço e no tempo da experiência motivadora e seus questionamentos iniciais – sob uma perspectiva empírica da questão – ao momento presente.

Como aporte teórico ao debate procedemos a uma revisão bibliográfica acerca da temática das favelas, da sua história e das políticas públicas que as envolvem. Também foram temas a Arquitetura, seu desenvolvimento e seus processos em uma compreensão de seu quadro atual, assim como a cidade, o urbano e algumas linhas de pensamento acerca deste complexo assunto.

A descrição dos capítulos

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos, como descritos abaixo, concluindo com algumas Considerações Finais:

O Capítulo 1 é uma descrição – narrativa reflexiva – da experiência deste autor no Programa de Aperfeiçoamento Profissional (PAP-APD Rio) em Melhorias Habitacionais em Comunidades Desfavorecidas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O referido trabalho conforma a motivação e os questionamentos iniciais que deram origem à presente pesquisa e situa a perspectiva da vivência prática no interior do debate teórico estabelecido, no Capítulo 4, acerca dos processos da Arquitetura em favelas.

No Capítulo 2 tratamos de abordar as complexidades sócio espaciais das favelas e seu histórico na cidade do Rio de Janeiro. Apresentamos, dessa maneira, o contexto onde o debate em torno do fazer arquitetônico foi especificamente apresentado.

O Capítulo 3 procura contextualizar, de maneira crítica, o percurso da identidade da profissão do arquiteto em sua história recente, como forma de situar seu papel e responsabilidade social, introduzindo por esse caminho a discussão acerca dos processos da Arquitetura no âmbito das favelas.

O Capítulo 4 trata do fazer arquitetônico, debatendo as complexidades inerentes a seu próprio processo, enquanto disciplina, apresentadas na perspectiva das, também complexas, espacialidades das favelas. Essa discussão se dá pelo confronto entre as ideias elaboradas a partir de experiências empíricas, nossas e as registradas na literatura, junto aos argumentos teóricos que dão suporte aos pressupostos considerados.

As referências adotadas

De forma a buscar as respostas aos questionamentos acima, nossa investigação se assentou principalmente nas experiências e ideias de CNF dos Santos, atualizadas por Morin, assim como nas ideias e conceitos de Lefebvre e Harvey. A abordagem das discussões pertinentes sob duas lógicas distintas - a dialógica e a dialética - não deve ser vista sob desconfiança,

compreendendo não se tratar de processos antagônicos. Ao contrário: podemos considerar a dialógica, sob certa perspectiva, como uma forma ampliada da dialética (MORIN, 2000a).

CNF dos Santos nos dá uma demonstração da lógica de seu processo de busca pela compreensão de um fenômeno em análise: "Se o analista for atento, é capaz de evitar tanto o idealismo de certos modelos de explicação da sociedade, um tanto teóricos demais, quanto os empirismos que dispensam exercícios paralelos de reflexão". (SANTOS, CNF dos, 2009b, p.12).

Por outro lado, Lefebvre e sua discussão acerca do *Direito à Cidade* (2008), como a "forma superior dos direitos" (2008, p.134), nos ajuda a melhor compreender a dimensão social do urbanismo, destacando a superação de uma abordagem somente pelos aspectos físico-territoriais e o papel do homem na condição de sujeito da construção da sua própria cidade. Segundo Lefebvre, sociedade e cidade transformam-se constantemente; a cidade é um movimento contínuo onde tempo e espaço são grandezas indissociáveis. Nesse sentido o direito à cidade contempla o direito à liberdade e à individualização na socialização, ao *habitar* e ao direito à obra, entendida como atividade participante (LEFEBVRE, 2008, p.134). Ambos direitos se manifestam como caminhos para uma cidadania plena.

Dos direitos citados, em *A Revolução Urbana* (2004), Lefebvre nos apresenta o conceito do *habitar* que, segundo sua compreensão, transcende os atos elementares de comer, dormir e reproduzir-se (*habitat*). São as vontades individuais, os sonhos, a criatividade e o cotidiano que transformam o espaço formal, instituído: o *habitat* em espaço vivido, no *habitar*.

A escala do humano traz o *habitar* para o primeiro plano das questões do urbano. Esta compreensão, desenvolvida em *A Revolução Urbana* (LEFEBVRE, 2004) é, para as questões das melhorias habitacionais e pela nossa compreensão da importância de uma abordagem não-fragmentada dos espaços urbanos, especialmente no caso das favelas, um suporte teórico de grande interesse no debate das questões postas pela pesquisa.

Lefebvre coloca uma inversão na abordagem das questões do urbano que vão ao encontro, em linhas gerais, da problemática identificada neste trabalho, já nos dando outros indícios do que considerar no decorrer da pesquisa: "Mais que qualquer outro objeto, ele (o urbano) possui um caráter de totalidade altamente complexo, simultaneamente em ato e em

potencial, que visa à pesquisa, que se descobre pouco a pouco, que só se esgotará lentamente e mesmo nunca, talvez." (LEFEBVRE, 2008, p.112).

Assinalando a urgência de uma transformação das *'démarches'* e dos instrumentos intelectuais que se relacionam com as transformações do meio urbano, Lefebvre aponta como necessárias as utopias como formas da busca pelo direito à cidade. Sugere que a utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências (LEFEBVRE, 2008, p.110).

A aplicação prática de pensamentos ou modelos utópicos é justamente um assunto sob o qual Harvey se debruça (HARVEY, 2004a) chegando, inclusive, a desenvolver um conceito – o utopismo dialético – sensivelmente afinado com a proposta de Lefebvre.

Ao analisar os modelos utópicos, Harvey os divide em dois tipos, o utopismo da forma espacial e o do processo social. O utopismo da forma espacial seria aquele que suprime a temporalidade dos processos sociais - a dialética da mudança social - sendo a estabilidade social garantida por uma forma espacial fixa: "A infinita gama de organizações espaciais possíveis traz a perspectiva de um conjunto sem fim de mundos sociais possíveis. O que há de notável nos planos utópicos subsequentes, quando considerados em conjunto, é sua variedade." (HARVEY, 2004a, p.213).

Assim, colocando em poucas palavras, o utopismo da forma espacial, em sua desconexão com a temporalidade social – história real - quando materializado pode ter seu fracasso "atribuído tanto aos processos mobilizados para sua realização como a deficiência espacial *per se*." (HARVEY, 2004a, p.227).

Se as utopias da forma espacial, em função de sua abordagem dos processos, são fadadas ao fracasso, as utopias do processo social, em outro extremo, tendem a não se materializar, por uma desconexão da realidade em um sentido inverso:

As versões idealizadas dos processos sociais, em contrapartida, costumam exprimir-se em termos puramente temporais. São de modo geral literalmente desvinculadas de todo e qualquer lugar, e tipicamente se exprimem totalmente fora das constrações da espacialidade. (...) as utopias do processo social têm o hábito de se perder no romantismo dos projetos

interminavelmente abertos que nunca têm de chegar a um ponto conclusivo (no espaço e no lugar). (HARVEY, 2004a, p.228 e 229).

A partir dessas considerações, Harvey propõe um utopismo dialético "que teria raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo em que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos" (2004a, p.258). O princípio dessa utopia é que sua dialética seja capaz de agir no espaço e no tempo, materializando seus projetos no contexto presente das dinâmicas sociais. Admite que há que se enfrentar os problemas da materialização, o fechamento e a autoridade:

O fechamento (a realização concreta de alguma coisa), seja de que tipo for, contém sua própria autoridade, pois materializar todo e qualquer projeto, por mais flexível que seja sua construção, é impedir antecipadamente, em alguns casos de modo temporário, mas em outros com relativa permanência, a possibilidade de materializar outros projetos. (HARVEY, 2004a, p.257).

A questão da materialização de determinados projetos e sua "autoridade intrínseca" é, justamente, um dos pontos críticos quando tratamos da Arquitetura e do Urbanismo. Ele ganha contornos ainda mais contundentes em determinadas lógicas e (ou) procedimentos encontrados nos programas de intervenção em favelas.

O que parece mais importante, segundo nossa compreensão desse conceito, é o entendimento de que precisamos das utopias para avançar, para fazermos o melhor que podemos, em um processo contínuo. São formas necessárias ao desenvolvimento de alternativas que possam elevar o pensamento, trazendo ideias e possibilidades para além da visão míope que as limitações impostas pelas agruras da realidade cotidiana nos impõe. Que essas utopias são nossas fontes de esperança, de criatividade, e que não são necessariamente, quando partilhadas – construídas participativamente – formas de autoritarismo²³.

Com o auxílio de Harvey, em a *Condição Pós-Moderna* (2012), buscamos assentar o debate sobre o arquiteto e urbanista, trazendo o percurso de sua identidade do período Moderno

²³ Estendendo o pensamento aos níveis institucionais:"(...) enfrentar essa relação entre o livre fluxo da imaginação e o autoritarismo é a tarefa que tem de estar no cerne de toda a política regeneradora que tente ressuscitar ideais utópicos."(HARVEY, 2004a, p.214).

aos tempos atuais, a fim de desenvolver uma reflexão acerca do papel social da profissão. Nesse sentido, recorrendo ainda aos debates apresentados em *A produção Capitalista do Espaço* (2005), buscamos manter as questões levantadas durante a pesquisa, sempre sob a compreensão ampla do contexto global na qual se insere. Nesse sentido, CNF dos Santos, como arquiteto, nos traz também - e justamente - a experiência da importância de se conhecer os contextos, do mais amplo ao mais peculiar, mais particular²⁴.

Assim, enquanto podemos discutir determinadas nuances e consequências dos processos de exploração e acumulação do capital, que são, dentro de nosso tema, fundamentais, sob uma ótica mais abrangente e estrutural, podemos também situar a pesquisa em uma escala mais direta e aplicada.

Harvey (2004a) chama essa espécie de onipresença do capital, desde o global até o local, sua aceção conceitual que se materializa em diferentes tempos, escalas e espaços, como a utopia do livre mercado. Este é um exemplo contundente de como as utopias, orientadas para o processo, de características supostamente abertas ao infinito, ao se realizarem demandam as realidades espaciais, iniciando então seu processo de perda da abertura original:

Processos que fluíam livremente se concretizam em estruturas, em realidades institucionais, sociais, culturais e físicas que adquirem uma permanência, uma fixidez e uma inamovibilidade relativas. Utopias do processo materializado não podem fugir à questão do fechamento ou do acúmulo arraigado de tradições, de inércias institucionais e coisas do gênero que elas mesmas produzem. (HARVEY, 2004a, p.244).

É interessante notar que a utopia do livre mercado não só é presente espacialmente, como sua existência, enquanto processo materializado, deve ser a base sobre a qual qualquer

²⁴ CNF dos Santos em seu artigo "Como e Quando Pode um Arquiteto Virar Antropólogo?" (1980), fala das inquietações que acabariam por levá-lo a se inscrever no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional no Rio de Janeiro, como forma de capacitá-lo a enfrentar as questões que sua profissão lhe apresentava e sua formação não dava conta de suprir: "Para agir como arquiteto sobre os meios urbanos brasileiros era urgente conhecê-los melhor. Era preciso descobrir formas de lê-los estruturalmente, que permitisse entendê-los como um todo e, ao mesmo tempo, dar conta de um sem número de particularidades das quais não se podia fazer tabula rasa, sob pena de perder o essencial, aquilo que, de fato, fazia o "sistema funcionar de verdade." Buscar novos métodos rastreadores das coerências e contradições entre formas das cidades e de seus elementos físicos conformadores e as relações sociais neles contidas."(SANTOS, CNF dos, 1980, p.43)

utopia que se pretenda ligada à realidade precisa assentar seu projeto, ainda que contestatoriamente. "Toda luta contemporânea para conceber uma reconstrução do processo social tem de enfrentar o problema de como derrubar as estruturas (tanto físicas como institucionais) que o próprio livre mercado produziu como características relativamente permanentes do mundo". (HARVEY, 2014a, p.244).

A mensagem de Harvey, da aproximação do campo das ideias ao campo da concretude das coisas, é discutida por CNF dos Santos, em seu livro *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro* (1981a). A esse respeito, e tratando de nuances mais específicas da relação entre Estado e morador, o autor expõe a situação estabelecendo a visão mais ampla da situação:

(...) o que vem a ser Estado, não como elemento útil ao raciocínio, mas como representação culturalmente definida por oposição a uma imagem construída e referenciada de morador?

Estado é autoridade, é quem manda. Se for entendido a partir de uma visão interessada em explicar a sociedade através de macrorrelações, o Estado no Brasil é mesmo um aliado das classes dominantes e um impositor de modelos de capitalismo dependente. Mas isso não diz tudo, porque ele tem de existir através de práticas e seu poder se exerce concretamente por intermédio de instâncias que o refratam. Mas ainda, para que esse poder seja eficaz, tem de ser concessivo, tem de aceitar desvios e contribuições a suas metas puras. Não existe um Estado-máquina que mande em tudo e que receba de volta os resultados dos seus exsumos tais como os planejou, sem qualquer surpresa ou acréscimo. Em outras palavras, para que possa funcionar, o Estado tem de aceitar e incorporar as representações que dele são feitas em todas as suas instâncias executivas e, em particular, nas que têm contato direto com a massa. (SANTOS, CNF dos, 1981a, p.201 e 202).

Nas palavras de CNF dos Santos existe uma compreensão muito interessante, ainda que simples, que não deve ser negligenciada. Nela coabitam possibilidades e limitações que fazem parte do jogo da cidade (SANTOS, CNF dos, 1988). Em relação às formas de dominação, o ponto é, sempre, manter o foco em uma perspectiva mais ampla a fim de que os passos - do pesquisador, do arquiteto ou do morador - possam seguir com razoável firmeza, sem correr o risco de se perder nas diversas, e sutis, formas de alienação que nossa

sociedade do consumo²⁵ vem desenvolvendo com tanta eficiência. Conforme observado por Morin (2000b, p.41):

Os problemas fundamentais e os problemas globais estão ausentes das ciências disciplinares. São salvaguardados apenas na filosofia, mas deixam de ser nutridos pelos aportes das ciências. Nestas condições, as mentes formadas pelas disciplinas perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes, do mesmo modo que para integrá-los em seus conjuntos naturais. O enfraquecimento da percepção do global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade (cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada), assim como ao enfraquecimento da solidariedade (cada qual não mais sente os vínculos com seus concidadãos). (MORIN, 2000b, p.41).

CNF dos Santos, ainda que num sentido mais abrangente das questões da moradia, reitera a orientação da necessidade de se considerar as conjunturas, os processos e a história:

É claro que este assunto não é tão simples. Não caberia em uma análise de duas páginas explicar o que são as cidades brasileiras e dar os "comos" e os "porquês" da ação do estado e do Capital em cima delas. Porém, atacar problemas setoriais como o da moradia, sem pelo menos mostrar que eles não estão soltos no ar, só serve para deixar as coisas confusas. Aliás, esta é uma trapalhada feita de propósito muitas vezes. Cidades e formas de habitação são apostrofadas, dissecadas e até "resolvidas" como se constituíssem em um quadro fechado e referenciado a si mesmo, quando é tudo ao contrário. (SANTOS, CNF dos, 2009b, p.13).

No sentido da observação tecida por CNF dos Santos, Morin (2000b, p.43) segue estabelecendo que adequar e contextualizar plenamente o objeto em debate deve ser condição chave na busca pela construção do conhecimento: "A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional".

²⁵ Em um esforço (exercício de sistematização) Barbosa (2004, p.57) enumera, a partir de diferentes autores as características mais associadas à sociedade de consumo: "Sociedade capitalista e de mercado; Acumulação de cultura material sob a forma de mercadorias e serviços; Compra como a principal forma de aquisição de bens e serviços; Consumo de massas e para as massas; Alta taxa de consumo individual; Taxa de descarte das mercadorias quase tão grande quanto a de aquisição; Consumo de moda (novidade); Consumidor como um agente social e legalmente reconhecido nas transações econômicas."

1 . MELHORIAS HABITACIONAIS EM FAVELAS: UMA EXPERIÊNCIA

1.1. Apresentação²⁶ do Programa PAP - APD Rio

A inseparabilidade entre a questão do urbano e da Arquitetura na realidade das favelas é colocada pela vivência do cotidiano, não demandando conhecimento erudito, de disciplinas acadêmicas, para a compreensão das suas principais implicações. Essa característica fortalece ainda mais o conceito do *habitar* (LEFEBVRE, 2004), entendendo a casa, habitação, também na sua extensão com a rua e a cidade, determinando como ela se relaciona com os espaços adjacentes e urbanos. A casa como espaço onde o morador se expressa, enquanto indivíduo e enquanto ser social.

Como observado por Andrade, a casa pode crescer em um contexto de apropriação das áreas do entorno, ampliando, assim, as dimensões da habitação e o seu papel no habitar coletivo.

(...) tomando como referência favelas com características sociais distintas, localizadas em diferentes áreas da cidade²⁷, podemos afirmar que são práticas que ocorrem em todas as favelas: a ocupação dos espaços livres para fins particulares, a diluição da fronteira entre a casa e a rua para o desenvolvimento de atividades domésticas, o uso do recurso do "gato" para a obtenção de serviços urbanos e, principalmente, a construção desenfreada de edificações em quase todos os espaços livres encontrados. (ANDRADE, 2002, p.199).

Assim, buscamos trazer nossa experiência no Programa de Aperfeiçoamento Profissional (PAP), modalidade Melhorias Habitacionais em Comunidades Desfavorecidas, ocorrido nos anos de 2001 a 2003, tendo a escala da habitação como perspectiva para unir Arquitetura e Urbanismo em um só ponto do debate que queremos desenvolver.

O PAP foi um programa desenvolvido pela Divisão Técnica do Instituto dos Arquitetos do Brasil/ Departamento Rio de Janeiro (IAB/RJ), destinado a capacitar jovens arquitetos para a atuação em favelas. Tinha por objetivo fazer com que o profissional, ao final de um curso de

²⁶ Para a narrativa de uma experiência de campo, nos pareceu mais adequada uma redação na primeira pessoa.

²⁷ Por exemplo, São Carlos, Providência e Ladeira dos Funcionários, localizadas na AP-1; Cantagalo e Mata Machado, na AP-2; Serrinha e Morro União, na AP-3; Chico Mendes e Rio das Pedras, na AP-4 e Caminho do Lúcio e Mangueiral na AP-5. Ver dados sobre estas favelas em IPP (1997).

técnicas aplicadas e de metodologia do serviço social, desenvolvesse projetos de intervenção em residências situadas em comunidades de baixa renda.

O programa²⁸ foi parte das iniciativas da Unidade de Gestão do Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas nas Regiões Metropolitanas do Rio Janeiro - **APD Rio**, criada em 1988 com o intuito de desenvolver um projeto-piloto de desenvolvimento urbano para favelas de pequeno porte que, nesse período, não estivessem ao alcance de outros programas existentes, como o Favela Bairro. As favelas que participaram das ações da APD Rio, e nas quais atuei através do PAP, foram: Vila Moretti, Vila São Bento e Vila União da Paz, situadas no bairro de Bangu, Rio de Janeiro. Outras duas Favelas, situadas na zona sul da cidade também participaram do programa: Parque da Cidade e Vila Benjamin Constant.

As modalidades de ação da APD Rio consistiam, descritas de modo sintético, em um conjunto de atividades que abrangiam diversas frentes: socioculturais, esportivas e de lazer, como iniciativas de desenvolvimento social; trabalhos de geração de renda, incluindo o fomento de sistemas de microcrédito; regularização fundiária, urbanização e melhorias habitacionais. Seus principais objetivos eram, portanto:

- A melhoria das condições de vida das populações mais desfavorecidas, abrangendo os moradores das favelas contempladas e do entorno próximo, através do controle e da redução dos fatores de exclusão social.
- O reforço da política de reestruturação progressiva dos assentamentos informais e de integração social e econômica dos moradores aos mecanismos de desenvolvimento da cidade (dita) formal²⁹.

É nesse contexto que fui um dos arquitetos residentes, como éramos chamados naquela ocasião, do PAP. Esse nome teve origem em um paralelo entre nossa formação no curso de aperfeiçoamento, com aplicação nas favelas, e as chamadas residências médicas que completam a formação acadêmica em medicina.

²⁸ Custeado com recursos da União Europeia, através de convênio com a Prefeitura da Cidade do Rio Janeiro/Secretaria Municipal de Habitação.

²⁹ "As favelas e loteamentos irregulares são identificados, em geral, pelos órgãos públicos municipais do Rio de Janeiro como espaços informais, em função da ausência do cumprimento de determinadas normas urbanas legais. Nesse caso, os bairros seriam os espaços formais." (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 57).

O PAP – APD Rio tratava de uma questão da arquitetura aplicando-a ao campo social. Terminava, dessa maneira, por cumprir dois objetivos: atender as populações excluídas de qualquer assistência técnica quanto às questões de sua habitação, ao mesmo tempo que propiciava ao arquiteto a oportunidade de um aperfeiçoamento profissional, com uma aplicação prática em uma atividade com um conteúdo técnico e social específico.

A equipe técnica do PAP³⁰ foi composta por 20 arquitetos residentes, selecionados em um processo de caráter público; 6 arquitetos entre orientadores e consultores; um arquiteto coordenador e uma assistente; uma consultora de serviço social e 5 estagiárias de serviço social, assim como um auxiliar administrativo.

O programa foi dividido em duas etapas, sendo a primeira de capacitação teórica e a segunda de aplicação prática. Na primeira etapa foram ministradas 5 disciplinas teóricas com uma carga horária de 30h cada. O conteúdo de cada uma das disciplinas, orientado especificamente para o objeto de interesse do trabalho era³¹:

- Metodologia do Trabalho Social: estudo das condições físicas e sociais das áreas onde foram desenvolvidas as aplicações práticas, fundamentação teórica de metodologia participativa, através de revisão bibliográfica específica, complementada por palestras de profissionais envolvidos em práticas similares.
- Conforto Ambiental e Conservação de Energia: revisão dos fundamentos teóricos de conforto ambiental visando a aplicação prática no projeto. Desenvolvimento de técnicas de diagnóstico e intervenção, principalmente nos aspectos relativos à insolação e ventilação dos compartimentos, de modo a garantir padrões mínimos de conforto e salubridade nas unidades habitacionais.

³⁰ A Equipe Técnica do PAP, na área de arquitetura, foi composta pelos arquitetos residentes: Andre Orioli, Antonio Geraldo Alves, Fabiana Dias da Silva, Fabiano Jardim Santos, Fernanda Pecego M. Alves, Fernanda Velasco Bizzo, Helga Santos da Silva, Luana Carvalho Grzybowski, Luiz Henrique Mendes, Maria Fernanda Lemos, Regina Helena Teixeira, Renata de Castro, Rosália de Camargo e Wilder Ferrer Tenicela; pelos arquitetos orientadores e consultores: Ana Margarida Koatz, Laura Elza, Maurício Campbell, Osvaldo Carvalho, Victor Sportelli e Lourdes Zunino; pelo arquiteto coordenador Jeronimo de Moraes e pela arquiteta assistente Adriana Duarte.

Os outros profissionais integrantes da equipe foram a consultora de serviço social Tania Mendes; as estagiárias de serviço social Carolina da Cunha, Aline Rocha, Mariana Pereira, Carla de Cássia e Andréia Bastos e a auxiliar administrativa Alessandra Carneiro.

³¹ Descrição compilada de texto de autoria de Neto, J. de M., 2013, arquivo pessoal.

- Análise Estrutural e Patologia da Construção: instrumentalização do arquiteto para a análise e verificação do sistema estrutural existente, sobretudo nos casos de ampliação vertical, e ainda a localização e determinação de eventuais anomalias patológicas nas construções.
- Técnicas Construtivas e Orçamento: revisão das técnicas e sistemas construtivos usuais nas comunidades, buscando orientar o seu aprimoramento através de cartilhas, além de técnicas de orçamento para possibilitar o financiamento do material de construção pela Caixa Econômica Federal.
- Instalações Prediais: revisão das disciplinas de instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de gás, enfocando apenas a edificação típica. Análise das instalações existentes, verificação das condições de risco de incêndio e sanitárias. Capacitação para uma vistoria expedita e metodologia para elaboração de proposta de solução do problema encontrado.

A segunda etapa, da aplicação prática, consistia na ida a campo - visita às residências inscritas no programa - para levantamento físico e social³² e elaboração de diagnóstico técnico da habitação. A partir disso elaborava-se um projeto de intervenção, a ser submetido a um orientador, arquiteto mais experiente, que tinha a função de validar as propostas apresentadas. Ao arquiteto orientador também cumpria um papel de debater soluções e apontar caminhos no desenvolvimento dos projetos, dependendo da necessidade específica de cada arquiteto ou de cada caso. Conforme o grau de complexidade de determinada situação, esta poderia ainda ser encaminhada para uma consultoria especializada. Depois de finalizada a proposta de intervenção, o projeto era então apresentado para apreciação e eventual aprovação do morador.

Os casos de projetos não aprovados em primeira instância se restringiram, basicamente, a questões relacionadas à situação financeira do morador, com tentativas de uma ainda maior simplificação na intervenção, de modo que o morador pudesse arcar com o valor do material ou, às vezes, a busca de uma estratégia para conseguir alguma concessão adicional por parte do programa, hipótese que trataremos mais adiante.

³² Cujas elaborações podem ser vistas junto aos anexos, nas fichas de *check list*, dos projetos citados neste capítulo.

Com respeito à aprovação em primeira instância dos projetos apresentados, ela podia ocorrer de duas maneiras. No primeiro caso, tratava-se de projetos de intervenções muito pequenas, com pouca margem para 'discordâncias'; ou, então, ocorria uma dinâmica implícita, produzida e reforçada pela imposição da metodologia do programa, que definia uma lista de prioridades para as intervenções, onde a vontade do morador não necessariamente poderia ser atendida, colocando-o, eventualmente, na posição de 'assistido' e não de cliente.

A população local tomava conhecimento do programa através de divulgação prévia na comunidade, seguida de uma apresentação pública em assembleia de moradores, sendo - a partir de então - abertas inscrições aos interessados em participar. A princípio, a Caixa Econômica Federal (CEF) seria uma parceira no desenvolvimento das obras de melhorias, facilitando, aos inscritos no programa, o acesso ao crédito para a compra de material. Ocorre que, entre o apoio institucional da CEF e o real interesse dos gerentes das agências locais na desburocratização do acesso ao crédito, havia uma considerável distância, o que acabou por inviabilizar a parceria na prática.

As regras para participar do programa eram bastante simples e também interessantes, considerando a equação "assistência X contrapartida": o morador receberia a orientação técnica de profissionais, através do diagnóstico e elaboração de projeto para sua residência,

assim como um crédito/ordem de serviço (OS) de até R\$ 750,00³³, a ser utilizado via uma cooperativa/associação de trabalhadores autônomos da construção civil (ATA), para o pagamento da mão de obra na execução do projeto desenvolvido pelo programa.

Em contrapartida lhe caberia arcar com a compra do material necessário para a execução da obra. A ideia de a verba ser oferecida para custear a mão de obra e não o material tinha como intenção - finalidade - garantir que a obra fosse executada por profissionais, procurando assim evitar vícios e patologias oriundas da má execução bastante presente na autoconstrução. Essa ideia, contudo, não foi exitosa, haja vista o número elevado de patologias apresentadas nas obras executadas³⁴ pelos profissionais da ATA. Essa é uma outra discussão, que diz respeito ao baixo nível técnico presente na massa dos trabalhadores da construção civil do país. Relaciona-se com nosso tema porque é a partir desse *know-how* que grande parte das autoconstruções é erguida.

Ao se inscrever no programa, o morador era contatado pelo arquiteto residente que agendava a primeira visita, quando se procedia ao levantamento físico e social - da residência e seus residentes -, além da elaboração de um diagnóstico técnico. O diagnóstico cumpria uma dupla função, que era a de apontar as prioridades de intervenção, segundo as determinações do programa, assim como mostrá-las – junto aos seus porquês – ao morador.

³³ O valor da OS, ainda que baixo, deve ser visto sob a perspectiva de que tratamos de uma realidade econômica distante mais de dez anos. Dessa maneira, ao tratarmos desse montante, devemos considerar que na atualização de valores monetários podem ser utilizados diversos índices, a depender do que pretendemos com essa informação. No caso, para atualizar o valor de R\$ 750,00, utilizado na contratação de mão de obra do Programa (APD Rio), utilizamos três índices, a saber:

A - o Índice do Custo de Mão de Obra da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro, levantado pelo IBGE

B - o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), indicador oficial da inflação no país

C - o índice da variação do Salário Mínimo

Cada um deles fornece uma visão distinta do significado do valor que o montante de R\$750 teria hoje:

A - para manter a capacidade de contratação de mão de obra que R\$ 750,00 tinham em junho de 2002 o valor em dezembro de 2014 deveria ser de R\$ 2.361,67

B - para acompanhar o poder aquisitivo da moeda, em termos da cesta de consumo média (“inflação”), o mesmo deveria ser R\$ 1.631,73

C - para manter uma “paridade” com a evolução do salário mínimo, que ainda é um valor de referência muito considerado pela população, o mesmo teria que ser R\$ 2.715,00

Essas disparidades refletem a evolução diferenciada dos preços da economia, mostrando o aumento real dos salários verificado no período, uma vez que os salários da mão de obra na construção e, principalmente, o salário mínimo subiram bem acima dos preços da cesta de consumo.

³⁴ Como exemplo, vide o relatório da vistoria de obra do Anexo 04.

Assim, não era pouco comum que seus desejos e planos, quanto à intervenção imaginada para sua residência, não coincidisse com aquilo que, por imposição metodológica, eram prioridades que deveríamos propor.

As prioridades de intervenção³⁵, em ordem hierárquica eram:

- **Eliminação de riscos de vida e patrimônio:**
O diagnóstico sempre deverá apontar as eventuais deficiências no sistema estrutural, recalque de fundações, oxidação de armaduras, fissuras nas vigas e lajes, e outras anomalias do sistema estrutural. O sistema de instalações elétricas e de gás também é verificado quanto ao risco de incêndio. Outras questões também são analisadas como possibilidade de inundações e deslizamentos, e ainda questões mais simples, porém não menos importantes como a determinação de possibilidades de graves acidentes domésticos a partir da ausência de guarda corpo, corrimãos e outros dispositivos de segurança.
- **Adequação sanitária:**
Sistema de esgoto sanitário e o recolhimento de lixo. Aspectos de revestimentos impermeáveis em áreas de cozinha e banheiro, revestimentos externos e lajes também poderão ser apontados como obras prioritárias.
- **Níveis satisfatórios de conforto ambiental e conservação de energia:**
A elaboração de um projeto que ofereça níveis ótimos de conforto ambiental é bastante complexa, cada área de conforto ambiental apresenta especificidades que implicam em soluções arquitetônicas próprias e, não raro conflitantes. O diagnóstico deve identificar os problemas mais prementes buscando soluções que, na medida do possível, permitam a compatibilização das soluções de conforto (higro-térmico, acústico, iluminação e ventilação natural) com eficiência energética da edificação.

A metodologia do programa era bem clara e específica, bastante apropriada para a limitação da verba de que dispúnhamos e também para a realidade de nosso trabalho junto àquelas famílias. Ocorre que éramos arquitetos e naturalmente querendo contribuir com a Arquitetura em seu sentido mais amplo, mas, como parte de um programa, tínhamos uma orientação a seguir. Esta Arquitetura a que nos referimos, de significado ampliado, será tratada no Capítulo 4 em: "A Arquitetura e seus conteúdos".

³⁵ Descrição compilada de texto de autoria de Neto, J. de M, 2003. Arquivo particular.

O trabalho junto às melhorias habitacionais era algo tão aplicado, tão responsivo às demandas metodologicamente estruturadas que, uma lição até então perseguida por nós, jovens arquitetos, parecia ser deixada de lado: a de que para se fazer arquitetura deveríamos exceder o mero exercício técnico processual, buscando assentar qualquer desenvolvimento em bases teórico conceituais - estruturadas pelo lugar - conferindo-lhe assim, uma fundamentação capaz de justificar-se a si mesma enquanto obra e representação.

Longe disso, o que estávamos fazendo parecia ser um arremedo, algo que se situava entre a tentativa de compreender o lugar e suas possibilidades – sua Arquitetura – e a resposta pontual a uma metodologia da segurança e da urgência – a 'Arquitetura do possível': o possível do programa, com restrições quase tão absolutas quanto as próprias condições que por vezes encontrávamos e que deveríamos *melhorar*.

A busca pela compreensão de como eram e se estruturavam algumas das dinâmicas geradoras dessa 'Arquitetura do possível' é onde, justamente, residia o grande desafio teórico-metodológico para que se organizassem processos de projeto, do fazer arquitetônico, que dialogassem com as habitações na favela. Como havia dito CNF dos Santos:

(...) fui me transmutando em observador das inter-relações sociais e das redes de significados. Com a prática, eu e meus colegas fomos notando que isto parecia contar mais para os favelados do que as razões materiais ou práticas, em cujo incontestado predomínio acreditávamos ao entrar nas favelas como neófitos. De fato, fomos vendo que o mais fascinante resultado do que fazíamos era o que acontecia a partir daí e totalmente fora do nosso controle. Quanto mais inventávamos sofisticadas maquinações sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, mais éramos superados pelos processos do dia-a-dia individual e coletivo dos moradores. (SANTOS, CNF dos, 1980, p.42 e 43).

Dessa maneira, o que pudemos descobrir das favelas atendidas pelo PAP foi bastante rico, no sentido do *acesso* à casa dos moradores. Poder conhecer – pela via dos seus interesses³⁶

³⁶ Da mesma maneira que a presença do Programa e seus possíveis “ganhos” facilitam e propiciam um maior acesso ao diálogo com os moradores acerca de seus planos futuros envolvendo a moradia, a mesma situação também pode levar a eventuais manipulações e distorções baseadas nessa mesma ideia do “ganho”.

– ainda que limitadamente, o sentido do *habitar* (LEFEBVRE, 2004), desde uma perspectiva a partir da habitação, só fez ampliar a compreensão e reforçar a ideia da necessidade do fator presença para o desenvolvimento da Arquitetura. O que leva a alguns questionamentos a serem feitos ao arquiteto:

O que é uma favela? - E uma casa de cômodos? (...) Cada pergunta terá tantas respostas quantas sejam as visões e as razões de cada ator implicado. E cada ator trará para sua interpretação a carga de sua pertinência de classe, mais as especificidades de sua formação, mais seus interesses de vida. Tudo isso será traduzido por uma linguagem cultural. A não ser nos seus termos mais gerais, um empresário capitalista, um tecnocrata do Governo e um morador de uma das muitas formas de *habitat* para pobres no Rio NÃO estão se referindo à mesma coisa quando tentam balizar o que entendem por problema habitacional. (SANTOS, CNF dos, 2009b, p.11).

São estas tantas diferenças de *leitura* a que se refere CNF dos Santos que estão na origem do problema habitacional e é também por elas que ele tende a se perpetuar. Nesse sentido tratamos de compreender onde se insere a Arquitetura nessa grande conjuntura, para que possamos, ao menos, ter uma visão que abranja a questão de maneira razoavelmente contextualizada.

1.1.1. O trabalho de campo

Assumindo as limitações do programa – no sentido de sua impossibilidade de tratar da Arquitetura numa acepção mais ampla, uma acepção que poderia olhar para o *habitar* em seu sentido mais completo, e não somente por meio do *habitat* (LEFEBVRE, 2004) –, foi nas questões relacionadas às condições estruturais das habitações onde enfrentamos – em termos técnicos – uma parte grande do nosso desafio no trabalho do PAP.

Como a prioridade número um do programa, e ainda que não fosse, era a eliminação dos riscos de vida e patrimônio, surgiram em diferentes situações, e de diferentes maneiras, limitações efetivas em se identificar possíveis deficiências no sistema estrutural das casas que deveríamos intervir

Nas vistorias realizadas, a situação estrutural³⁷ se colocou – por vezes – como determinante na condução do processo junto ao morador. Em razão da impossibilidade de recursos financeiros, o direcionamento dado, muitas vezes, não era no sentido de sanar o problema, mas simplesmente diagnosticá-lo – quando esse fosse desconhecido – e direcionar a atuação do programa dentro de suas ‘reais’ possibilidades de atuação. Nesse sentido caberia um questionamento: do que realmente estávamos participando? de uma iniciativa incapaz de atender às reais demandas dos moradores?!

³⁷ Antes de partirmos para a atividade de campo houve, conforme descrevi, a parte teórica do programa, quando fomos apresentados à metodologia de trabalho, na qual foi também fundamentado todo o módulo de capacitação que receberíamos. Foi realmente uma experiência valiosa rever aquelas disciplinas, abordadas a partir de perspectiva tão aplicada, e por professores em tamanha sintonia com o trabalho a se realizar. Ao final do processo, o êxito da capacitação era evidente, tamanho o número e a qualidade das horas investidas. Porém, já ali, no contexto da sala de aula, se evidenciavam pontos de extrema complexidade a nos aguardar no trabalho junto às residências. De um desses pontos, a seguinte passagem é bem ilustrativa.

Na capacitação de Análise Estrutural e Patologia da Construção, o professor arquiteto e engenheiro Osvaldo Carvalho nos trouxe o tema de como as paredes de alvenaria de vedação, de blocos cerâmicos, em última análise e quando solicitadas, também contribuem na sustentação de casas de estrutura convencional. Isso é algo que, pelo cálculo de aprovação legal, não se pode fazer: esses blocos – tijolos – só podem ser utilizados como elementos de vedação e não podem ser considerados na composição estrutural de nenhum sistema. Mas como trabalhar em uma realidade sem querer enxergá-la?

Bem, se as paredes de vedação têm alguma participação estrutural na composição do sistema, então como fazemos para inseri-las na equação? Na ocasião, uma pergunta ansiosa e empolgada e uma resposta simples e direta: “não podemos”. Porque, uma vez que não são um elemento estrutural, não havia ensaios desses blocos à compressão e, portanto, não havia a informação de quanta carga os mesmos poderiam suportar. Ademais, complementava a resposta: “os tijolos não têm um padrão mínimo de fabricação; de uma olaria para a outra as características variam muito”.

Como era possível termos uma informação tão preciosa, que poderia nos auxiliar tanto no trabalho junto às casas nas favelas, e no final não poder tratá-la mais do que conceitualmente? Assim com a ingenuidade, a determinação e também a ignorância que acometem, em geral, aos mais jovens, não aceitei aquela negativa. Como eu trabalharia com três favelas em Bangu, parti para o comércio local das favelas com o intuito de adquirir lotes de tijolos que, em teoria, seriam da mesma procedência dos que se utilizavam os moradores locais na construção de suas casas. Só consegui levantar duas origens distintas dos blocos vendidos na região, um vinha de Campos - RJ e o outro de Itaboraí - RJ. Assim voltei com o carro carregado com dois lotes e os completei com um terceiro, comprado na Zona Sul, com a finalidade de validar o ensaio à compressão que eu realizaria no laboratório da FAU - UFRJ.

Com o auxílio do professor Jeferson Salazar procedemos ao ensaio de determinação de resistência à compressão dos blocos conforme a NBR-6461. Assim, na aula seguinte de estruturas do PAP levei os resultados: os blocos cerâmicos apresentavam uma resistência média de 1,28; 1,41 e 1,67 MPa cada lote, respectivamente. A teoria da variação entre os blocos de diferentes olarias estava comprovada assim como a inutilidade de meu ensaio. Seria preciso, para que pudéssemos utilizar dados referentes a resistência das alvenarias de vedação como elementos participantes do sistema, que eu houvesse realizado ensaios à compressão de paredes inteiras uma vez que o comportamento de uma parede deve considerar outras variáveis como o tipo de massa de assentamento, o prumo, etc. Uma melhor comunicação minha com o professor Osvaldo teria me poupado bastante trabalho mas por outro lado não nos traria, como não nos trouxe, uma solução efetiva para as questões de análise estrutural *in loco* que, mais à frente, seríamos postos a enfrentar.

Com certeza essa contestação tem seu cabimento, sob uma determinada perspectiva. Sob outra ótica, a oportunidade de aproximação do técnico à verdadeira dinâmica da qual aquele *habitar* é constituído, nos indica um caminho que não se deve ignorar. Ou seja, a ampliação dessa experiência no espaço e, principalmente no tempo, de maneira que esse encontro possa acontecer de forma integral, entre o popular e o erudito, onde essas realidades possam se conhecer e interagir verdadeiramente, se mostra como uma real possibilidade para a atuação da Arquitetura nas favelas e para a contribuição das favelas ao contexto da Arquitetura.

Como descrito acima, temos, a título de exemplo, o caso da residência da Sra. D em Vila Moretti, Bangu. Em memorial elaborado junto à residência e à família, foi requisitado ao programa a ampliação vertical da casa com a construção de mais dois quartos na laje de cobertura que já possuía, inclusive, uma escada em concreto armado como forma de acesso. O diagnóstico técnico apontava, porém, para um severo risco estrutural em função de um alto índice de infiltração na parte inferior da parede na fachada frontal da casa.



Figuras 1 e 2: Fotos do antes e depois da reforma: parede da fachada frontal da casa nº 10 da Travessa da Ladeira, Vila Moretti, Bangu, RJ – Residência da Sra. D. Fonte: Arquivo Pessoal.

A orientação desse caso foi, segundo a metodologia do programa, um processo sem maiores complicações. Apresentadas as justificativas e explicadas as prioridades a que a ação do programa estava sujeita, a própria moradora responsável pela residência concordou em procedermos a uma ação com vistas a, na medida de nossas limitações, reduzirmos os riscos relacionados à situação diagnosticada. Dessa maneira a proposta foi orientada no sentido de

diagnosticar, através sondagem no chão do banheiro junto a parede e na própria, o foco da infiltração assim como executar os serviços necessários à sua eliminação.

Esse é um caso típico do PAP, no sentido de que podemos relatá-lo, da maneira como foi feito, linearmente, que é, em última instância, como o trabalho se realizou. Por outro lado, existe todo o processo que decorreu nesse curto espaço de tempo e que deixa algumas e importantes questões para a reflexão. Atendo-nos somente ao serviço executado pelo programa, é importante estabelecermos uma discussão acerca de um processo pontual de intervenção em uma dinâmica de natureza contínua no espaço e no tempo.

A Sra. D, após devidamente esclarecida e convencida de que o programa deveria atuar sobre a questão do risco de sua residência, nos informou que a Defesa Civil já havia ‘tentado’ interditar sua casa pela situação que apontamos. Adicionou, ao comentário, que foi aconselhada por estes mesmos peritos a não construir no segundo andar sobre a projeção da sala, devendo se limitar à parte dos fundos da casa, sobre a projeção dos quartos.

Estava, assim, posta uma situação delicada. A defesa civil possivelmente deve ter emitido um laudo de interdição da edificação à moradora. Com isso, essa situação, poderia ter um entre dois significados: o do simples relato de um fato, ou outro, um pouco mais elaborado, em que a moradora estivesse enxergando - considerando a mim como ‘representante do poder público’, e a casa como estando em situação de risco – a possibilidade de algum ganho adicional ao escopo efetivo do programa.

De todas as maneiras, o que isso tende a nos apontar é que, trazendo mais segurança a seus habitantes quanto à questão estrutural, a intervenção do programa tende a intensificar o movimento da construção do pavimento superior da casa. Quem sabe essa segurança os leve até a cruzar a linha ‘proibida’ da alvenaria que divide quartos e a sala no pavimento inferior, vindo a sobrecarregar a parede comprometida na fachada frontal. Uma situação altamente indesejada, eventualmente sendo originada por uma ação necessária e oportuna.

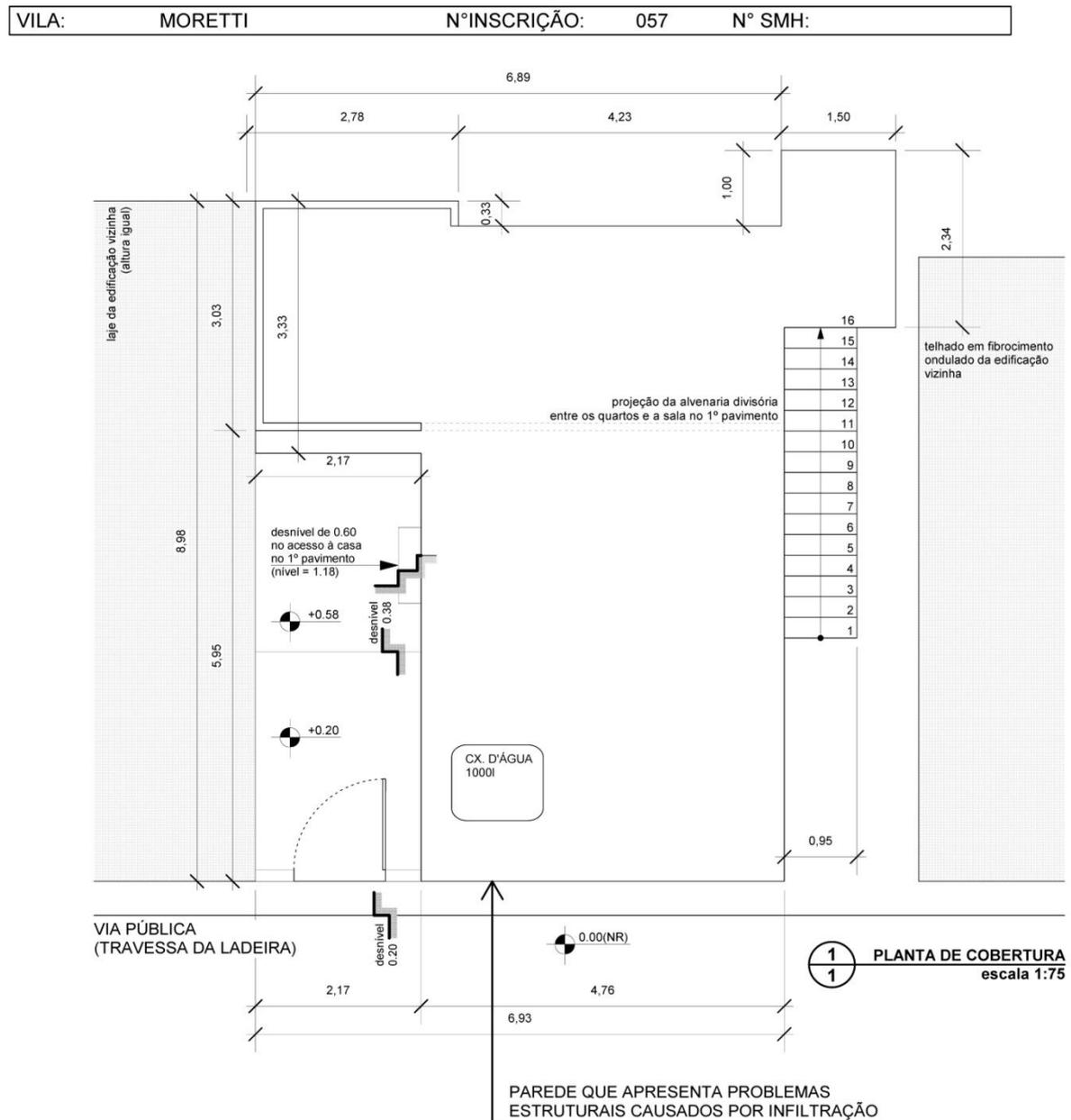


Figura 3: Planta de cobertura (obs.: fora de escala) da casa nº 10 da Travessa da Ladeira, Vila Moretti, Bangu, RJ – Residência da Sra. D. Fonte: Arquivo Pessoal.

São muitas questões que se seguem e que não são de fácil resposta. Seria necessário o programa ter, então, um escopo maior, capaz de abranger a demanda desta casa pela expansão vertical, de modo que se pudesse, dessa maneira, ter algum grau de garantia do apoio técnico a esse desenvolvimento? Essa pergunta, contudo, suscita outra: qual deveria ser o limite adequado de abrangência para um programa de melhoria habitacional? À medida que pensamos essas questões, e suas possíveis variáveis, não há como não

relacionarmos os processos de formação das favelas, e suas dinâmicas, a essa delimitação da formatação de um programa, considerando a aplicação de recursos materiais envolvida.

Talvez seja justamente esse o caminho a se pensar, uma vez que o grande desafio que temos identificado trata da aproximação da Arquitetura – no espaço e no tempo – à favela. O que poderia e precisaria acontecer, inicialmente, através da presença do técnico – arquiteto – junto às dinâmicas cotidianas do habitar nas favelas, um movimento que hoje já teria apoio legal, pois a lei federal nº 11.888 assegura assistência técnica - pública e gratuita - a famílias de baixa renda na elaboração de projeto de construção e reforma de habitações.

Com relação ao programa de melhorias habitacionais, ainda tratando das situações referentes à dificuldade com a questão estrutural das casas, muitas vezes esse problema era reduzido, de maneira triste, em função das aberrações estruturais ou patologias severas onde uma possível dúvida acabava por ser consumida pela situação mais indesejada, a constatação de quadros alarmantes como, por exemplo, no caso da residência da Sra. A, na Vila São Bento, também em Bangu.



Figura 4: Foto de um dos cômodos da casa nº 387 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ – Residência da Sra. A. Fonte: Arquivo Pessoal.

O caso da Sra. A era totalmente fora dos padrões, pois apesar da situação extremamente precária e perigosa em que se encontrava a edificação, tratava-se de uma casa com três dos seus quatro lados livres e quase 80m² de área construída em um terreno ainda mais generoso.

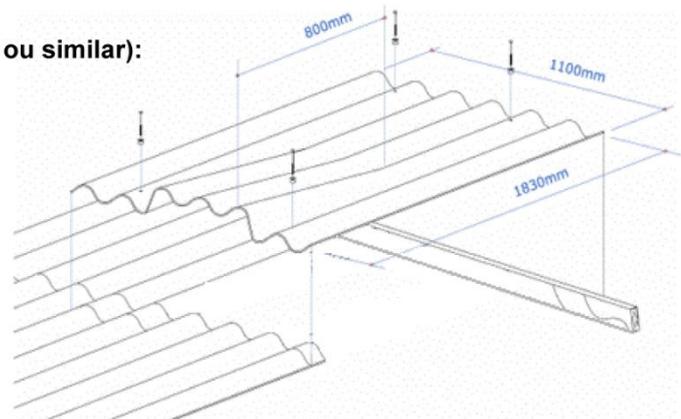


Figura 5: Foto da casa nº 387 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ – Residência da Sra. A. Fonte: Arquivo Pessoal.

Esse projeto se estendeu um pouco mais do que o comum, pois a limitação de verba do programa, somado à situação financeira da responsável pela residência, levou à proposta da – necessária – substituição da laje de cobertura por telhas onduladas do tipo *Eternit*. Ainda que trabalhadas com ventilação cruzada junto à cumeeira, essa solução não nos agradava, tão pouco à Sra. A. Na perspectiva do morador, a perda da laje representa, como sabemos, bastante mais do que somente questões referentes à qualidade térmica da habitação: significa reduzir as possibilidades de ampliação da habitação em sua área mais garantida e, normalmente, generosa.

TELHA DE VENTILAÇÃO (eternit ou similar):

Dimensões básicas:
Largura total 1100 mm
Largura útil 1050 mm
Comprimento 1830 mm
Peso Nominal 33,1 kg



Fixação:

Em conjunto com as demais telhas. No apoio superior, a fixação é igual à das outras telhas. No apoio inferior, se a fixação for feita por parafusos ou ganchos com rosca, estes elementos devem ser deslocados para as ondas de extremidade. Se a fixação for feita através de ganchos chatos, colocá-los nas 1a e 5a cavas (para peças esquerdas) ou nas 2a e 6a cavas (para peças direitas).

2
2

DETALHE TELHA VENTILAÇÃO
PERSPECTIVA
sem escala

Figura 6: Detalhe de telha: ventilação e fixação. Projeto da casa nº 387 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ – Residência da Sra. A. Fonte: Arquivo Pessoal.

Dessa maneira um projeto totalmente novo foi elaborado para a inscrição de número 017 da Vila São Bento, no qual era previsto a execução de nova fundação, pilares e vigas para a

colocação de uma nova laje pré-fabricada. A casa seria praticamente refeita. Essa operação foi desenvolvida em conjunto com a equipe de serviço social, através da emissão de uma segunda³⁸ ordem de serviço (OS2) e outros movimentos financeiros do âmbito particular do morador.

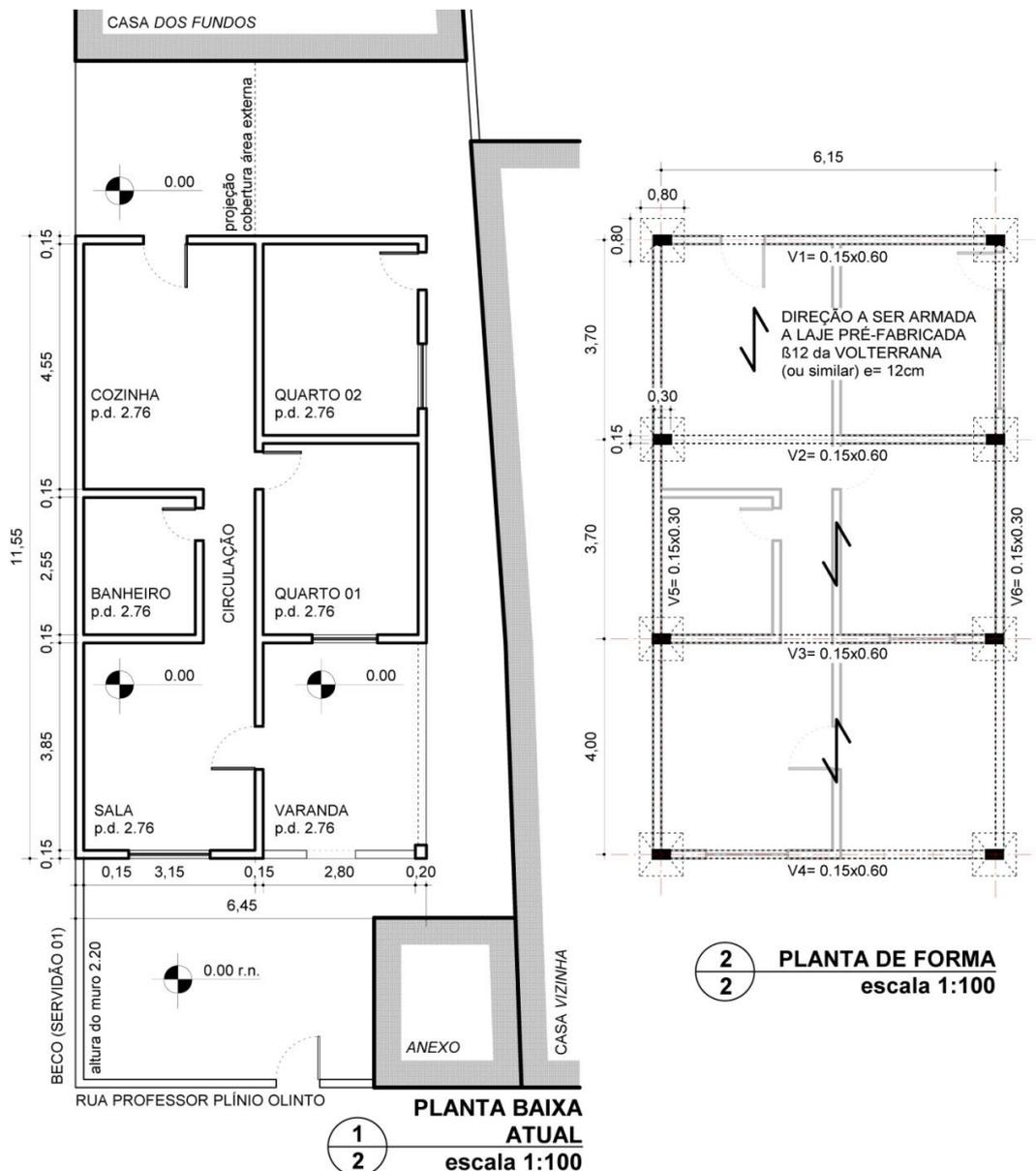


Figura 7: Planta e Planta de Formas (obs.: fora de escala) da casa nº 387 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ – Residência da Sra. A. (Projeto estrutural completo: ver Anexo 06. Fonte: Arquivo Pessoal.

As questões estruturais apresentavam-se, muitas vezes, como questões delicadas para nós, arquitetos residentes. Seja pelas questões de projeto, como em casos correlatos ao da Sra.

³⁸ Vamos desenvolver essa situação, da emissão de uma segunda ordem de serviço – OS2 – mais adiante nesse capítulo.

A, ou por outras situações como, por exemplo, a da casa do Sr. J, da Vila Moretti. Com um terreno amplo e uma casa de dois andares construída junto ao logradouro, a demanda inicial do morador incluía a construção da laje de cobertura da casa de um andar situada na lateral do terreno, com a finalidade de ampliação para um segundo andar. Ocorre que a casa de um pavimento não apresentava estrutura compatível para o recebimento de uma laje para a construção de um segundo pavimento.



Figura 8: Foto da casa nº 42 da Rua da União, Vila Moretti, Bangu, RJ – Residência do Sr. J. Fonte: Arquivo Pessoal.

Para a manutenção da casa no programa, novamente a solução não foi complicada, pois também havia a demanda do cliente de emboçar a casa e, respeitada a limitação de escopo, a questão ficava resolvida. Porém, enquanto processo de trabalho, ocorreram duas situações que valem registro.

A primeira diz respeito ao diagnóstico da estrutura da casa de dois pavimentos. No memorial produzido por mim, na ocasião da visita técnica, faço o seguinte relato: “A casa de dois pavimentos não apresenta qualquer tipo de risco em sua estrutura, tendo sido sua construção bem executada, com algumas ressalvas que não comprometem, efetivamente, a segurança da moradia. Nomeadamente, os ferros da armadura longitudinal utilizados em vigas e pilares não atendem às bitolas mínimas exigidas por norma, sendo utilizados ferros

de diâmetro igual a 1/4" quando estes deveriam ser, no mínimo, de 5/16" para vigas e 3/8" para pilares."

Então o que acontece? O que está errado na sentença acima? Essa é uma questão, a meu ver, também muito complexa (ou não?), pois talvez não haja perspectivas aceitáveis no âmbito do cálculo estrutural. Mas então, partindo desse princípio, talvez todo o debate aqui empreendido sequer tenha razão de ser. De fato, é uma questão delicada, e muito. Mas até para a compreensão do comportamento das patologias e da evolução de possíveis indicativos de risco, a visão técnica demanda presença e, com ela, julgamento e decisões. Decisões que não poderão estar embasadas nas normativas vigentes, sob o risco de condenarem um número considerável de construções presentes nas favelas, as tratadas no âmbito do PAP e, claro, em muitas outras favelas, mas que, nem por isso, da maneira que se encontram hoje, apresentam risco a seus moradores.

Dentro deste debate é importante mencionar que todos os projetos e obras do programa foram executados sem a emissão de sequer uma Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Na ocasião, a coordenação do programa batalhou para que cada projeto fosse acompanhado de sua respectiva ART, mas não conseguiu verba para o pagamento das taxas relativas à sua emissão. O trabalho junto às residências nas favelas vai demandar, para que Arquitetura encontre o fazer popular e possa assumir sua responsabilidade, inclusive juridicamente, que alguns diálogos se estabeleçam e que a favela comece a ser compreendida, de fato, enquanto favela, e não em oposição a outras partes da cidade.

Não se trata de uma ode à insegurança e à aceitação das construções de risco, nem nada similar, mas sim, de uma real aceitação das dinâmicas espaço temporais que construíram as favelas e que seguem determinando muito de seu cotidiano. Essa aceitação significaria o reconhecimento dessa realidade como um dos elementos na elaboração de um novo saber, capaz de contribuir para elevar a qualidade do que aí já foi construído, ao invés de buscar a sua transformação em algo que ela não pode ser.

A outra parte do processo do caso do Sr. J, que mencionei, diz respeito ao seu desejo de construir um segundo pavimento na parte lateral da casa, o que o diagnóstico indicava não ser possível, devido à ausência de estrutura adequada. Quando uma situação como essa

acontecia, além de não atender ao morador dentro do programa, a postura que adotávamos era a de não tratar mais dessa demanda, como forma de não incentivar uma construção de risco, mesmo cientes de que, talvez, isso não fosse mudar muito os planos do morador.

Estávamos então, diante de outra questão. Uma oportunidade de debater e propor diferentes arranjos para aquilo que, eventualmente, o morador/projetista irá executar, segundo algumas possibilidades que lhe foram possíveis vislumbrar, era assim desperdiçada em nome de uma, necessária, tentativa de orientação pela segurança. Uma decisão simples e justa, mas um tanto fora da realidade. Novamente, quem teria a resposta e a solução para esse questionamento? O tempo. Para o técnico, arquiteto, esse tempo presencial se traduz no binômio espaço/tempo, que nas favelas insiste em demonstrar sua validade enquanto matéria essencial ao fazer arquitetônico.

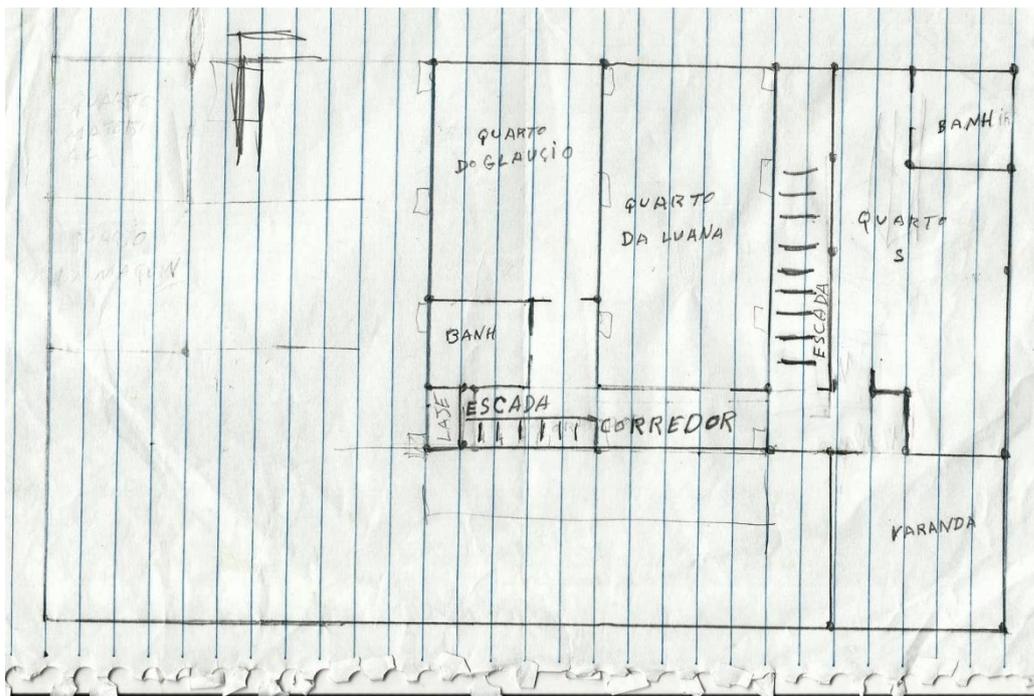


Figura 9: Foto do croqui de ampliação da casa de autoria do Sr. J nº 42 – Rua da União, Vila Moretti, Bangu, RJ. Fonte: Arquivo Pessoal.

Essa relação de trabalhar o projeto a partir das ideias de um morador, cliente, também foi algo que por vezes ocorreu no âmbito do programa. Devido à limitação das intervenções, o processo de troca nunca chegou a ser muito rico, no sentido direto das trocas entre saberes da questão projetual, por assim dizer.

Das percepções que pude ter, vale citar que o produto do trabalho técnico se diferencia do de uma pessoa leiga – no caso o morador – por várias características em seu procedimento operativo: o arquiteto desenvolve um pensamento divergente enquanto que o leigo possui um pensamento de tipo linear. Por pensamento divergente refiro-me a um tipo de pensamento fundamentalmente interativo, que recorre a diferentes caminhos e sentidos, muitas vezes apresentando e analisando simultaneamente várias alternativas. Um tipo de pensamento que tem ainda a capacidade de trabalhar com diferentes níveis de escalas em simultâneo.

As ideias dos moradores costumam ser dirigidas segundo um pensamento, conforme coloquei, linear, onde o sujeito parece trabalhar poucas ou somente uma ideia como alternativa à questão enfrentada³⁹. Essa ideia costuma ser pouco flexível a mudanças, em função da capacidade de avaliação não muito desenvolvida.

Nesse sentido, dentro das limitações do trabalho do PAP, procurávamos desenvolver os projetos em uma espécie de troca reflexiva e crítica perante a realidade junto aos moradores. Nós, os técnicos, buscando uma compreensão da realidade sob o aspecto das dinâmicas sócio espaciais, culturais e mesmo econômicas do local; e os moradores, por sua vez e com nosso auxílio, buscando desenvolver uma visão acerca de seus espaços, junto aos seus tempos, segundo um processo de pensamento menos linear e um pouco mais abrangente da questão espacial.

O desejo e a intenção de desenvolvimento de uma metodologia de trabalho que propiciasse um maior grau de efetividade nas melhorias habitacionais e, principalmente, a ampliação do sentido de cidadania dos moradores daquelas favelas ficou restrito – para além das limitações já enunciadas, por questões razoavelmente claras: é preciso conhecer não só os espaços como também os tempos para que se conheça o lugar, e, também, por uma questão articulada com esta primeira e que consiste na grande distância que separa os atores do processo, conforme indicado, propositalmente, no parágrafo acima: “Nós, os técnicos, buscando (...) e os moradores, por sua vez (...)”.

³⁹ Vide Figura 9 na página acima.

Como fica, então, essa questão da distância entre os atores, entre arquitetos e moradores das favelas, entre a Arquitetura e a favela? O conhecimento técnico e o popular carecem de diálogo. A aproximação entre esses fazeres - o erudito e o popular - em um contexto mais abrangente, e numa relação dialética da construção dos saberes, é o que pode nos levar ao nascimento de um novo fazer que, quiçá, venha a congregar essas duas demandas que são em realidade uma só: situar a Arquitetura nas favelas e as favelas na Arquitetura.

A exposição à favela e ao cotidiano dos favelados teve um efeito curioso. Comecei cuidando do que pode ser considerado, convencionalmente, do interesse primordial de um arquiteto ou urbanista: casas; sistemas viários; soluções de esgoto e de abastecimento de água; redes de distribuição de energia; formas de ocupação do solo. A medida em que ia me familiarizando com aquele ambiente, a princípio tão estranho, fui percebendo que estava cheio de ordens e de códigos. Foram se amontoando dúvidas e se dissolvendo ideias feitas, trazidas de longe, de lugares que não pertenciam a outro mundo senão o das formulações racionais e abrangentes, as tais que pretendiam dar conta da "realidade". (SANTOS, CNF dos, 1980, p.42).

As questões de ordem técnica são extremamente relevantes, mas eis que devemos permanecer atentos ao que - em realidade - é principal e o que é coadjuvante, nesse enredo que estamos procurando conhecer e que estou relatando através desta experiência relativamente recente. Nesse sentido, lembro-me bem da primeira apresentação pública do PAP, ocorrida em 2002, no auditório do CREA-RJ, e no material que eu preparei como minha apresentação de caso. A esta altura, já havíamos executados alguns projetos e fomos chamados a preparar algum material expositivo como maneira de levar a conhecimento público aquele trabalho que estávamos desenvolvendo. Nenhum dos meus projetos me animava ao desempenho de tal missão, tendo em vista o pouco que cada caso representava frente a um quadro que mal conseguíamos compreender, ainda que suas demandas fossem evidentes. Também as possibilidades da Arquitetura auxiliar no seu atendimento, se pensada em um contexto de ação mais amplo que o possível naquele momento, não eram claras.

EU, O OUTRO

(...) laje sobre laje

remam sem nenhum aparato de heroísmo

os portadores de esperança -

anônimos que apostaram no improvável

é neste minúsculo território do pouco que a solidariedade se distribui

porque o pouco como os peixes se multiplicam

no pouco que me deste um pouco te darei (...)

(Pedro Garcia In: SILVA; BARBOSA, 2005, p. 69 - 72).

No dia da apresentação, comecei a compreender, para mim como arquiteto, o que são as favelas para a Arquitetura. Eu tinha toda a minha bagagem teórico-conceitual com que fundamentar meus passos - minhas decisões projetuais. Tinha ainda, uma recém capacitação técnica, extremamente aplicada. Só não tinha o conhecimento de toda aquela dinâmica sócio cultural, suas redes de significados e seus movimentos espaço temporais. Enfim, desconhecia de fato a realidade a que eu me propunha intervir.

Assim, ao ver meu trabalho sendo projetado no telão do auditório, composto por uma música⁴⁰, fotos de moradores em cenas corriqueiras de seu dia-a-dia, junto a algumas de suas frases, também ordinárias - recolhidas por mim durante nosso convívio -, percebi que o modo 'teórico' de capacitação do programa mal tinha começado. Era a apresentação de caso de um programa de melhorias habitacionais e só havia pessoas, cenas cotidianas... e um enredo: realmente, conforme Lefebvre (2004), ali estava clara a distinção entre o *habitat* e o *habitar*.

Eu havia sido absorvido por um mundo de demandas que, efetivamente, só estava apto a responder dentro das limitações do programa no qual estava inserido. O processo de trabalho, numa análise retrospectiva, foi uma mistura de algo sutilmente surreal com a mais pragmática das realidades. Não é à toa que me senti mergulhado num movimento de enorme densidade, materializado em resultados que, em sua grande maioria, não têm como refletir o processo de seu desenvolvimento. Assim, as visitas se sucediam; os levantamentos;

⁴⁰ Construção/Deus lhe pague de Chico Buarque de Hollanda na voz de Luciana Mello.

as conversas; os cafés; os dramas e as alegrias; os sonhos; as necessidades e possibilidades e, como parte integrante disso tudo, os projetos.

Ao longo do processo eu era um e vários, ao mesmo tempo. Interpretava papéis para os moradores e, quem sabe, para mim mesmo. Para começo de conversa éramos os *doutores*, um papel externo, que não escolhemos. Por mais que insistíssemos em um tratamento sem distinção em função de um suposto mérito, já que sabíamos que a erudição a nós atribuída era um tanto distante da realidade: naquele contexto, em especial, éramos tão aprendizes quanto portadores de um conhecimento a agregar. Mas não era isso que esperavam de nós, e não convinha, a nenhum dos lados, desvelar certas verdades.

Outra situação, também referente à forma como o morador-cliente se referia a nós, os técnicos, diz respeito ao grande desconhecimento da Arquitetura enquanto profissão. Em quase 100% dos casos éramos os 'engenheiros do programa das melhorias'. Após a explicação de que os técnicos do programa eram arquitetos e não engenheiros, um considerável número de moradores demandava uma explicação do que consistia o trabalho de um arquiteto. Independente de conhecer a diferença entre arquiteto e engenheiro, raros eram os moradores que conseguiam substituir o tratamento inicial, reconhecendo-nos em nossas verdadeiras funções.

Acontecia também o papel do psicólogo, que em algumas ocasiões fui chamado a interpretar como maneira de se chegar a algum entendimento familiar acerca do encaminhamento que daríamos às questões relativas ao projeto de melhorias.

Hoje, com o distanciamento, tendo a pensar que, ser tratado como *doutor* talvez tivesse mais a ver – em algumas situações – com a ideia de que, de alguma maneira, aquele processo podia render algo a mais do que se estabelecia explicitamente. Assim, naquele palco, eu não era o único a interpretar e, de fato, para alguns houve ganhos além do que havia sido inicialmente apresentado como escopo do programa. Fazendo um paralelo entre a relação do pesquisado com o pesquisador - morador x doutor - conforme observado por CNF dos Santos em populações pobres:

"Durante todos estes jogos que obedecem a etiquetas precisas e a desempenhos mais ou menos aperfeiçoados, conforme os recursos e

talentos do ator, o pesquisador é decodificado, observado e analisado todo o tempo. Talvez mesmo com mais atenção do que a que ele dedica a seu 'objeto'." (1980, p.53) "São tão "urbanizados" e "civilizados" como nós, estão submetidos a uma grande carga de informações e tendem a nos situar tão bem quanto nós a eles. Conhecem o campo em que os entendimentos são possíveis, dominam as regras da interação e dos limites de expressão e de codificação que tornam as relações sociais possíveis dentro do mesmo sistema urbano-capitalista que nos encompassa a todos. E procuram manipular o que podem". (1980, p.52).

Uma das formas destes ganhos ocorreu pela instituição da possibilidade da emissão de uma segunda ordem de serviço – OS2 – para um mesmo morador. Relembrando, o programa intermediava um valor em dinheiro - ordem de serviço - para o pagamento da mão de obra na execução do projeto de melhorias e, em contrapartida, o morador deveria custear o material da obra. Esse modelo em alguns poucos casos foi se mostrando impraticável, devido à situação de miséria extrema do morador inscrito no programa. Assim, estabeleceu-se que nessas situações uma segunda ordem poderia ser emitida para a compra de material⁴¹. Um caso que pode ilustrar essa situação é o da Sra. I, em uma situação de dificuldade financeira severa, vivendo junto ao seu companheiro, ambos sem nenhum tipo de renda. Sua demanda: “qualquer coisa que puder melhorar aqui.” A proposta nossa, então, foi no sentido de finalizar a parte faltante da casa e reorientar os vãos para uma melhor qualidade no conforto térmico.



Figura 10: Foto da casa nº 1/Fundos da Rua Professor Plínio Olinto/Travessa Cravina, Vila São Bento, Bangu, RJ Residência da Sra. I. Fonte: Arquivo Pessoal.

⁴¹ Apesar de ser para compra de material, essa segunda ordem de pagamento continuou sendo tratada entre nós como a 'segunda ordem de serviço - OS2'.

Era nossa atribuição, dos arquitetos residentes, fazer a solicitação da OS2 para os casos em que fosse verificada a total impossibilidade da família em dispor de qualquer recurso para a melhoria de sua habitação. No caso da Sra. I, por exemplo, uma observação acompanhava o memorial elaborado após a visita técnica onde se lia: “Devido à situação da moradia em questão, assim como a situação dos moradores (sem renda e sem perspectiva), proponho a execução de uma segunda ordem de serviço no intuito de adquirir o material necessário para que se possa executar um mínimo de melhoria na habitação em questão”.

Uma vez encaminhado o pedido, a equipe de assistência social⁴² procedia a uma espécie de visita de confirmação da situação apresentada na justificativa da OS2. Contudo, perceber uma situação de miséria extrema é algo bem fácil, mas determinar se um núcleo familiar tem, ou não, condição de dispor de um valor mínimo não o é. Assim, a atuação nesse palco da vida poderia significar a diferença entre conseguir um pouco mais ou não, poder deixar de usar aqui para por ali, pegar ou ver passar, nessa contínua dança que é a sobrevivência segundo o que (não) se tem. Essa é a regra que faz o jovem Garcia nos recitar em forma de aviso, a constatação, da máxima na favela: "(...) se não utilizarmos velocípedes para atravessar precipícios (...)" (Pedro Garcia In: SILVA; BARBOSA, 2005, p. 69 - 72).



Figura 11: Foto da laje com vão para escada de acesso ao pavimento superior da casa Nº 16 da Travessa Saturno, Vila São União da Paz, Bangu, RJ – Residência da Sra. E. Fonte: Arquivo Pessoal.

Não sei ao certo se com velocípedes ou não, mas muitas das segundas ordens de serviço – OS2 – acabavam por serem emitidas para casas em situação econômica não tão dramática, enquanto outras ficavam sem essa oportunidade. Vale ressaltar que o critério, conforme

⁴² A equipe de serviço social possuía, evidentemente, uma expertise acima da nossa para lidar com a situação em seu viés social.

dissemos, não era esse. Uma casa que recebeu a OS2 e tinha condições bastante boas, nesse sentido comparativo, foi a da Sra. E, da Vila União da Paz. A demanda desse caso era a colocação da laje pré-moldada na cobertura da casa, e este foi o projeto e o serviço executado.

Outra forma de ganhos que foi comum no programa consistiu na ampliação dos projetos de melhorias - executada pelos arquitetos residentes - para além do escopo comportado pelo orçamento: da soma entre a OS e a verba que o morador tinha condição de dispor para aquela empreitada. Apesar do pouco tempo que dispúnhamos⁴³, havia um comprometimento realmente grande com o trabalho que parecia se nutrir daquele viés social do que estávamos fazendo, aquilo parecia nos impelir ao trabalho.

Um projeto que pode ilustrar essa situação é o da Sra. AT que, quando da visita técnica, solicitou a execução da laje de cobertura para a ampliação vertical de sua casa. Considerando a limitação do escopo de atendimento foi proposto, na ocasião, no sentido de atender à vontade da cliente, o cintamento de toda a periferia da casa e das paredes principais, deixando assim a casa pronta para receber, posteriormente, as lajes pré-moldadas.

Uma vez que a Sra. AT iria, futuramente, colocar as lajes e construir o segundo pavimento e isso seria feito – segundo meu diagnóstico – em condições seguras, era possível expandir um pouco o escopo do programa através da troca de ideias e, eventual, elaboração de um projeto.

O tempo que levará para que esse segundo andar seja construído pode, com grandes probabilidades, alterar o ‘programa’ que a cliente desejava naquele momento. Essa é uma outra característica presente nas dinâmicas das favelas, e que tende a transformar projetos a longo prazo em peças carentes de ajustes, ou mesmo em propostas obsoletas.

Dessa maneira, a divisão dos espaços, no projeto do segundo pavimento da Sra. AT é o que de menos importante há no projeto futuro. Aquele projeto era, em realidade, a materialização dos conceitos que trabalhamos juntos e que, daquela forma, encontravam-se

⁴³ O cronograma para a entrega dos projetos era muito apertado e considerava a execução somente de projetos de intervenção extremamente pontuais, em conformidade com a realidade dos orçamentos.

registrados, ganhando assim, alguma possibilidade de serem aproveitados na resolução de situações delicadas, não importando as modificações que, eventualmente, viessem a ser feitas. Questões como seu quarto 'caixão', situado no fundo da casa, colado em empenas por três lados e a insolação na fachada norte, que deveria buscar uma diminuição da abertura de vãos ou protegê-los com anteparos.

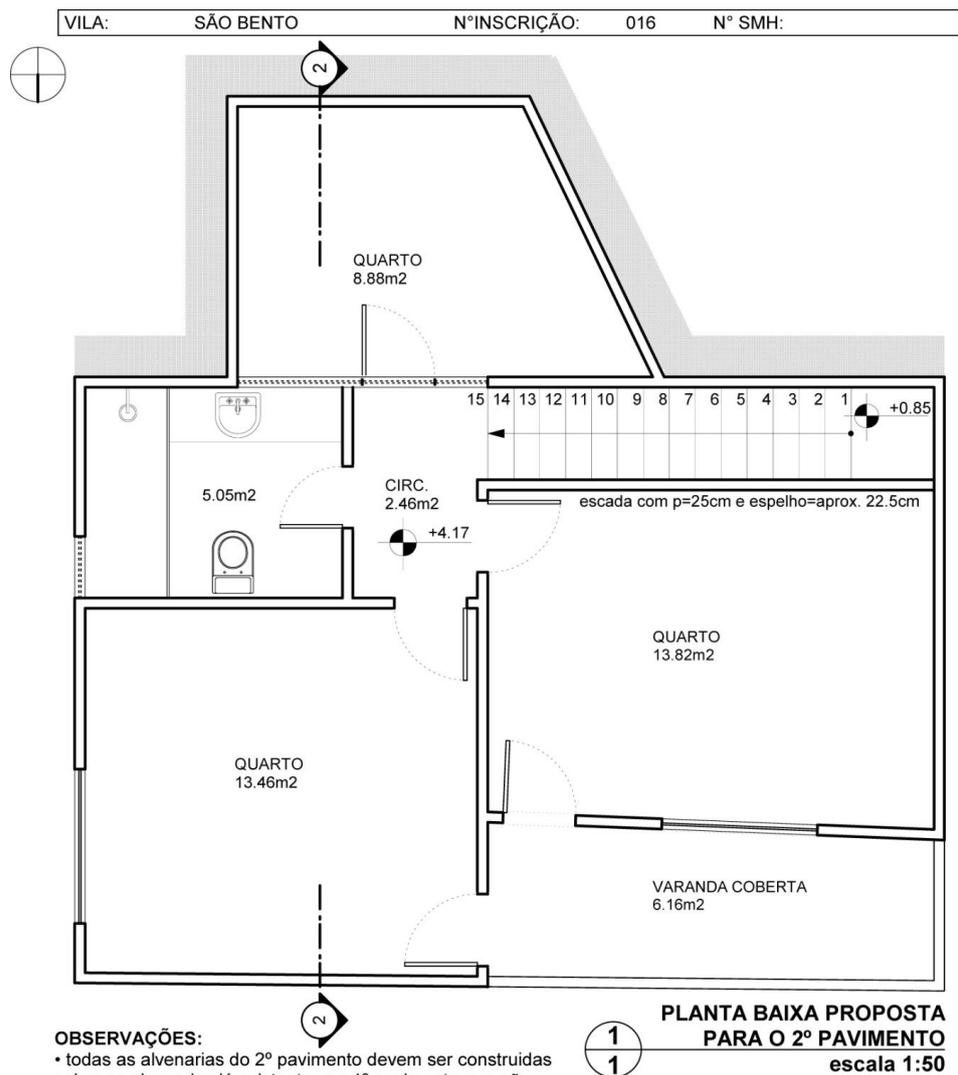


Figura 12: Planta do 2º Pavimento (obs.: fora de escala) da casa nº 292 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ – Residência da Sra. AT. Fonte: Arquivo Pessoal.

VILA:	SÃO BENTO	Nº INSCRIÇÃO:	016	Nº SMH:	
-------	-----------	---------------	-----	---------	--

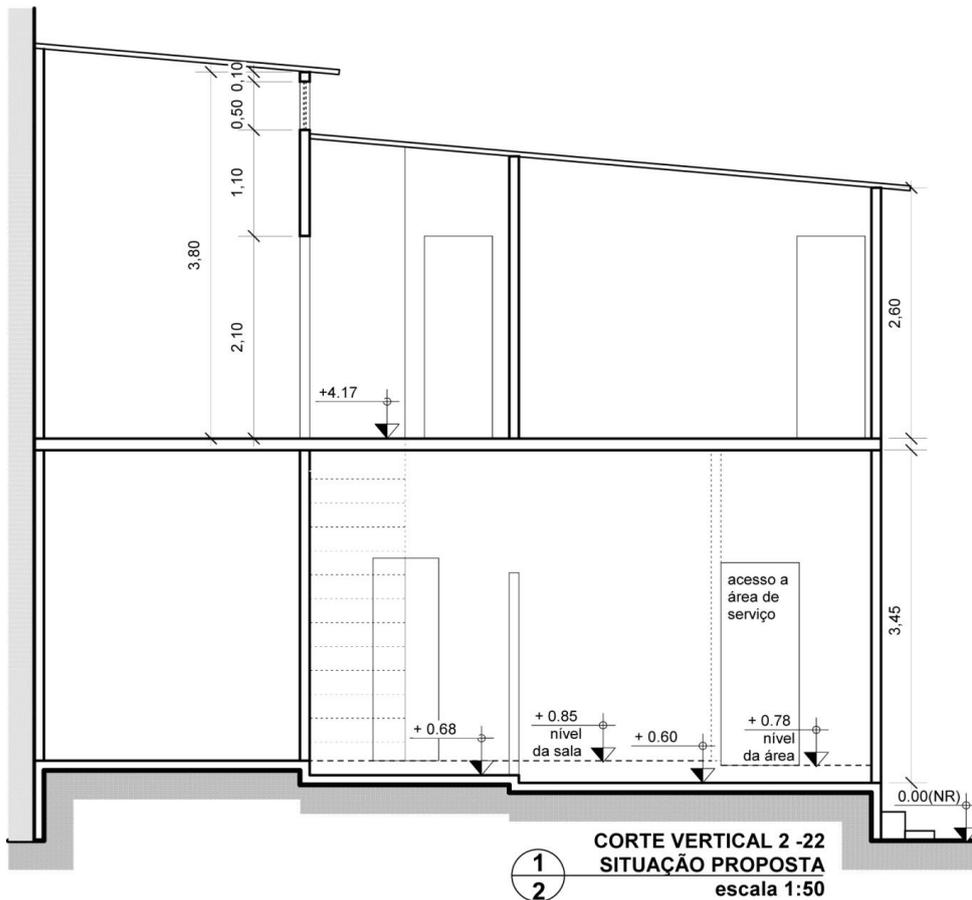


Figura 13: Corte Vertical (obs.: fora de escala) da casa nº 292 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ – Residência da Sra. AT. Fonte: Arquivo Pessoal.

O fato é que essa situação, de estarmos produzindo projetos para deixarmos com os moradores – muitas vezes sem previsão nem planos para sua realização, é muito importante e interessante no que se refere ao nosso tema, situando-se no âmago de nossa discussão: o espaço e o tempo devem ser criticamente tratados junto às dinâmicas sócio culturais nas questões da Arquitetura e do Urbanismo das favelas.

Como colocado por Gregotti (2001, p.13): “Não podemos contudo esquecer que o projeto arquitetônico não é ainda arquitetura, mas tão somente um conjunto de símbolos com os quais tentamos fixar e comunicar nossa intenção arquitetônica.”

Nessa realidade espaço temporal tentamos, naquele momento, estender nossa contribuição, entre outras formas de ação, com a elaboração desses projetos mais completos, contemplando modificações e melhorias – em algumas das habitações – para além do que seus moradores poderiam fazer naquele momento.

Outra conduta bastante comum nesse sentido, o de procurar estender o escopo previsto pelo programa, acontecia por meio das longas conversas onde as especificidades da arquitetura fatalmente acabavam por permear os assuntos. Esses eram momentos de um aprendizado em mão-dupla. De nossa parte, enquanto representantes do PAP, acabávamos, ainda que informalmente, buscando passar um pouco do viés técnico das questões debatidas, ao invés de simplesmente atendê-los com a execução de um projeto.

Nesse sentido, lembro-me da situação de um rapaz⁴⁴ que me interpelou nas ruas da Vila Moretti, num dia que eu caminhava para uma vistoria. Ele me solicitou orientação a respeito de uma obra que estava executando. Em uma dessas longas conversas ele, que trabalhava 'fazendo obras', acabou recebendo orientações, como se estivesse em um pequeno curso de conforto ambiental, com o sol, os ventos e as edificações à volta servindo como exemplos reais de aplicação dos conceitos que tratávamos. Ao vê-lo compreendendo a ventilação cruzada e tomando a palavra para descrever como poderia 'resolver os problemas de 'calor' da casa de fulana, depois de sicrana', era como ver os conceitos encontrando o campo real, a teoria tornando-se prática com a simplicidade que a situação demandava.

Em termos conceituais, poderíamos dizer que estávamos tratando a Arquitetura, nesse momento e por esse viés da capacitação popular, como instrumento emancipador. O acesso dos habitantes às questões da Arquitetura e do urbano anuncia, dessa maneira, um caminho para a ampliação da esfera da cidadania dos moradores.

A situação do rapaz, morador construtor, relatada acima, remete a muitos casos de projetos elaborados no âmbito do PAP, uma vez que questões referentes a problemas de conforto térmico oriundas da dificuldade em se abrir vãos adequadamente são uma constante nas favelas. Nesse sentido, em alguns casos adotamos soluções comuns e precisamos, em outros, adotar algumas ações que, em realidade, não tínhamos utilizado em experiências

⁴⁴ Infelizmente não me recordo o nome e tampouco fiz registro dessa conversa.

anteriores. A residência da Sra. M é um exemplo do que podemos considerar como uma proposta de intervenção convencional na resolução da questão do conforto térmico da habitação, através de ventilação cruzada simples.

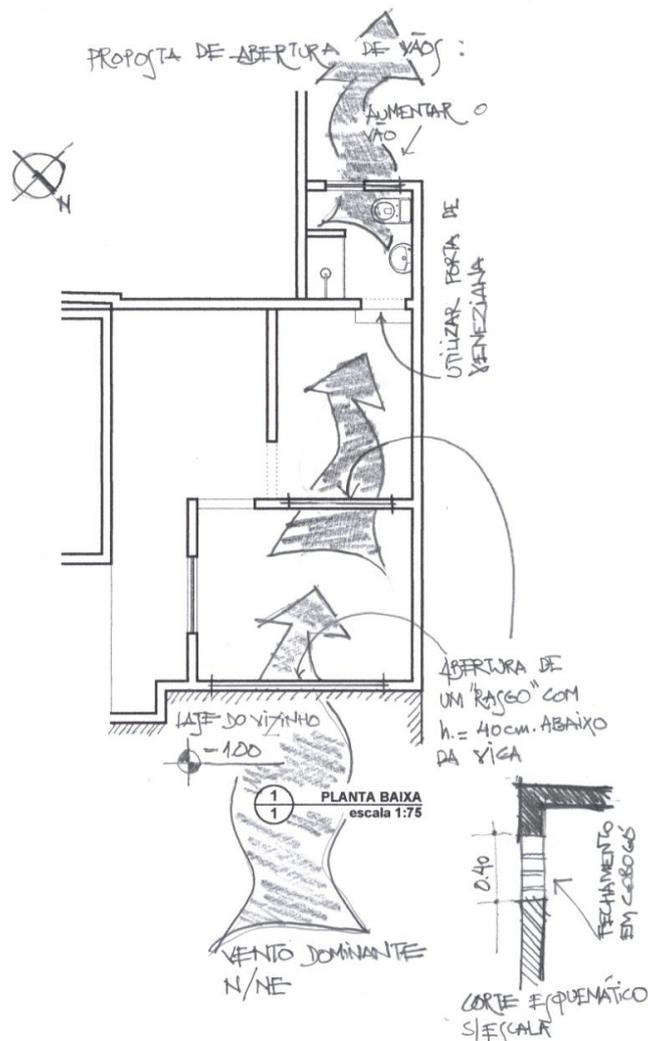


Figura 14: Croqui esquemático sobre Planta (obs.: fora de escala) - casa nº 21 - fundos da Travessa da Liberdade, Vila Moretti, Bangu, RJ – Residência da Sra. M. Fonte: Arquivo Pessoal.

Em outra abordagem, a residência da Sra. ML se enquadra num daqueles casos onde foi preciso uma proposta diferente da usual e, no caso específico, com prazo de validade atrelado a uma eventual ocupação da laje de cobertura por um segundo pavimento, momento em que a eficiência do sistema cairia em mais de 50%.



Figura 15: Esquema de ventilação/iluminação dos quartos da casa nº 254/Casa 1 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ – Residência da Sra. ML. Fonte: Arquivo Pessoal.

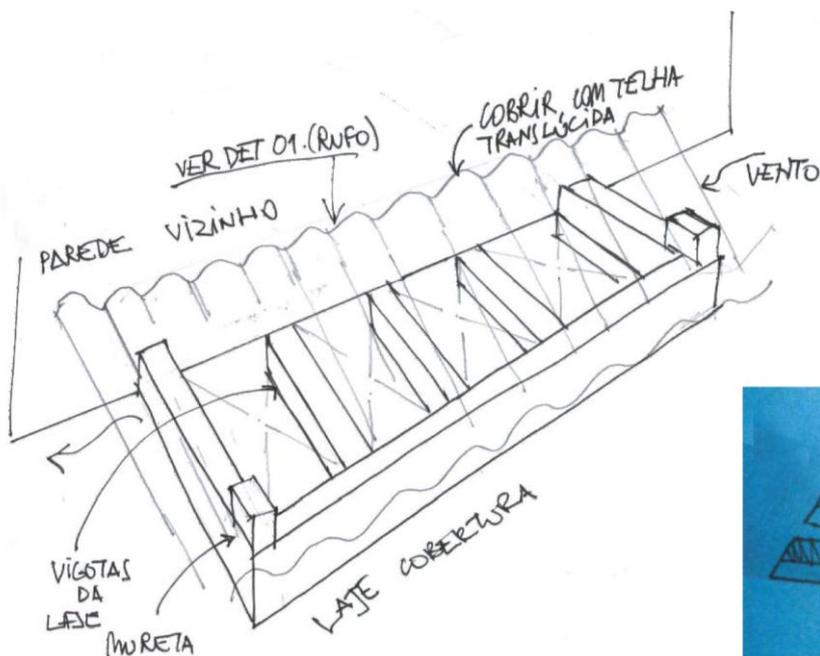


Figura 16: Desenho sobre foto: esquema de ventilação/iluminação dos quartos da casa nº 254/Casa 1 da Rua Professor Plínio Olinto, Vila São Bento, Bangu, RJ – Residência da Sra. ML. Fonte: Arquivo Pessoal.

As imagens da residência da Sra. ML exemplificam alguns dos recursos gráficos - desenhos sobre fotos, croquis em perspectiva - utilizados para a busca de um entendimento com os moradores/clientes acerca das ideias propostas. Os desenhos ortogonais utilizados como linguagem codificada para representar os projetos de arquitetura costumavam ser, em um número significativo de casos, de difícil compreensão, levando a equipe de arquitetos a

buscar sistemas alternativos de comunicação como complementaridade aos meios tradicionais de apresentação de projeto.

Das complexidades estruturais, de comunicação, de acessibilidades, etc. foi formada a prática do PAP, Programa de Aperfeiçoamento Profissional na modalidade Melhorias Habitacionais em Comunidades Desfavorecidas⁴⁵. Mas, muito mais do que os casos e as proposições, foram os processos, suas limitações, e as possibilidades vislumbradas que conformaram o âmago da experiência do programa. A compreensão de que os processos são muito dinâmicos e únicos e a tentativa de contê-los, seja espacialmente, enquanto modelo, seja no tempo, enquanto projeto, é limitada e tende a não ser aplicável se pretendemos considerar, de fato, ir mais longe no intento de uma melhoria da qualidade de vida nesses assentamentos. Discutir a Arquitetura nessa realidade deve, a priori, buscar maneiras de acontecer enquanto processo aberto, em andamento, uma arquitetura da processualidade, capaz de dialogar com o dinamismo com o qual seu local de intervenção se construiu e muitas vezes, segue sendo construído.

Em tantas casas que tive a oportunidade de ser recebido e das tantas que elaborei um projeto de melhoria⁴⁶, costumava sempre ser recebido por alguma mãe ou avó e muito comumente por filhas e netos, ou netas e filhos, ou do jeito que convir imaginar. Das 30 residências que atendi, somente em 5 foram homens que fizeram a inscrição e me receberam em suas casas.

⁴⁵ A esse respeito, da questão entre tratar a favela por favela ou por comunidade, ver Castro, 2004.

⁴⁶ Desenvolvi um total de trinta projetos no PAP- APD Rio, dos quais pouco mais de 25% chegaram a ser executados no âmbito do programa. Procedi a um total de 60 visitas técnicas, pois nós, arquitetos, trabalhávamos em campo sempre em dupla. O programa executou 439 projetos – cerca de 60% do total programado – com aproximadamente 40% de obras executadas.

Dos trinta projetos de minha autoria, oito são citados no corpo da tese, sendo um deles apresentado integralmente nos anexos. Diante da impossibilidade da apresentação integral dos trabalhos – em função do volume de material produzido – estes oito casos foram eleitos por descreverem ilustrativamente a minha experiência no PAP. Compõem, dessa maneira, o registro desta memória.

A apresentação de um projeto integral, cumpre a função de registrar o aspecto documental e processual do projeto de melhoria habitacional desenvolvido junto aos moradores e suas residências e, nesse sentido, elegemos o projeto da Rua Prof. Plínio Olinto n° 292 na Vila São Bento, em Bangu, para ser apresentado na íntegra.

O caso da Sra. D, já relatado anteriormente, é um exemplo de um desses lares onde a mulher é a responsável pela casa. Casa esta onde também vivem sua filha, seus netos e bisnetos. Uma habitação aonde, sob o mesmo teto, gerações vem se sucedendo conforme são as possibilidades que encontram para sua habitação: seu *habitar* (LEFEBVRE, 2004).

QUESTÕES PARA O ARQUITETO RESIDENTE RESPONDER:

1. EXISTE ALGUMA ANOMALIA QUE AMEAÇE A SEGURANÇA DOS MORADORES, SEUS VIZINHOS E O PATRIMÔNIO? *INJEÇÃO NA PAREDE PINTADA* SIM NÃO
2. EXISTE SANEAMENTO E HIGIENE DA HABITAÇÃO EM NÍVEL BÁSICO? SIM NÃO
3. EXISTE UM MÍNIMO DE CONFORTO AMBIENTAL? SIM NÃO
4. QUADRO DE MORADORES NA UNIDADE:

Nº	Nome	Parentesco/Agregado	Idade	Ocupação	Trabalha		Estuda		Nível de Escolaridade
					S	N	S	N	
			67	APRENDIZ	X			X	
		FILHA	44	PELODEIRA	X			X	1º GRAU
		NETO	27	ATA-MANDEBÃO	X		X		3º INCOMPLETO
		"	22	BILHETE		X	X		4º GRAU / INCOMPLETO
		"	24			X	X		1º GRAU / INCOMPLETO
		"	17				X		1º ANO / 2º GRAU
		"	25	AUXILIAR DE SERVIÇOS	X			X	1º ANO INCOMPLETO
		"	20	MEMEADORA	X			X	2º GRAU INCOMPLETO
			6			X	X		VARIAZ
			3			X		X	

3 RENDA FAMILIAR:

Figura 17: Foto do cabeçalho do Check List da inscrição de número 057 do Programa (Vila Moretti): Sra. D. Fonte: Arquivo Pessoal.

É dessa maneira, a partir das pessoas e de suas relações, que todas as outras questões passam a existir, e não ao contrário. Tomando como exemplo as questões estruturais, podemos dizer que não há problema estrutural na casa do Sr. L ou da Sra. A senão dentro de toda a conjuntura que as ergueu daquela maneira e que, muito provavelmente seguirá atuando sobre sua estrutura, a despeito de qualquer proposta de ação que seja pontual. Ou seja, que não pretenda, de maneira comprometida, considerar as dinâmicas de *conformação* das favelas em suas particularidades. Como a própria palavra já vem nos indicando, há forma na ação e as ações geram formas, e são esses os movimentos que a Arquitetura e o Urbanismo precisam aproximar a fim de se desenvolverem junto a essas complexas realidades da sociedade moderna. É preciso, portanto, conforme nos aponta Morin (2000b), reunir os fragmentos desta mesma questão que a inteligência parcelada e mecanicista insiste em fragmentar nos apresentando como realidades distantes e não associadas.

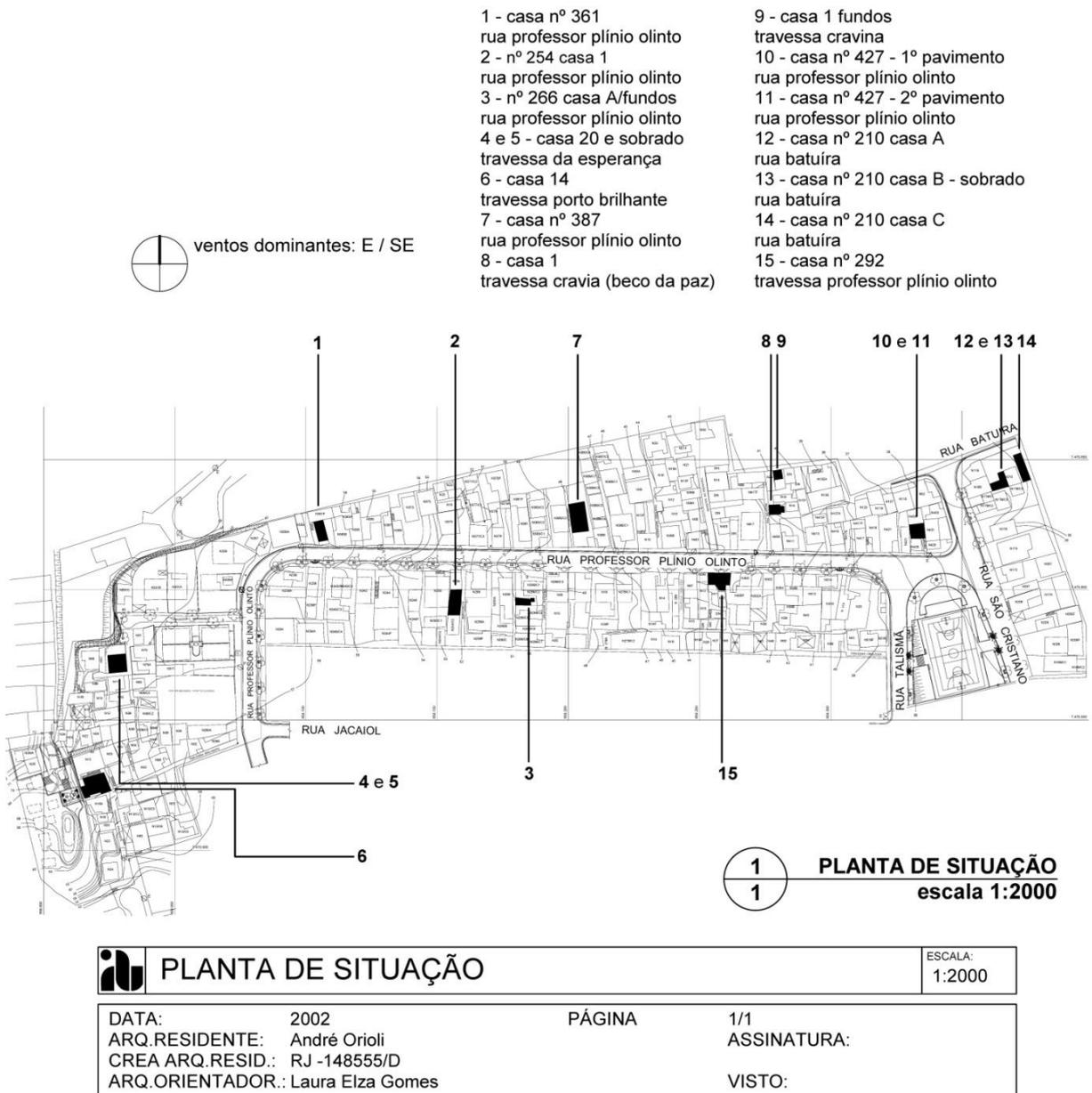


Figura 18: Planta de Situação dos meus projetos realizados na Vila São Bento - Bangu, RJ (obs.: fora de escala). Fonte: Arquivo Pessoal.



	PLANTA DE SITUAÇÃO		ESCALA: 1:2500
	DATA: 2002	PÁGINA	1/1
ARQ.RESIDENTE: André Orioli		ASSINATURA:	
CREA ARQ.RESID.: RJ -14855/D		VISTO:	
ARQ.ORIENTADOR.: Laura Elza Gomes			

Figura 19: Planta de Situação dos meus projetos realizados na Vila Moretti - Bangu, RJ (obs.: fora de escala). Fonte: Arquivo Pessoal.

2 . CONTEXTUALIZAÇÃO UM: A RESPEITO DAS FAVELAS

2.1. Delimitando o espaço do debate: favelas no Rio de Janeiro

As favelas e a habitação social contam hoje, de maneira geral, com significativa atenção nos meios acadêmicos,⁴⁷ havendo uma expressiva quantidade de publicações científicas⁴⁸ sobre o tema. Assim, trazendo nossa experiência prática de atuação na área a um debate teórico, buscamos contribuir na construção do conhecimento acerca do fazer arquitetônico em favelas.

Dessa maneira, ao centralizar nas favelas a discussão dos processos da Arquitetura e do Urbanismo, nos sentimos compelidos a tecer inicialmente, como auxílio à compreensão do nosso processo investigativo, um comentário acerca do próprio ato da busca pelo conhecimento.

O pesquisar⁴⁹ e o caminhar, apresentam semelhanças: duas pessoas que se propõe a percorrer um mesmo caminho terão ao final, cada qual, uma sorte de experiências distintas desse trajeto. Esse processo é indissociável, primeiro, das escolhas que cada um fará em seu percurso. Depois, das referências que cada um carrega consigo, passando pelo ritmo com que cada um caminha, pelo olhar, e mesmo pelo tipo de sensibilidade que cada um tenha mais desenvolvida em si. Não nos esqueçamos de acrescentar a tudo isso aquilo que, em caminhos um pouco mais longos, é quase que inevitável: cada um fará suas pausas onde

⁴⁷ Podemos citar, a título de exemplo, dentre os inúmeros grupos de pesquisas que se dedicam a essa temática nas universidades do país, o grupo Cidade, Habitação e Educação (CiHabE), do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da FAU/UFRJ (PROURB), sob a coordenação da profa. Dra. Luciana Andrade, que visa discutir a (re)produção da habitação popular na cidade; o Laboratório de Habitação (LabHab), do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da FAU/UFRJ (PROARQ), sob a coordenação do prof. Dr. Mauro Santos, que tem como objetivo determinar indicadores de qualidade e avaliar projetos e programas de habitação de interesse social no Brasil; e a rede Observatório das Metrôpoles, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR), que possui como uma de suas linhas de pesquisa, “As formas de provisão da moradia e seus impactos na reconfiguração espacial das metrôpoles brasileiras”, a fim de investigar as experiências de produção habitacional autogerida por movimentos sociais urbanos no Brasil e conta com a coordenação da profa. Dra. Luciana Correa do Lago.

⁴⁸ Somente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ), as teses e dissertações que possuem o termo favela em seu assunto, no mecanismo de busca do sistema de documentação, somam mais de mil trabalhos publicados. (Sítio: Minerva: sistema de documentação da UFRJ. Disponível em <<http://www.minerva.ufri.br/>>. Acesso em agosto/2013.

⁴⁹ Aqui é feita uma alusão às pesquisas em ciências-sociais e ao método da cartografia.

considerar pertinente, havendo, por vezes, a hipótese de ocorrer um desvio, de se optar por um novo caminho, diferente daquele inicialmente planejado.

De saída percebemos a complexidade que é, para o pesquisador, assim como para arquitetos e urbanistas, apreender as dinâmicas sócio espaciais de um local que é novo em sua vivência, perceber as necessidades e as redes de relações dos que ali vivem – seus moradores. O desafio que é fazer um diagnóstico local de maneira que se possa perceber o lugar e não só o espaço (TUAN, 1983).

Dessa maneira, vencidos os primeiros desafios como pesquisador, o que vai nos importar é como os processos de projeção da Arquitetura e do Urbanismo têm lidado com essa questão. Nesse sentido, as favelas vêm representar mais que a delimitação do tema, ou a eleição de um contexto social para o desenvolvimento da investigação.

O inesperado surpreende-nos. É que nos instalamos de maneira segura em nossas teorias e ideias, e estas não têm estrutura para acolher o novo. Entretanto, o novo brota sem parar. Não podemos jamais prever como se apresentará, mas deve-se esperar sua chegada, ou seja, esperar o inesperado. E quando o inesperado se manifesta, é preciso ser capaz de rever nossas teorias e ideias, em vez de deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo. (MORIN, 2000b, p.30).

Morin consegue, em poucas palavras, dar uma orientação preciosa ao processo de nossa investigação, tanto no que concerne à postura que adotamos, quanto aos questionamentos a serem postos em debate. É nesse intuito que devemos buscar a compreensão da arquitetura e do urbanismo no contexto das favelas e, para isso a necessidade da presente reflexão.

A favela é parte da cidade e não um aparte. É, em termos gerais, mais uma tipologia e, mais especificamente, muitas tipologias desta mesma cidade. Tipologias essas que se desdobram em tantas outras. O tipo⁵⁰ que nos fala das edificações, do desenho de seus assentamentos,

⁵⁰ O conceito do tipo em Arquitetura é utilizado como instrumento de análise assim como de processo de projeto. Poderíamos pensar, de maneira simplificada, o tipo como uma maneira de identificar e classificar traços em comum a determinadas edificações ou conformações urbanas. Apesar de amplamente utilizado, a tipologia arquitetônica não possui uma definição unívoca. Conforme nos mostra Montaner (2001, p.142): "Se o tipo para Muratori é um conceito variável, relacionado ao tempo e ao lugar, para Rossi, partindo da confiança na capacidade de permanência da forma, é um arquétipo, um princípio lógico e imutável."

de sua conformação urbana; nas favelas parece transbordar os limites da forma e da função, aproximando sobremaneira as correlações entre a arquitetura e os costumes locais. Assim, podemos ilustrar de maneira peculiar a afirmação de Lefebvre a respeito da importância da inversão da visão sobre a abordagem da problemática do urbano, dando à escala da habitação e à sua relação com a cidade uma importância essencial:

O Habitar não deve mais ser estudado como resíduo, como vestígio ou resultado de níveis ditos "superiores". Deverá, e já pode, ser considerado como fonte, como fundamento, como funcionalidade e transfuncionalidade essenciais. Teórica e praticamente, efetuamos uma reinversão de situação, uma inversão de sentido; o que parecia subordinado eleva-se ou retorna ao primeiro plano. O predomínio do global, do lógico e do estratégico, ainda faz parte do "mundo invertido" que é preciso reinverter. Tentamos, aqui, uma decodificação da realidade urbana inversa da habitual, a partir do habitar, e não do monumental (este último não sendo por isso condenado, mas reconsiderado). (LEFEBVRE, 2004, p. 83).

Essas partes da cidade que respondem pelo mesmo nome, que se reconhecem, mas se distinguem, resultam de uma série de condicionantes que não são privilégios do Rio de Janeiro nem tampouco do Brasil. São frutos, antes de qualquer coisa e sob uma perspectiva mais global, dos mecanismos de produção e acumulação de capital que vêm sendo utilizados predatoriamente.

As cidades brasileiras estão representando, ou melhor, tendem a representar, de forma concreta, no espaço uma ordem que as ultrapassa de muito e que tem que ser imputada a modelos políticos, ideológicos e econômicos que vêm sendo impostos ao país, com regularidade, desde o início do século [passado]. (SANTOS, CNF dos, 2009b).

O que Santos atribui temporalmente como tendo início no século passado⁵¹ pode ser estendido por mais anos dependendo do recorte que pretendamos analisar. Mas, mais importante que isso, no entanto, é atentarmos para as relações que envolvem o urbano e compreender o quanto essas esferas tem ou podem ter de influência sobre o que estamos buscando compreender e debater.

⁵¹ Seu artigo foi publicado originalmente em 1982.

2.2. Conceito de favela

Em função da complexidade na definição do termo favela, a ONG Observatório das Favelas realizou em 2009 o seminário "O que é favela afinal?". Em publicação homônima, procurou-se elaborar uma definição que necessariamente passasse por uma visão interdisciplinar, conjugando aspectos sociológicos, antropológicos, econômicos, urbanísticos, políticos, jurídicos e geográficos. A definição, ainda que extensa, merece ser reproduzida por conseguir sistematizar um amplo espectro de questões:

Favela é um território constituinte da cidade, caracterizado, em parte ou em sua totalidade, pelas seguintes referências: insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro e de serviços; forte estigmatização sócio-espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade; níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado; apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia; indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade; ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental; grau de soberania por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade; alta densidade de habitações no território; taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade; relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de encontro; alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira; grau de vitimização das pessoas, sobretudo a letal, acima da média da cidade (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009, p.22).

De fato, as favelas cariocas compõem “um quadro extremamente complexo e diversificado, decorrente dos condicionantes históricos, socioeconômicos e geográficos”. Sob uma perspectiva de abordagem mais físico espacial das questões mencionadas, Leitão e Delacave (2013) traçam, em linhas gerais, as características das favelas:

(...) assentamentos informais que apresentam precariedade de redes de infraestrutura urbana, como acessibilidade, esgotamento sanitário e drenagem, e de serviços públicos, como educação, saúde e lazer, além da posse irregular da terra. Em função de sua lógica de localização, que busca áreas desocupadas próximas aos mercados de trabalho e serviços, as

favelas acabam por ocupar regiões impróprias para habitação, como as encostas de morros ou as margens de rios e lagoas. Essa localização precária potencializa as carências de infraestrutura e de serviços, criando péssimas condições de habitabilidade e fragilizando socialmente a população desses assentamentos (LEITÃO e DELACAVE, 2013, p. 16).

A noção de favela implica, mas transcende o espaço físico delimitado na mancha urbana, extrapola o modelo de casas ali construídas e ultrapassa a falta de amparo legal de ações e propriedades comuns ao lugar. A preocupação se volta para pessoas que nesses espaços habitam e constituem suas relações (Dias, 2010).

Conforme Dias (2010), a partir da relação entre percepção e topofilia, perde-se a busca por um conceito fechado sobre favela e encontra-se a amplitude do reflexo das relações humanas entre si e com o meio. Neste aspecto, não há uma representação conceitual de favela. O que existe é a busca pelo encontro das representações que a população em geral faz sobre essa noção. Ao mesmo tempo em que tudo é efêmero e fugaz, as imagens das favelas não se perdem no imaginário urbano e, ainda, se consolidam em sua carga de repetição (DIAS, 2010).

No mesmo sentido Leitão e Delacave (2013, p. 16), apontam a homogeneidade como elemento peculiar da representação usual das favelas, quando se trata de identificar esse espaço popular:

Presentes em diferentes sítios geográficos – em planícies, em morros, às margens de rios e lagoas – e reunindo algumas centenas de moradores até alguns milhares, possuindo diferentes equipamentos e mobiliários urbanos, sendo constituídas por casas e/ou apartamentos, com diferentes níveis de violência e presença do poder público, com variadas características socioambientais, as favelas constituem-se como territórios que se exprimem em paisagens consideravelmente diversificadas. A homogeneidade, no entanto é a tônica quando se trata de identificar esse espaço popular.

Dentro desta errônea ideia de homogeneidade, parece haver, ao menos no imaginário da população do Rio de Janeiro, por exemplo, uma aproximação de significados entre “morro” e “favela”, o que não se mostra em realidade verdadeiro, nem sob o aspecto social nem puramente geográfico. Deve-se lembrar que há ocupação de regiões de morro pela classe

alta, como no Alto da Boa Vista, Joá/São Conrado, Leblon e Jardim Botânico. Além disso, há grande parte das favelas na cidade localizada em áreas de topografia plana.

Constatando esta visão homogeneizada do conceito no imaginário coletivo, Meirelles & Athayde (2014, p.154) ressaltam:

As favelas construídas às margens de rodovias, e, ainda, nos morros, parecem, ao olhar do não favelado, tratar-se de paisagens estandardizadas, repetidas, xerocopiadas, com uniformidade de sequências. Entretanto, para o morador da favela, ao contrário, a favela tem em seu desenho a conjugação de identidades (...) a favela não é somente a composição de lugares particulares. Ela é também a combinação deles todos. (...) A favela ergue-se numa sabedoria de simbioses e cooperação.

A favela é diversa e heterogênea⁵². Neste sentido, Silva & Barbosa (2009, p.92) destacam que há grande diversidade fisionômica e de usos nas e entre as favelas desde a década de 1940. Atualmente pode-se afirmar, por exemplo, que o uso econômico é rentável e possui a presença de intenso comércio, de prestação de serviços, dentre outras atividades. Há, todavia, uma dificuldade de agir em termos de política pública nacional, tendo em vista a ausência de um sistema de informação que dê conta da diversidade e especificidade das favelas. Destacam os referidos autores: “Os dados são imprecisos sobre quem são e quantos são. Conhecer e discutir a favela é importante para mudar a realidade, e é isso que deve mobilizar as políticas pública” (SILVA & BARBOSA *et al*, 2009, p. 92).

Em todos os tipos de intervenção, o elemento comum era a ideia de que as “favelas” ou “comunidades” eram identificadas como “unidades sociais”, embora o elemento identificador que caracterizam essas unidades varie: ora por que os favelados têm formas próprias de solidariedade, ora por que são populações carentes; outras vezes por habitarem locais onde inexistem serviços públicos ou locais insalubres e propagadores de doenças; e ainda seja por que são locais que abrigam marginais e são focos de violência. (CASTRO, 2004, p. 194).

No Rio de Janeiro, as favelas mesclam-se, dão forma corpórea à paisagem urbana, e representam uma importante questão social enfrentada pela cidade. As favelas se apresentam como um fenômeno urbano contemporâneo, intrinsecamente ligado “aos

⁵² Ver Saavedra 2009.

processos de segregação sócio espacial impostos pela ‘ausência’ de mecanismos de redistribuição da riqueza e de políticas habitacionais que garantam o acesso à moradia para as camadas mais pobres da população” (Leitão e Delacave, 2013, p. 16).

Burgos (2005) desenvolve uma reflexão sobre a relação entre a cidadania e a questão urbana brasileira. O ponto de partida para sua análise é o da problematização da fronteira entre a cidade formal e a informal, tomando como referencial a situação das favelas do Rio de Janeiro, considerada como caso-limite de informalidade.

Sob o viés sociológico, a categoria “favela” não exprime apenas uma determinada forma de aglomerado habitacional, é algo mais abrangente, que manifesta uma configuração ecológica particular, determinada segundo um padrão de relacionamento com a cidade. Neste aspecto, “um aglomerado habitacional transforma-se em “favela” à medida em que desenvolve um microsistema sociocultural próprio” (Burgos, 2005), cuja organização se dá a partir de uma identidade territorial, gênese de um conjunto de instituições locais que, frequentemente, dão princípio a interações particularizadas com as instituições da cidade.

Conforme Burgos (2005, p.90), a categoria “favela” foi consagrada, pelo uso, para nomear a forma de habitação popular construída nas encostas do Rio de Janeiro, a partir do final do século XIX, por uma população composta, em sua maioria, de ex-escravos que antes viviam nos cortiços existentes em áreas do entorno do centro da cidade.

Paulatinamente, a palavra favela ganhou conotações negativas, que funcionam como antônimos de cidade e ausência de todos os atributos que a ela, modernamente, se confere: urbanidade, higiene, ética do trabalho, progresso e civilidade. Nesta circunstância, o verbo “favelizar” se incorpora ao vocabulário corrente. Passa a ser associado à desordem ou falta de civilidade. “O substantivo favela se vai emancipando de sua conotação original, presa à descrição do espaço, assumindo um significado transcendente, que remete a uma dimensão cultural e psicológica, a um tipo de subjetividade particular, a do “favelado”, homem construído pela socialização em um espaço marcado pela ausência dos referenciais da cidade.” (BURGOS, 2005 p.91).

A polissemia da palavra favela indica um processo generalizado, que perpassa o território do Rio de Janeiro, e alcança grandes cidades brasileiras – ou mesmo pequenas, de modo geral,

com o crescimento dos aglomerados habitacionais populares informais, nas áreas centrais e também nas suas periferias. Como bem destacado por Burgos (2005, p. 2,3), disseminam-se pelas cidades, características que historicamente singularizam a favela enquanto configuração ecológica, tal como sua vocação para o desenvolvimento de organizações socioculturais fortemente enraizadas na vida local, “às quais não faltam elementos de uma ordem jurídica singular, com a existência de autoridades informais locais, validadas por identidades coletivas territoriais, que também servem de base para a negociação política de acesso a bens públicos da cidade”. A favela, como organização social, é um exemplo típico de manifestação do pluralismo jurídico, em que a ordem oficial estatal convive com costumes de natureza comunitária/local. A reiteração de determinadas práticas, associadas a um senso ético de a estas se submeter, dá legitimidade ao que o sociólogo Boaventura Santos (1988) chamou de “Direito de Pasárgada”.

Historicamente, o eixo paradigmático das favelas é a ausência. Nesta perspectiva, Silva & Barbosa (2009, p.16) destacam que a favela é definida “pelo que não seria ou pelo que não teria.”. Conforme o referido autor:

(...) A definição centrada em aspectos da forma-aparência – predominantemente focada na ausência –, embora de ordem negativa, assumiu certa importância no que tange ao reconhecimento de reivindicações por obras de infraestrutura, presentes em grande número de favelas.

Assim é que a organização popular, manifesta em diferentes momentos e formas, permitiu uma significativa ampliação de acesso aos serviços regulares de água, esgoto, coleta de lixo, asfaltamento e iluminação; além de outros direitos sociais como saúde e educação. No entanto, observa-se que o elemento no qual menos se avançou foi exatamente aquele que coloca em questão a presença da favela nas cidades: a apropriação e uso do espaço urbano em seu conjunto como direito social (SILVA & BARBOSA *et al*, 2009).

O direito social se imbrica com o direito à cidade - direitos fundamentais como a moradia digna, lazer, transporte e trabalho estão relacionados não apenas com a garantia de um desenvolvimento sustentável, mas com uma cidade democrática, tanto no sentido de gozo e ocupação plural do espaço público urbano como no acesso real aos mecanismos de controle,

implementação e avaliação das políticas estatais. Neste sentido, o direito à cidade implica na justa distribuição dos benefícios da urbanização (Souza et al. 2013).

Lefebvre (2004) já nos apontava a importância do *habitar* nas considerações acerca dos problemas do urbano, questionando não só a escala de abordagem como também a redução da visão das questões sobre a moradia a aspectos puramente espaciais, sujeitos à planificação. O *habitar*, por sua vez, transcenderia os atos elementares de comer, dormir e reproduzir-se. São, portanto, as vontades individuais, os sonhos, a criatividade e o cotidiano que transformam o espaço formal, instituído, o *habitat*, em espaço vivido - no *habitar*.

Favela, mocambo, vila, parque proletário, entre outros, têm sua compreensão e explicação no campo da visão e da localização das áreas de habitação popular, ou das que são percebidas como tal. Assim é que, no desenvolvimento das favelas do Rio de Janeiro, estas vão surgir absolutamente acopladas à consolidação e expansão da cidade. Tanto no que se refere ao seu caminhar geográfico e ao tempo histórico, quanto nos processos em que se inserem. (SILVA & BARBOSA *et al*, 2009, p.17-18)

No início do século XXI, as favelas da cidade do Rio de Janeiro não são apenas distintas daquelas existentes há cinquenta anos, como, também, apresentam diferenças internas que foram constituídas ao longo do tempo e de sua expansão espacial (LEITÃO, 2009, p.20). De acordo com o cineasta Cacá Diegues, citado no estudo de Leitão (LEITÃO, 2009, p.22), o adensamento populacional e o quadro de violência seriam as diferenças fundamentais entre as favelas dos anos 1950 e as do século XXI. Na concepção de Diegues, havia no passado um certo lirismo em torno da vida em comunidade na favela, com um modo de vida que trazia um tom rural. Isto se transformou com a massificação das migrações e o superpovoamento. De fato, a afirmação faz sentido, na medida em que boa parte desses espaços foi sendo paulatinamente ocupados por migrantes, oriundos de pequenos municípios e de zonas rurais esvaziadas.

Além disso, sabe-se que a favela do final do século XX não é mais, como se imaginava no passado, tão somente um trampolim para a cidade – o lugar temporário dos que chegavam à metrópole, na busca de um futuro melhor. O fato é que, em que pese a visão homogeneizante de que a moradia em uma favela seria construída, quase sempre, pela

própria família ou com o apoio de parentes e vizinhos, sem qualquer remuneração da mão de obra envolvida, não se pode ignorar o papel desempenhado pelo mercado imobiliário informal existente na favela, no qual moradias são construídas também para locação e venda. (LEITÃO, 2009, p.24).

2.3. Processo de formação das favelas no Rio de Janeiro

O surgimento e a expansão das favelas caminham lado a lado com o próprio desenvolvimento espacial da cidade e se confunde com o histórico das remoções ocorridas em momentos marcantes da sua história.

A primeira dessas remoções se deu em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, quando o rei D. João VI, acompanhado de cerca de 15 mil pessoas, estabeleceu-se na cidade. Para receber um número tão grande de pessoas, a cidade sofreu, rapidamente, muitas transformações. Além da falta de espaço, não havia residências para abrigar a corte portuguesa. Logo foi encontrada uma solução: uma lei na qual o príncipe regente exigia a cessão das melhores casas para abrigar os portugueses recém-chegados. Neste ponto, afirma Gomes (2007, p. 148):

(...) complicado foi encontrar habitação para os milhares de acompanhantes da corte, recém-chegados à cidade que ainda era relativamente pequena, com apenas 60 mil habitantes. (...) Os endereços escolhidos eram marcados na porta com as letras PR, iniciais de Príncipe Regente, que imediatamente a população começou a interpretar como 'Ponha-se na Rua'.

Também Menezes (2008) e Martins (1922), citado por Geraldo (2008), relatam esse episódio pitoresco da história do Rio de Janeiro, quando, repentinamente e de forma sumária (com a inscrição das letras PR) o então vice-rei fazia evacuar muitos prédios a fim de se conceder a moradia aos fidalgos e à criadagem palaciana.

A medida gerou uma das primeiras crises habitacionais do Rio de Janeiro. Não obstante a cidade ter sido considerada “especialmente democrática”, uma vez que escravos, pobres e ricos habitavam o Centro, era perceptível a diferenciação social entre as freguesias urbanas. Ao redor do Paço Imperial, as freguesias da Candelária e São José transformaram-se em

locais de residência das elites. Estas também se dirigiam para as ruas recentemente abertas sobre o pantanal de Pedro Dias (atuais ruas do bairro da Lapa), bem como ocupavam chácaras mais distantes. Sem poder de mobilidade, as demais classes adensavam cada vez mais as freguesias de Santa Rita e Santana (atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa).

As "aposentadorias", como se chamavam os despejos por ordem real, geraram, além do problema inicial da falta de lugar para morar, disputas e ódios entre os súditos da cidade e os que vinham de Portugal, que tomavam as melhores casas e chácaras dos nobres do lugar. Isso causou um aumento excessivo no preço nos imóveis, tanto para compra como para aluguéis. Desestimularam-se as novas construções, pois se temia o confisco sem indenização (VALE, 2014).

Em paralelo à instalação da Corte, o príncipe regente criou a Intendência Geral de Polícia da Corte, nos moldes da que havia em Lisboa, órgão que desempenharia o papel de remodelar a cidade, realizando obras de melhoramento, além de policiar as ruas, reprimindo o crime, disciplinar a população e imprimir hábitos mais "civilizados" e de acordo com a nova ordem pública urbana (VALE, 2014).

Segundo Abreu (1987, p. 42), sede agora de modernidades urbanísticas, o centro, contraditoriamente, mantinha também sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver." (...) A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela e outras doenças.

Ferreira (2006) relata que a presença de casebres em morros da cidade data de 1865, o que leva à argumentação de que já se tratariam de formas embrionárias de favelas. Isso considerando-se a definição oficial, que inclui a conotação de adensamento, ilegalidade, pobreza, insalubridade e desordem. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse tipo de habitação encontra-se assim definido: "aglomerado subnormal (favelas e similares) é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou não),

dispostas de forma desordenada e densa, carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

No site “A Favela tem Memória”, o artigo “O avô das favelas⁵³” trata do grande cortiço “Cabeça-de-porco”. Por processo de metonímia a expressão “cabeça-de-porco” é incorporada ao cotidiano da cidade, com o sentido de edifício de apartamentos com estrutura precária e excesso populacional. Este grande cortiço se localizava na Rua Barão de São Félix, no bairro da Gamboa. Em 1893, a demolição do cortiço Cabeça de Porco levou seus moradores a construir barracos no morro da Providência, local em que surgiria, quatro anos depois, o nome que viria a denotar esse tipo de aglomerado:

“No final do século XIX o prefeito do Rio de Janeiro Barata Ribeiro determinou uma “operação de limpeza”, ordenando a demolição de todas as moradias que não respeitavam as regras de higiene estabelecidas. O alvo principal eram os cortiços do Centro. O maior deles se chamava exatamente Cabeça-de-Porco. Para os governantes, não passava de um foco de doenças. Para as quase quatro mil pessoas que moravam lá, era a única opção barata de habitação no Centro.” (Favela tem memória, 2014).

O jornalista e ilustrador Ângelo Agostini, que trabalhava na Revista Ilustrada, assim resumiu a demolição do “Cabeça de Porco”, fazendo uma irônica alusão ao nome do prefeito da cidade: “Quem suporia que uma barata fosse capaz de devorar uma cabeça de porco em menos de 48 horas? Pois devorou-a alegremente, com ossos, pele e carne, sem deixar vestígios”. Antes do Cabeça-de-Porco ser derrubado, Barata Ribeiro autorizou os moradores a retirar pedaços de madeira de seus quartos para usá-los em futuras construções. “O Estado vai facultar à gente pobre que habitava naquele recinto a tirada das madeiras que podiam ser aproveitadas”, disse o prefeito através de um comunicado (Favela tem memória, 2014).

Dois escritores, de olhos nas camadas pobres da população, fizeram um estudo mais aprofundado sobre a gente que vivia nos cortiços. Segundo Lima Barreto, os homens dos cortiços quase sempre trabalham fora, em profissões bastante humildes, e de dia o cortiço é povoado pelas crianças, que brincam no pátio comum, e pelas mulheres, “sempre às voltas

⁵³ Disponível em: <<http://www.favelatemmemoria.com.br/o-avo-das-favelas/>>. Acessado em maio/2014.

com tinas de roupa”. Já Aluísio de Azevedo fez destas instalações tema de seu livro mais famoso, “O Cortiço”, narrado com profundas doses de realismo. (MANSUR, 2010).

Na época, havia cerca de 600 cortiços em todo o estado do Rio de Janeiro, que abrigavam em torno de 25% da população. A decisão da prefeitura fez surgir uma legião de sem-teto na então capital do país. Sem opção, milhares de famílias subiram as encostas dos morros em busca de moradia. (Favela tem memória, 2014).

De acordo com relatos da época, a maioria das famílias teria usado a madeira para erguer pequenos barracos na encosta que existia logo atrás do Cabeça-de-Porco. Poucos anos depois, em 1897, os soldados que voltavam da Guerra de Canudos se fixaram ali. Era o início do Morro da Favela, hoje conhecida como Favela da Providência, que viria a cunhar o termo favela como o conhecemos atualmente (Favela tem memória, 2014).

Segundo Vaz *apud* Abreu (1994), a ocupação do morro se deu mediante cobrança por parte de um dos proprietários do extinto cortiço e que também era proprietário de terrenos na encosta do citado morro.

Abreu (1994, p.37) esclarece de que não há provas de que tenha havido uma autorização militar para que os soldados, quando regressados ao Rio de Janeiro, pudessem ocupar o morro da Providência. Com isso ressalta a certeza de que não procede a ideia, um tanto generalizada, de que foram estes militares que deram início à favela na cidade. Por outra vem reafirmar que o nome Favela daí se originou. Seja porque a conformação topográfica recordasse aos praças o relevo de Canudos, que teria um morro com esse nome, seja por existir ali uma vegetação semelhante à que encontraram naquela região durante sua campanha⁵⁴.

É importante ressaltar que houve, durante a constituição da organização espacial carioca, no decorrer do século XX, um comportamento já conhecido desde o século XIX, em que o Estado associou-se ao capital privado em benefício das classes mais abastadas da sociedade. Como sublinhado por Ferreira (2006), nesse sentido as formas de urbanização são, antes de tudo, formas da divisão social e territorial do trabalho.

⁵⁴ *Favela* é um dos nomes populares da espécie *Dimorphandra mollis*, atualmente objeto de exploração econômica em razão de substâncias nela contidas, de grande interesse da indústria farmacêutica.

Ferreira (2006) destaca que no fim do século XIX, as companhias de bondes da cidade também tiveram importante papel na produção do espaço carioca. Longe de representarem apenas companhias de transporte, elas participaram da conformação da espacialidade da cidade, pois a partir das alianças entre o capital externo, o capital imobiliário, o capital fundiário e o Estado, o espaço urbano começa a ser (con)formado, o que inclui alargamento de ruas, construção de túneis, remoções (ladeira de Santo Antonio, por exemplo) e aterros.

Abreu (1987, p. 44), percebe tal aliança e enaltece o que denominou “associação bonde-loteamento”. Exemplificando essa forma de associação, afirma que o bairro de Vila Isabel foi criado em 1873 pela Companhia Arquitetônica, cujo proprietário era o mesmo da Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, o Barão de Drummond. Exemplos como este permitem a Ferreira (2006) afirmar que a apropriação e a produção do espaço se dão segundo os interesses do Estado, do capital comercial (nesse caso, mais especificamente os concessionários do setor de transportes), o capital imobiliário e o capital fundiário.

2.4. A urbanização, o Capital e as favelas

Como observa Harvey (2004, p.233), “(...) grande parcela da extraordinária transformação da superfície da terra nos últimos duzentos anos reflete precisamente a materialização da forma de utopismo do processo fundado no livre mercado.” O mesmo autor segue.

A acumulação do capital fundada no livre mercado, em sua incidência sobre um variegado terreno geográfico de dotações de recursos, histórias culturais, possibilidades de comunicações, quantidades e qualidades de trabalho (terreno geográfico que é cada vez mais um produto diferenciado de investimentos de capital em infra-estruturas, em “capital humano” e ambientes construídos), produz ao mesmo tempo a intensificação do desenvolvimento geográfico desigual em termos de padrão e de perspectivas de vida. Regiões mais ricas tornam-se mais ricas, deixando regiões mais pobres ainda mais pobres. (HARVEY, 2004, p.233).

As autoridades se recusavam a aceitar a existência das favelas a cada vez que arrasavam habitações populares e expulsavam seus moradores. No início do século XX, novas demolições de cortiços impulsionaram o crescimento das favelas: desta vez, o célebre “bota-abaixo” promovido pelo prefeito Pereira Passos a partir de 1904. Objetivando traçar grandes

avenidas e transformar o Rio em uma capital nos moldes de Paris, sem pobreza à vista, cortiços e casebres foram derrubados.

Também comentando sobre a reforma de Pereira Passos, Ferreira (2006) lembra que o prefeito impôs novas e rigorosas normas urbanísticas que acabaram por inviabilizar inclusive os subúrbios para as classes mais pobres que foram desalojadas da área central da cidade. Nesse sentido, o novo já traz em si a sua própria negação. Os meios de transporte eram precários, obrigando a força de trabalho a residir próximo ao local de trabalho.

Os pobres, naturalmente, se afastaram das casas destruídas. Como se fosse uma força centrípeta, se estabeleceram logo ali ao lado, porque “precisava-se de trabalhadores para realizar as obras de alargamento de avenidas, e eles eram exatamente os moradores dos cortiços derrubados. Eles então ocuparam o bairro da Saúde e o morro da Providência”. Desde o início, o morador das favelas queria estar perto do Centro, das oportunidades de trabalho e a cidade continuou a precisar dessa mão-de-obra” (RODRIGUES, 2009). Esse movimento “necessário” e hipócrita vem sendo reproduzido até hoje sob novas formas de um território cada vez mais saturado.

Se até 1930⁵⁵ as favelas cariocas não eram, nem sequer, reconhecidas pelo Estado, hoje as discussões nada mais têm a ver com a sua pertinência, ou não, no tecido da cidade. Passados, supostamente, os anos das políticas de remoções, as favelas vêm, lentamente, conquistando o pleno direito de existir, de serem atendidas pelo Estado.

Teoricamente, os anos das políticas de remoções das favelas ficaram para trás, são história e poderiam ser condensadas e datadas - após a reforma urbana -, conforme nos descreve a pesquisa de Abreu:

"Em tempos de "fechamento político", como ocorreu, por exemplo, em alguns momentos da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e no período de vigência dos governos militares (1964-1985), o combate às favelas

⁵⁵ "Até 1930, a favela existe de facto mas não de jure. Está, portanto, presente no tecido urbano, mas ausente das estatísticas e dos mapas da cidade; não é individualizada pelos recenseamentos. É considerada como uma solução habitacional provisória e ilegal, razão pela qual não faz sentido descrevê-la, estudá-la, mensurá-la. Para os poderes públicos as favelas simplesmente não existiam." ABREU, 1994, p.34. (Em nota o autor esclarece que a exceção, em relação aos poderes públicos não reconhecerem a existência das favelas, é dada pelo plano Agache que, entretanto, propunha sua erradicação.)

mostrou-se muito forte, resultando, daí, a erradicação forçada de muitas delas." (ABREU, 1994, p.44).

A realidade, infelizmente, conforme observa Rolnik (2013) e Carvalho (2000), agora colocada em números por Faulhaber (2014), nos mostra que a situação em relação às remoções não é muito diferente, hoje, do que já foi em outros tempos mais difíceis na história das favelas cariocas. Mas, mesmo que a força do capital siga subjugando o que quer que seja a fim de realizar suas metas, as conquistas das favelas não são poucas e merecem ser exaltadas.

As primeiras intervenções para execução de melhorias em áreas faveladas no Rio de Janeiro aconteceram através da Fundação Leão XIII, fundada em 1946, pela Igreja Católica que, procurando aprofundar ainda mais seu trabalho junto às populações faveladas, cria, em 1955, a Cruzada São Sebastião. A Cruzada também viria a atuar na melhoria de serviços básicos como luz, água e esgoto para as favelas (LEEDS, 1978). Em 1956 o governo municipal cria o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (Serfha).

Em 1957 é criada a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal.⁵⁶ Posteriormente, num processo de organização mais avançado, é fundada a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara - FAFEG (BURGOS, 1999). O golpe de 1964 traz de volta os processos de remoção que, nem por isso, significariam um retrocesso para as conquistas das populações faveladas. Antes mesmo do golpe, em 1962, já havia sido criada a Companhia de Habitação do estado da Guanabara (COHAB) que tinha, como proposta inicial, a urbanização de favelas, mas que logo se transformaria em agente do programa de erradicação do governo Lacerda (SANTOS, CNF dos, 1981a). É justamente essa política que, indiretamente, dá origem, em 1968⁵⁷, à Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO).

⁵⁶ Não confundir com a criação das primeiras associações de moradores das favelas. "Percebo que fiz logo uma opção bem comprometida com o clímax da crise ao escolher a data de 1964. Já antes dela existiam Associações de Moradores na favela, que tinha, na época, uns 30 anos." (SANTOS, CNF dos, 1981a, p.32)

⁵⁷ Data em que o Grupo de Trabalho, que era uma Secretaria Executiva do Governo do Estado da Guanabara, desde janeiro de 1967, se torna uma empresa estatal de economia mista. (SANTOS, CNF dos, 1981a, p.57).

A CODESCO viria a ser, em um contexto político bastante adverso⁵⁸, a responsável pela urbanização de Brás de Pina que, ainda no governo de Lacerda, recusava-se a ceder ao processo de remoção para as recém construídas Vila Aliança e Vila Kennedy. Foi uma conturbada conformação política⁵⁹, com a eleição em 1965 de Negrão de Lima, que gerou espaço, mesmo em terreno pouco propício, para uma experiência pioneira de urbanização que viria a servir como referência para as outras favelas:

A atuação da CODESCO é muito curta, dura apenas três anos, ainda que formalmente tenha existido por sete anos. Desde que é criado a CODESCO, sua filosofia de trabalho logo se torna bandeira para a população favelada. A FAFEG passa a reivindicar urbanizações ao estilo da de Brás de Pina para todas as Favelas do Rio (...) (SANTOS, CNF dos, 1981a, p. 57).

Em meados dos anos 1980, após o fim dos governos militares, o processo de redemocratização do país vem se refletir no poder público e na sua relação com as favelas, no sentido de considerar a necessidade de lhes garantir um mínimo de infraestrutura urbana (PETERSEN, 2003). Essa conjuntura propicia uma volta às políticas de urbanização do Estado, colocadas de lado com a extinção da CODESCO. Andrade (2013) chama à atenção para o fato de que, nessa nova fase, diferentemente do que havia sido feita anteriormente, o Estado passou a compreender seu papel como responsável, exclusivamente, pela infraestrutura urbana. Os espaços privados seriam, nessa nova acepção das intervenções, de exclusividade, e responsabilidade, dos moradores.

Retomados pelo Projeto Mutirão, que em pouco tempo de existência⁶⁰ se tornaria o Projeto Urbanização Comunitária - Mutirão Remunerado, os programas de melhorias em áreas

⁵⁸ CNF dos Santos começa seu relato acerca do caso Brás de Pina comentando: "Talvez a maior lição que se possa tirar de Brás de Pina é que não há que se esperar por momentos favoráveis para fazer esta ou aquela ação coletiva." (Ibid., p.32).

⁵⁹ "É nesse contexto político, profissional e de debate popular que pode ser explicada a ação de Negrão em relação às favelas. Depois de se comprometer a não mexer nelas, foi obrigado pelo governo federal a não fazer nada. Este chegou a criar um órgão chamado CHISAM-Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio, que, com o pretexto de coordenar ações a nível metropolitano (na época o aglomerado metropolitano do Rio se repartia entre dois Estados), de fato representava uma intervenção branca do BNH nas políticas habitacionais da Guanabara, tirando-lhe quaisquer pretensões à autonomia no setor. A ação da CHISAM foi notável, chegando em três anos a remover 28% da população favelada do Rio. (Ibid., p.50).

⁶⁰ "O projeto inviabilizou-se porque o universo de problemas era imenso e diversificado, acrescido à falta de vontade da população de trabalhar de graça, já que conseguia - e precisava - de trabalho remunerado (os chamados "bicos"), dos fins de semana" (PETERSEN, 2003, p.50).

faveladas teriam, no Favela Bairro⁶¹, o seu próximo e paradigmático momento. Em 1994 é lançado o edital para o Concurso Público para Seleção de Propostas Metodológicas e Físico-Espaciais Relativas à Urbanização de Favelas no Município do Rio de Janeiro.

O Favela Bairro passou por duas fases, podendo-se dizer que é o mesmo que atende atualmente⁶² por um novo nome: Morar Carioca. Apesar dessa nova nomenclatura, a essência do Programa não mudou muito e podemos entendê-lo, sob essa perspectiva, como uma tentativa de evolução em relação ao Favela Bairro, assim como a segunda fase deste o foi em relação à primeira.

O Programa Favela Bairro teve início propondo a integração da favela ao seu entorno, basicamente através da promoção de melhorias físico-ambientais. A partir da assinatura do contrato entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no final de 1995, o Programa ganha uma perspectiva mais ampla de intervenção, passando a contemplar também as questões de regularização fundiária assim como as de prestação de serviços sociais (JUNIOR, 2006). Dessa maneira, ao iniciar a sua segunda fase, no ano de 2000, o Favela Bairro já se configura em um Programa sensivelmente mais abrangente. As bases que o definem são compostas por três componentes principais (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2003 apud JUNIOR, 2006, p. 67):

- 1) Urbanização Integrada, envolvendo obras de infraestrutura básica, tais como abastecimento de água, esgoto, sistema viário, drenagem, iluminação pública, proteção de encostas e reflorestamento; 2) Atenção a Crianças e Adolescentes, envolvendo, além das creches, o complemento à educação básica, com atividades artísticas e desportivas e a formação de jovens, dos 15 aos 17 anos, para atuarem em suas comunidades, apoiando ações de educação e saúde, esporte, cultura, meio ambiente e turismo; 3) Geração de Trabalho e Renda, fornecendo cursos de capacitação profissional e aumento de escolaridade para jovens e adultos. O Programa previa

⁶¹ No ano de 1994 as equipes do Mutirão foram transferidas para a Secretaria Extraordinária de Habitação (SEH) de onde saíria o projeto piloto do Favela Bairro, lançado por decreto municipal. O projeto havia tomado, por base, as experiências anteriores do Mutirão Remunerado (PETERSEN, loc. cit.).

⁶² Em 2010 a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou, através da Secretaria Municipal de Habitação, o Programa Morar Carioca, que tem a ambiciosa meta de urbanizar todas as favelas da cidade até o ano de 2020. Fonte: Disponível em <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2010/07/27/rio-lanca-programa-de-r-8-bi-para-urbanizar-favelas-ate-2020/>> Acesso em junho/2013.

qualificar prestadores de serviços, profissionais autônomos e microempresários, orientando-os na gestão de seus negócios.

Em 2003 foi realizado um estudo pelo Instituto Pereira Passos, em conjunto com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comparando dados de sete favelas urbanizadas pelo Favela Bairro e outras cinco onde não houve programa de urbanização. A apuração dos dados apresentou resultados diferenciados (Leitão e Delecave, 2013, p.6).

Segundo o coordenador da pesquisa, Pedro Abramo: “(d)e uma forma geral, os indicadores sociais melhoraram em todas as comunidades. Mas, nos índices de infraestrutura, a melhora foi mais significativa onde houve o Programa.” No aspecto econômico, a pesquisa não apresentou mudanças significativas: “Nas comunidades incluídas no Programa, os chefes sem renda passaram de 7,1%, em 1991, para 15,1% em 2000. Sem o Programa, o percentual subiu de 5,8% para 11,2%.” Para os mais pobres a situação ficou ainda pior nas favelas urbanizadas mas a situação para os com um pouco mais de renda, melhorou: “Houve uma piora nesse sentido. E uma melhoria na faixa de dois a dez salários. Ou seja, quem estava mais preparado, conseguiu avançar, mas piorou a situação dos mais pobres. Não vejo impacto do Favela-Bairro nesse índice”. (LEITÃO e DELECAVE, 2013, p.6). Outro dado representativo da pesquisa foi o crescimento em mais de 200% do número de domicílios nas sete favelas onde houve o Favela Bairro, demonstrando como o processo de urbanização estimulou o crescimento destas favelas.

Resultados ‘à parte’, em 2010 o Programa Morar Carioca é lançado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de urbanizar todas as favelas da cidade até o ano de 2020. Contando com 25% do total dos investimentos destinados ao plano de metas da cidade para as Olimpíadas de 2016, 40 equipes multidisciplinares dirigidas, necessariamente, por um arquiteto urbanista, são selecionadas através de um concurso público de metodologias de urbanização de favelas.

Passados quase quatro anos da homologação do concurso⁶³, a realidade do Programa tem se mostrado completamente diferente da ocasião de seu lançamento. Pouquíssimas equipes

⁶³ O concurso Morar Carioca foi homologado em janeiro de 2011.

selecionadas chegaram a ser contratadas para elaborar projetos de urbanização. Independente da maneira pela qual o Programa vem se desenvolvendo, seguem havendo aspectos na formatação do Programa, assim como das propostas das equipes que atenderam ao concurso de metodologias de urbanização, que devemos salientar.

Das mudanças entre o Favela Bairro e o que teoricamente seria o Morar Carioca, segundo o edital de seu concurso, existiram dois pontos importantes a salientar: a previsão de percentuais significativos de reassentamentos e a inclusão do tópico de melhorias das unidades habitacionais existentes.

O edital do Morar carioca estimulava propostas de diminuição de adensamento do tecido urbano das favelas através da construção de unidades multifamiliares, contando para isso com a liberação de percentuais significativos de reassentamentos enquanto que no Favela Bairro havia um teto estabelecido de 5% para essa finalidade. Este é um assunto polêmico pois trata-se de uma remoção feita por critérios técnicos e com a finalidade exclusiva de buscar uma melhor qualidade de vida para a favela. Mas imediatamente surge uma pergunta, 'quem' é favela?

Quando sentidos e significados são vistos para modo de produção; um representante do Governo revela as boas intenções políticas da agência na qual trabalha, enquanto omite o seu suporte econômico, impossível de ter a crueza disfarçada atrás das ambiguidades sutis; um morador está praticando seus próprios valores e suas próprias percepções do mundo, ainda que se expresse altruisticamente pela sua "comunidade". Quem se debruce em tal material como um estudioso tem de se dispor a desvendar adivinhações que, à primeira vista, ou são fáceis, ou nem existem formuladas como perguntas. Tem de revelar metáforas que encobrem o que é a sociedade para ela mesma, adoçando um prato amargo e meio azedo. Tarefa antipática, cheia de riscos de desagradar a gregos e troianos. (SANTOS, CNF dos, 2009b, p.12).

Os interesses são distintos e operam em diferentes escalas. O técnico, responsável teórico pelas decisões das remoções que irão, ou iriam se suceder nesses espaços, opera segundo critérios e tempos que não necessariamente se coadunam com o fazer solicitado. Como observa Leitão e Delacave (2013, p. 9), o arquiteto urbanista, em um passado recente, de

maneira quase consensual, considerava como ponto chave “o respeito à permanência do habitat construído pelos moradores, ao longo de anos e com recursos e esforços próprios.”

No concurso Morar Carioca, por sua vez, as equipes propuseram intervenções mais ousadas, com significativas reestruturações da malha urbana da favela, seja em termos de forma urbana ou de sua acessibilidade/mobilidade. São propostas aberturas de vias de maior porte, construção de teleféricos e de planos inclinados. Conjuntos habitacionais verticalizados com a liberação de área para construção de espaços de recreação e lazer são apresentados em diferentes versões, com a justificativa de assegurar assim melhores condições de habitabilidade para a população local. (LEITÃO e DELACAVE, 2013, p. 9).

O Morar Carioca apresentou o tópico relativo às melhorias habitacionais como outro ponto – novidade – de diferença com relação ao Favela Bairro. Esse alcance, que as questões da urbanização voltam a ter, vai ao encontro da Lei federal nº 11.888, de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica, pública e gratuita, para a elaboração do projeto e a construção de suas habitações⁶⁴. A Assistência em questão se estende também aos casos de reforma, ampliação ou regularização fundiária de habitação. Conforme observa Leitão e Delacave (2013, p. 10), as melhorias habitacionais refletem:

(...) outra percepção do espaço construído da favela, que agora tem reconhecidos seus graves problemas de habitabilidade, ao mesmo tempo que é legitimada sua inserção na cidade. As novas intervenções vão, assim, simultaneamente, propor expressivas cirurgias no tecido da favela, e reconhecer as formas vernáculas de habitar dessas comunidades, tendo por objetivo assegurar melhores condições de habitabilidade.

Junto a esta questão, da intervenção na habitação, é suscitado outro importante ponto que, apesar de perpassar os programas desde seus primórdios, segue sendo um grande desafio a ser enfrentado: a participação popular no processo de urbanização⁶⁵. Essa participação já é garantida documentalmente desde o Favela Bairro, porém, por razões distintas, é um objetivo que dificilmente logra ser alcançado a contento. Fatores como a exiguidade nos

⁶⁴ Lei disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em junho/2013.

⁶⁵ Note-se que a urbanização, nesse contexto, sem equívoco, também engloba o fazer arquitetônico em seu sentido mais estrito. Voltamos a suscitar a importância da abordagem das questões referentes à cidade pelo viés do habitar, segundo a compreensão de Lefebvre (2004).

prazos para a elaboração dos projetos, até a falta de uma metodologia participativa apropriada na execução dos mesmos podem ser citados como entraves a uma efetiva participação popular no processo de intervenção (LEITÃO e DELECAVE, 2013, p.265).

O processo participativo é uma ação que demanda decisões e conhecimento compartilhado entre corpo técnico - arquitetos - e a comunidade local, favela. São decisões tomadas de forma direta entre as partes, numa perspectiva democrática da construção de espaços de maior justiça social. Deve contemplar a experiência da população local, sua história e sua cultura, ampliando os canais de troca social, cultural e educacional da, e com a comunidade. Deve ter por objetivo, também, criar meios de sustentabilidade ao procedimento, de forma a mantê-lo como um processo aberto, presente, pronto a ajustes e adequações. Como coloca Lefebvre, a atuação dos técnicos está condicionada à praxis e, ainda assim, na condição de facilitador da mesma.

Nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o economista, nem o filósofo ou o político podem tirar do nada, por decreto, novas formas de relações. (...) Nem um nem outro cria as relações sociais. Em certas condições favoráveis, auxiliam certas tendências a se formular (a tomar forma). Apenas a vida social (a praxis) na sua capacidade global possui tais poderes. Ou não os possui. (2008, p.109)

Nesse sentido, os *espaços de esperança*, de Harvey (2004a), e o conceito de Lefebvre (2004), que tem no *habitar* fundamento essencial da problemática do urbano, nos guiarão na busca pela construção de um conhecimento emancipador.

A busca por essa renda leva o capital global a avaliar iniciativas locais distintas (e, em certos aspectos, quanto mais distinta a iniciativa, melhor). Também leva à avaliação da singularidade, da autenticidade, da particularidade, da originalidade, e de todos os outros tipos de outras dimensões da vida social incompatíveis com a homogeneidade pressuposta pela produção de mercadorias. Para o capital não destruir totalmente a singularidade, base da apropriação das rendas monopolistas (e há muitas circunstâncias em que o capital faz exatamente isso), deverá apoiar formas de diferenciação, assim como deverá permitir o desenvolvimento cultural local divergente e, em algum grau, incontrolável, que possa ser antagônico ao seu próprio e suave funcionamento. É em tais espaços que todos os tipos de movimentos oposicionistas devem se organizar (...). O problema para o capital é achar os meios de cooptar, subordinar, mercadorizar e

monetizar tais diferenças apenas o suficiente para ser capaz de se apropriar das rendas monopolistas disto. O problema dos movimentos oposicionistas é usar a validação da particularidade, singularidade, autenticidade e significados culturais e estéticos de maneira a abrir novas possibilidades e alternativas (...) construindo, de modo ativo, novas formas culturais e novas definições de autenticidade, originalidade e tradição. Esse é um caminho difícil de ser seguido (...). **No entanto, é evidente que alternativa alguma à forma contemporânea de globalização será apresentada a nós a partir do alto.** Ao procurarem explorar valores de autenticidade, localidade, história, cultura, memórias coletivas e tradição, abrem espaço para a reflexão e a ação política, nas quais alternativas podem ser tanto planejadas como perseguidas. Esse espaço merece intensa investigação e cultivo (...). **É um dos espaços chave de esperança para a construção de um tipo alternativo de globalização, em que as forças progressistas da cultura se apropriam dos espaços chave do capital em vez de ao contrário.** (HARVEY, 2005, p.237 – 239, grifo nosso).

A Arquitetura e o Urbanismo, pensados no sentido colocado pela questão essencial da participação, demandam, inexoravelmente, a presença do morador junto ao corpo técnico. Assim, o “convite” do jovem Pedro nos incita a buscar os meios, pois os agentes aí estão.

EU, O OUTRO

(...) tudo isso é surdo e se constrói surdamente

tudo isso é plantado no cotidiano

impotente quero potência -

e a arma se apresenta

ao preço da vida breve

o mal se torna a moeda de troca

o bem também - façam suas apostas

e divirtam-se

nos diz o Destino silencioso e irônico

a vida é um jogo de alegria

um jogo amoroso

um jogo de busca

podemos jogá-la juntos

se quiseres: passa lá em casa

(Pedro Garcia In: SILVA & BARBOSA, 2005, p. 69 – 72, grifo nosso)

3 . CONTEXTUALIZAÇÃO DOIS: A RESPEITO DA ARQUITETURA

3.1 Debatendo a Arquitetura e o Urbanismo: começando pelo Modernismo

Temos uma compreensão de que a Arquitetura, e não menos o Urbanismo, encontra-se em uma espécie de crise de identidade. No entanto, quando consideramos essas matérias aplicadas à realidade das favelas, pela natureza social de sua aplicação, a identidade do ofício encontra-se razoavelmente bem referenciada. Nesses casos, a crise mencionada será percebida nas dificuldades e limitações que os processos de trabalho dessas disciplinas têm evidenciado ao abordar essas complexas, dinâmicas e individualizadas espacialidades.

Nesse sentido, é interessante observar que não é de hoje que se tenta encontrar, definir, ou mesmo criar algo que possa ser cunhado como um *modus operandi* para arquitetos e urbanistas. A verdade é que mesmo se tomarmos, como exemplo, o período entre os anos 1920 e 1940⁶⁶ - momento quando, sob a ótica dos Congrès Intenacionaux d'Architecture Moderne – CIAM), a Arquitetura e o Urbanismo supostamente teriam chegado perto de uma concordância teórico-conceitual⁶⁷ - nem aí o processo projetual de arquitetos e urbanistas pôde ser definido por uma metodologia bem definida, um modo operacional de execução de tarefas. Ainda que os CIAMs fossem uma plataforma de debates onde arquitetos e urbanistas de diversos países se debruçavam em torno de ideais, princípios e métodos de análise de projetos similares, por vezes usando as mesmas abordagens das problemáticas locais e propondo a adoção de soluções projetuais semelhantes, contradições internas e

⁶⁶ Período referente à fundação dos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) – CIAM I (1928) – até os CIAMs VI e VII (1947 e 1949) do período pós-guerra; os últimos ainda sob franca influência de Le Corbusier. É importante fazer notar que nosso interesse ao delimitar este período reside puramente nas questões que puderam, naquela ocasião e diferente do que sugerimos ser a realidade atual, conformar a arquitetura e o urbanismo como disciplinas com identidades bem definidas – e para isso utilizamos os CIAMs como balizadores, ainda que a identidade da arquitetura moderna tenha ganhado corpo antes mesmo da existência dos congressos. Não tratamos, portanto, de apenas apontar o período de apogeu do Movimento Moderno em arquitetura, mas sim de como este foi importante para a consolidação de normas e preceitos adotados numa escala ampla e global. FICHER, S. Reflexões sobre o Pós-Modernismo. In: Revista de Arquitetura e Urbanismo, março de 2007. Disponível em: < <http://revistamdc.files.wordpress.com/2008/12/mdc04-txt-01.pdf> >. Acesso em março/2013.

⁶⁷ A busca pelo desenvolvimento de uma metodologia de concepção racional e científica culminaria, inclusive, com a redação da Carta de Atenas na ocasião do CIAM IV em 1933, consolidando a doutrina Funcionalista-Racionalista que definiria os preceitos teórico-conceituais da época. Segundo Frampton (2003), os CIAMs podem ser divididos em três fases: a primeira, de 1928-1943; a segunda entre 1943-1951, e a terceira, entre 1951-1956. A terceira fase, iniciada pelo CIAM VIII, incluiu questões como as preexistências, o patrimônio urbano e a inserção da escala do homem 'caminhante' na escala da cidade – questões que se contrapõem à ideia do homem "modulor", a base teórico-conceitual modernista até então.

correntes dogmáticas distintas contribuíram para a sua dissolução em 1959. Como Ficher (1984, p. 2) afirma, "(...) a simples análise dos temas e discussões dos CIAMs, de 1928 a 1956, permite verificar que entre os 'modernos' jamais existiu concordância doutrinária".

Entretanto, não se trata aqui de discutir o quanto de consenso havia, ou não, na produção arquitetônica modernista⁶⁸, mas sim fazer notar, desde já, a natureza complexa e não ortodoxa dos métodos da Arquitetura. Assim, compreender o que deveria, poderia, ou mesmo o que - de fato - tem se tornado a Arquitetura, enquanto ofício e obra, não é uma tarefa muito simples. Dessa maneira, e de forma a alcançar uma consciência crítica, desenvolvemos, como passo inicial, uma discussão acerca da arquitetura e do urbanismo e suas correlações sociais, durante o período moderno e pós-moderno.

Voltar à história da Arquitetura Moderna de forma a reconhecer, compreender e situar onde nos encontramos atualmente, é um movimento mais do que pertinente, que vai além da questão de sua continuidade histórico-temporal. Ainda que as questões de cunho estilístico-formal sejam importantes, o debate necessário as ultrapassa, já que a intenção é discutir o processo de perda de referências ideológicas ao longo do século XX, que levou, por assim dizer, a uma perda maior: a do papel do arquiteto enquanto agente de transformação social.

A Arquitetura tem construído sua legitimação e sua identidade, através dos tempos, através de uma sucessão de estilos históricos, com elementos formais e sistemas normativos bem definidos, incluindo ordens compositivas, uso de determinados ornamentos e técnicas, evolução dos 'tipos' – algo explorado por tratadistas renascentistas como Leon Battista Alberti e por historiadores como Banister Fletcher e Auguste Choisy, por exemplo⁶⁹. Por outro lado, autores como Pinón (2006) e Santos (1980) sugerem que o surgimento da Arquitetura Moderna no início do século XX vem trazer muito mais do que apenas um novo estilo, no sentido desta tradição histórico-temporal. Aliás, a Arquitetura Moderna - não

⁶⁸ Podemos considerar como um recorte temporal adequado, senão ideal, uma visita ao Movimento Moderno na arquitetura para uma compreensão do que vêm a ser a arquitetura e o urbanismo contemporâneos. Segundo Harvey (2012), "(...) o único ponto de partida consensual para a compreensão do pós-moderno reside em sua possível relação com o moderno". Como a abordagem desse assunto será direcionada especificamente ao tema em questão, sugerimos, para uma compreensão mais abrangente, Frampton (2003).

⁶⁹ Os estilos arquitetônicos são descritos de maneira minuciosa nas obras: *History of Architecture on the Comparative Method*, de Sir Bannister Fletcher, publicado em 1896; e *Histoire de l'Architecture*, de Auguste Choisy, de 1899.

como um momento histórico, mas sim como um novo modo de se fazer e pensar os edifícios e a cidade – vem romper com o conceito de um estilo de arquitetura como o conhecíamos até então.

A passagem de uma *arquitetura de estilo*, por assim dizer, para a Arquitetura Moderna tem uma representatividade importante quando olhamos para os métodos processuais do fazer arquitetônico, conforme observa Piñon:

A modernidade arquitetônica institui um novo modo de conceber em que, paradoxalmente, a noção de estilo, desprovido dos aspectos básicos dos estilos históricos, pode atuar como entidade mediadora entre a necessária identidade do objeto e a universalidade essencial dos valores em que se fundamenta sua estrutura formal. Um estilo entendido como um modo de conceber, no qual a experiência coletiva já não se transmite por meio do tipo, como ocorria na arquitetura de ascendência classicista, mas que é assumida pelo autor, em função da sua atitude perante os materiais arquitetônicos - não os meramente construtivos - que a história põe ao seu alcance. (PIÑÓN, 2006, p.30).

Em termos gerais, o processo do projetar arquitetônico, baseado em tratados e normas compositivas historicistas, estava sendo abandonado em prol de um novo processo – que, como mencionado anteriormente, seria altamente influenciado pela lógica funcionalista-racionalista defendido nos CIAMs, assim como pela industrialização crescente, que mudariam o pensar e fazer arquitetônico no período moderno. As estéticas industriais, a alusão às novas tecnologias e meios de transporte (aviões, transatlânticos, carros), assim como a referência ao ‘tempo a-histórico’ consolidaram a imagem da arquitetura do período moderno como algo essencialmente dinâmico – ainda que edifícios sejam justamente o oposto disso.

Mas como este ‘tempo a-histórico’ e arquitetura se interligam? Esta é uma das muitas contradições do Movimento Moderno: de que a arquitetura deveria ser atemporal, dissociada de tradições, estéticas e simbologias historicistas. Uma das obras seminais do período (1942) é “Space, Time and Architecture: the Growth of a New Tradition”, de Sigfried Giedion, que relaciona ‘tempo’, ‘espaço’ e ‘arquitetura’ de forma a se tornarem indissociáveis, apesar de cristalizados num momento histórico – moderno. Seu outro livro, “Mechanization Takes Command: a Contribution to Anonymous History”, de 1948, aborda

como a crescente industrialização do período entre-Guerras se faria presente no processo criativo e projetual da Arquitetura – algo bastante difundido entre a corrente funcionalista-racionalista do CIAM.

Entretanto, ainda que a estética industrial esteja associada à modernidade, e o tempo à velocidade, é o objeto arquitetônico como produto final que ganharia maior atenção. Mesmo que o tempo e o espaço indiquem mutação, tema tão recorrente para os modernistas, seria o objeto, o produto final que ganharia destaque. Ou seja: ao invés de permitirem uma leitura temporal e histórica do tempo, do espaço e da arquitetura, pela ótica modernista estes atributos acabam por dissociar a Arquitetura do seu processo de concepção, maturação e desenvolvimento, pois há uma tendência a se pensar na Arquitetura - Moderna - como obra e não como processo.

Em seu livro ‘Vers une Architecture’, publicado em 1928, Le Corbusier se vale da estética da máquina e da atemporalidade da Arquitetura Moderna para validar o crescente processo de racionalização do projetar – ajudado, de certa forma, pela difusão dos dogmas funcionalistas-racionalistas do CIAM. Entretanto, curiosamente esta operacionalidade do projetar e do construir foram minimizados frente à grandiosidade, relevância histórica e amplitude das estéticas e do repertório formal da Arquitetura Moderna. Sendo assim, a ênfase dada ao objeto, em detrimento do processo de concepção, levaria a um entendimento da Arquitetura Moderna como algo atemporal, quase etéreo, uma visão do futuro. Dentre as propostas e projetos do período entre-Guerras que exemplificam o caráter etéreo e atemporal da arquitetura de Corbusier podemos citar as Villes La Roche (1923), Jeanneret (1925), Savoye (1928) a Cité du Refuge (1929), o Palace des Soviets (1930), e Immeuble Clarté (1931).

Por outro lado, temos, no mesmo período entre-Guerras, uma maior consolidação do Urbanismo como disciplina e prática. Cabe lembrar que os CIAMs debatiam muitos conceitos e ideias sobre como se pensar, planejar e propor novos desenhos de cidade – sobretudo depois da destruição causada pelos bombardeios nas cidades europeias. Podemos citar as obras-chave ‘Le Urbanisme’ (1925), ‘La ville radieuse’ (1935) e ‘Chartre d’Athènes’ (1942), de Corbusier, e também ‘Can our cities survive?’ (1942), de Josep Lluís Sert – outro membro importante do CIAM. Estas publicações, não ocasionalmente lançadas simultaneamente,

defendem ideias muito próximas, de que o urbanismo das cidades deveria ser proposto de modo a prover uma melhor condição de vida para seus habitantes.

Não que esta ideia de se associar o urbanismo e o desenho das cidades à qualidade de vida de seus moradores não tenha sido proposto antes, como o conceito de cidades-jardim de Ebenezer Howard, publicado no seu livro “Garden Cities of To-morrow” (1902) sugere. A diferença, talvez, seja a amplitude, a escala de intervenção no espaço urbano. Howard propôs um tipo de urbanismo replicável, mas de certa forma finito, pois suas cidades-jardim teriam uma dimensão pré-determinada, cerca de 7 milhas. A sociedade industrial de então – fins do século XIX – estava em plena ascensão. Já o urbanismo moderno de Corbusier e Sert, por exemplo, previa um modelo replicável e infinito, pois suas ideias previam a aplicação de princípios de zoneamento e de usos que podem ser ajustados de acordo com a dimensão da cidade em questão. Cabe ressaltar que tanto pré-modernos, como Howard, como modernos, como Corbusier e Sert, tinham a convicção de que o Urbanismo, como disciplina e prática, seria um poderoso meio para propor reformas sociais e urbanas imprescindíveis para o momento histórico que viviam.

A utopia modernista de uma cidade projetada segundo um sistema socialmente justo vem, aos poucos, demonstrar suas fragilidades. Possibilitada pela própria Guerra, que devastou grandes áreas nas cidades europeias, a implementação dos preceitos modernistas – *tabula rasa* – foram possíveis pela própria natureza dos eventos. Reconstruídas sob a égide do urbanismo moderno, as novas localidades mostraram-se criadoras de espacialidades desconexas com o tecido já existente da cidade, em seu entorno imediato.

Na desvinculação entre projeto de cidade e cidade existente, aí incluindo seus moradores – culturas, desejos, hábitos, etc. – podemos encontrar as bases que levariam, anos mais tarde, à crise do movimento moderno na arquitetura. Os “olhos que não veem”, que era como Le Corbusier se referia às pessoas de sua época, é determinante para compreendermos a desconexão supracitada e a convicção no poder técnico em resolver uma demanda de tamanha complexidade.

Convém-nos observar que, nesse momento da história, a Arquitetura era um ofício com uma identidade extremamente forte, fosse enquanto seu papel perante a sociedade, ou quanto

aos seus pressupostos conceituais. Ainda que houvesse um repertório formal heterogêneo, fruto das linhas individuais dos arquitetos, a homogeneidade de sua produção - segundo seu discurso teórico - era bastante apreciável.

Esses movimentos de crítica, aos dogmas modernistas, tiveram início dentro dos próprios CIAMs. Como dito antes, por mais que a corrente funcionalista-racionalista do CIAM fosse mais 'atuante', o formalismo-organicismo também se fazia presente – e os contrastes entre as duas vertentes eram constantes. Ainda em fins dos anos 1940, Aldo van Eyke publicaria 'Statement against Rationalism', o que viria a ser, anos mais tarde, o propulsor da ruptura entre os membros do CIAM. Van Eyke, junto com Jaap Bakema, Georges Candillis, Giancarlo de Carlo, Peter e Alison Smithson e Shadrach Woods formariam em 1953 o Team X, um grupo dissidente do CIAM, que questionava o caráter doutrinário do movimento. Do Team X, duas correntes se formaram: os estruturalistas, com van Eyke à frente, e os Brutalistas, com a liderança dos Smithsons.

Ao continuar com o projeto da Arquitetura Moderna, o Team X viria fazer uma completa reviravolta nas pretensões universalistas dos CIAMs. O desejo de aproximar a Arquitetura ao mundo da ciência, da tecnologia e da produção deveria se dar sem grandes teorias ou modelos, mas sim através de métodos experimentais e empíricos tratados caso a caso. A mudança na abordagem teórica passava a se refletir, direta e necessariamente, em suas metodologias de projeto.

O que observamos no que se segue, ao longo dos anos cinquenta, foi, portanto, para além de uma continuidade do Movimento Moderno, o surgimento das primeiras tentativas de submeter os princípios de sua ortodoxia a uma paulatina revisão e crítica. Ao longo dos anos sessenta, mais especificamente da segunda metade, mudanças radicais começam a distanciar grande parte da Arquitetura de seus dogmas. Diversas correntes e novas formas de concepção, oriundas da tradição crítica estabelecida anteriormente começam a se materializar, dando sequência à ideia de crise do Movimento Moderno entre arquitetos.

Assim, de um momento complexo de definições e revisões, entre crise e superação, a Arquitetura - após os anos cinquenta - passa a uma nova época: momento de revisão do caráter metodológico, de novos sistemas, novas maneiras de entender e projetar. As

propostas neotecnológicas, as críticas tipológicas⁷⁰, a arquitetura como linguagem⁷¹, são exemplos que vem estruturar e legitimar algumas dessas novas Arquiteturas, assim como suas metodologias de projeto. A Arquitetura ia *deixando* o Movimento Moderno sem, no entanto, se abalar quanto ao seu caráter e identidade: seja com relação a seus processos de trabalho ou quanto ao seu papel perante a sociedade.

A partir de 1960 inúmeros acontecimentos viriam a contribuir com ainda mais força para um momento de inflexão histórica que muitos autores entendem como sendo o fim do modernismo em Arquitetura⁷². Entre os anos de 1965 e 1969 morrem os mestres Le Corbusier, Mies, Gropius, e E.N. Rogers. Soma-se a isso a produção de arquitetos mais jovens que vem evidenciar uma mudança clara das formas arquitetônicas o que, em uma análise do conceito e do processo, tem uma significância muito mais profunda do que o sugerido pela estética ou formalismo da obra. A consciência de que se vivia um momento novo, foi outro fator, mais um catalisador deste processo de transformação.

3.2 A Arquitetura e sua identidade na pós-modernidade

O Movimento Moderno na Arquitetura pretendeu recuperar a identidade da profissão do arquiteto, que segundo o entendimento dos arquitetos modernos teria sido desqualificada durante o século XIX pela arquitetura eclética. Esse objetivo contemplaria outra e importante meta, a de fazer da arquitetura um instrumento de transformação social⁷³.

Se no Modernismo tivemos, justamente, um fortalecimento da identidade profissional do arquiteto - junto à função social de seu ofício - devemos então buscar uma compreensão deste fenômeno afim de que possamos nos situar de maneira mais crítica e lúcida perante o panorama em que se encontra a disciplina atualmente.

⁷⁰ Ver Rossi (1995).

⁷¹ Ver Venturi *et al.*(1977).

⁷² Apesar da grande concordância quanto à data aproximada, o tema em questão ainda é controverso: Habermas (1989), por exemplo, considera que não houve um fim do Movimento Modernista.

⁷³ Acreditava-se no espaço físico como indutor de comportamentos, capaz de operar – por si – transformações sociais: um meio de vencer a alienação do trabalhador perante a produção industrial, revalorizando o indivíduo e suas capacidades específicas, algo próximo aquilo que pode ser encontrado na teoria Marxista.

Os questionamentos à Arquitetura Moderna e seus dogmas, que tiveram início pelos próprios modernistas e ainda no contexto dos CIAM, eram balizados - em linhas gerais - pelas metodologias de abordagem das questões da cidade segundo os princípios estritamente funcionais e racionais que vinham se provando construtores de uma realidade de desconexão: o distanciamento do homem real, em prol do homem ideal, não encontrava reverberação na cidade vivida fora dos planos idealizados.

A atitude modernista, de desconsideração com o indivíduo e sua história - da tábula rasa, na busca por sua legitimação havia eliminado o léxico das arquiteturas locais e com ela, toda sua história. Em nome do progresso o passado é sufocado e o futuro, determinado como algo um tanto único e inequívoco. Como observaria Portoghesi (1983, p.26) o movimento moderno "foi uma tentativa de construir, de maneira linear, uma relação entre Arquitetura e progresso, de modo que seria possível distinguir, em todos os tempos, entre o bem e o mal".

É, pois, sob essa perspectiva que o movimento pós-moderno em Arquitetura vem se apresentar, inicialmente, também como um posicionamento político. Contra o totalitarismo dogmático do modernismo, que pretendeu impor - segundo os postulados do progresso e do desenvolvimento - as formas de se viver, o ecletismo pós-moderno surge como protesto e resistência à imposição das ideologias modernistas e suas planificações da vida cotidiana. Um tributo ao pluralismo e ao respeito às diferenças.

Perante a constatação do fracasso da figura do arquiteto onipotente frente às questões da cidade, testemunhadas por suas obras, a geração de 1960 iniciaria um questionamento acerca da identidade da profissão. Como oposição à tábula rasa modernista sobre as cidades, agora se estendiam outras complexidades e atores sociais.

Por outro lado podemos ler na busca pela libertação da forma em relação à função, através do retorno a uma estética compositiva, bastante presente nas obras da Arquitetura Pós-Moderna, uma tentativa de aproximação da Arquitetura a um caráter artístico, que como observa Portoghesi (1983, p.35): "traz a arquitetura para uma área de liberdade linguística que outras disciplinas artísticas já haviam conquistado, ou que nunca perderam completamente". As formas e motivos do presente e do passado passam a fazer parte da

gramática dos arquitetos a fim de atender, de forma acrítica, a busca por uma arquitetura pautada pela estética, desimpedida de motivações políticas.

Aliás, não haver motivações políticas era também uma forma de crítica ao uso político da arquitetura feito pelos arquitetos modernos. Os próprios processos de projeto atendiam - coerentemente com o pressuposto de respeito às individualidades - às linhas de pensamento que cada autor começava a desenvolver em seus processos de trabalho.

Essa situação, em termos de produção e no que podemos relacionar à questão da identidade do arquiteto, nos levaria a um ponto complexo e que, entendemos, seria o ponto de inflexão que nos traria, sem sensíveis mudanças, até o tempo atual. Conforme colocado por Paoli (2009, p.14):

Por um lado, alguns autores permaneceriam em suspenso entre o desejo de crítica e superação da visão utópica da arquitetura, que estivera ao centro dos discursos dos arquitetos modernos, e o fato de conservarem, em suas propostas para a arquitetura de seu tempo, algumas das ideias-chave do Movimento Moderno que se propuseram a superar. Deste modo, as limitações que estariam encerradas nas propostas modernas para a arquitetura do presente também poderiam ser encontradas em seus discursos. Por outro lado, as teorias de outros autores iriam configurar uma crise inexorável do fazer arquitetônico, a partir do momento em que não conseguem superar, de maneira positiva e propositiva, os limites que viram no Movimento Moderno.

Uma das obras mais célebres de crítica ao Movimento Moderno em arquitetura é o livro *Learning from Las Vegas* (1977) de Venturi *et al.* que, em contra-ponto às estruturas formais e à alienação da vida cotidiana presentes na arquitetura modernista, vem propor a informalidade e o gosto popular – o *kitsch*.

Sendo o pós-modernismo um movimento que, conforme colocado por Paoli, originou alguns diferentes caminhos e produções para a Arquitetura, e no intuito de situarmos a questão da identidade do arquiteto e sua relação com a sociedade na atualidade, vamos proceder a uma discussão, utilizando, inicialmente, o auxílio da obra de Venturi que, segundo as colocações desta autora, situar-se-ia no segundo grupo de arquitetos citados.

Venturi partia do pressuposto que os arquitetos deveriam aprender com as paisagens já construídas, entre essas um excelente exemplo seriam os lugares com grande concentração de comércio – espaços do consumo de massa: exemplos de espontaneidade, carregadas da dimensão pública de que careciam as obras do modernismo. O culto ao erudito, aos formalismos e purismos deveria ser abandonado em prol desta linguagem cotidiana, cidadina. Havia nesse pensamento uma inversão completa da crença e da lógica presentes na Arquitetura Moderna: agora deveriam ser a cidade e os cidadãos a determinar a atuação – o comportamento – dos arquitetos, e não mais o contrário.

“Construir para as pessoas e não para o homem”, numa referência ao homem ideal moderno era, portanto, o mote de Venturi nesta obra, ao buscar a validação da Arquitetura pós-modernista que, como visto, se fundamentava muito mais nas contraposições à Arquitetura modernista que propriamente em princípios teóricos estruturados. A base desta nova Arquitetura, pelo contrário, segundo este autor, procurava tirar a importância do embasamento teórico como pressuposto fundamental ao fazer técnico arquitetônico - seu aspecto erudito - alçando, dessa maneira, qualquer objeto edificado ao status de obra de arquitetura.

Se seguimos pelos pensamentos de Venturi, a maneira de aproximar a arquitetura às pessoas - de como construir para elas e não para o ‘homem’ –, a eleição dos grandes centros comerciais como grande exemplo onde arquitetura e indivíduo encontram um espaço pleno de diálogo – ausente na arquitetura modernista – não conformaria, em si, nenhum tipo de posicionamento nem pretensão ideológica ou política. Nesse sentido, havia a negação da utilização da arquitetura enquanto ato político que buscava nessas paisagens, espaços autóctones propícios a uma arquitetura que queria poder expressar-se também enquanto arte.

É nesse contexto que a arquitetura contemporânea aparenta viver uma considerável contradição: ao buscar se referenciar, se conectar às pessoas - à história dos lugares - vai buscar, em termos gerais, nas tradições vernáculas, nos desejos, na necessidade e fantasias individuais sua legitimação. A estética, na composição formal dessas questões é, e sem fugir à égide da lógica do consumo, quem vai, em última instância, estruturar o seu fazer. Assim,

entendendo que "a cidade é um discurso e esse discurso é na verdade uma linguagem", então temos de dar estreita atenção ao que está sendo dito (HARVEY, 2012, p.69 e 70).

Pior ainda, se a produção estética se tornou hoje completamente mercadificada, sendo por isso efetivamente submetida a uma economia política de produção cultural, que possibilidades temos de impedir que esse círculo se feche numa estetização produzida, e, portanto, manipulada com demasiada facilidade, de uma política globalmente midiaticizada? (HARVEY, 2012, p.274 e 275).

Em contraposição aos grilhões da forma pela função da Arquitetura Moderna, o pós-modernismo buscava a libertação da forma – a superação da contradição entre arte e utilidade – e fez, para isso, uma espécie de ode à estética pela estética. Ocorre que a separação da forma pela função, reivindicada pelos pós-modernos não se sustentava, pela própria natureza da arquitetura. As edificações definem espacialidades que atendem a demandas externas que, por sua vez, têm papéis definidos a priori e um grau de dependência correlacionada a si para o melhor funcionamento da edificação.

Dessa maneira, a funcionalidade não é totalmente sufocada na Arquitetura Pós-Moderna passando seus arquitetos a fazerem uma ponte entre o erudito e o popular, uma espécie de estratégia de comunicação: uma “arquitetura comunicativa”. Como definiria Portoghesi (*op.cit.*, p.11):

O pós-modernismo em arquitetura pode ser lido como a reemergência de arquétipos ou como a reintegração de convenções arquitetônicas; portanto, como a premissa para a criação de uma arquitetura comunicativa, uma arquitetura da imagem para uma civilização da imagem.

A civilização da imagem a que se refere Portoghesi estaria vinculada, necessariamente a um modo particular de experimentar, interpretar e ser no mundo, que, segundo Harvey (2012, p.56) levaria a uma “problemática faceta do pós-modernismo”: a de seus pressupostos psicológicos.

Harvey (2012, p.57) faz uma leitura do pós-modernismo sob uma perspectiva psicológica, como um momento social de personalidade esquizofrênica, no sentido Lacaniano⁷⁴, onde o ser tende a reduzir a experiência a "uma série de presentes puros e não relacionados no tempo". Momento quando, segundo Jameson (apud HARVEY, 2012, p.57), "a alienação do sujeito é deslocada pela fragmentação do sujeito" redundando na impossibilidade da construção de futuros alternativos.⁷⁵

Nesse sentido "a imagem, a aparência, o espetáculo podem ser experimentados com uma intensidade (júbilo ou terror) possibilitada apenas por sua apreciação como presentes puros e não relacionados no tempo." (HARVEY, 2012, p.57). Essa ruptura da ordem temporal pode, perfeitamente, descrever a principal característica de diversas abordagens historicistas, e alguns tantos exemplos de pastiches, que muitas obras arquitetônicas da era pós-moderna nos apresentam. "A inclinação pós-moderna de acumular toda espécie de referências a estilos passados é uma de suas características mais presentes. Ao que parece a realidade está sendo moldada para imitar as imagens da mídia." (HARVEY, 2012, p.85).

Verifica-se, sobretudo, que os pós-modernistas se afastam de modo radical das concepções modernistas de como considerar o espaço. Enquanto os modernistas veem o espaço como algo para ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social, os pós-modernistas o veem como uma coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não tem necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza "desinteressada" como fins em si mesmas. (HARVEY, 2012, p.69).

Não há, portanto, 'desinteresse' que perdure enquanto constructo social do fazer arquitetônico. O desinteresse referido da produção pós-modernista, com fins estéticos, pode

⁷⁴ Refere-se a "(...) descrição de Lacan da esquizofrenia como desordem linguística, como uma ruptura na cadeia significativa de sentido que cria uma frase simples. Quando essa cadeia se rompe, "temos esquizofrenia na forma de um agregado de significantes distintos e não relacionados entre si". Se a identidade pessoal é forjada por meio de "certa unificação temporal do passado e do futuro com o presente que tenho diante de mim", e se as frases seguem a mesma trajetória, a incapacidade de unificar passado, presente e futuro na frase assinala uma incapacidade semelhante de "unificar o passado, o presente e o futuro da nossa própria experiência biográfica ou vida psíquica". (HARVEY, 2012, p. 56).

⁷⁵ Fazendo referência a Marx em sua insistência de que "o indivíduo alienado é necessário para se buscar o projeto iluminista com uma tenacidade e coerência suficientes para nos trazer algum futuro melhor, a perda do sujeito alienado pareceria impedir a construção consciente de futuros sociais alternativos." (HARVEY, 2012, p.57).

até se aplicar às intenções do arquiteto, mas não se detém nisso. Ainda assim, considerando somente a questão sob essa perspectiva restrita e imaginária, devemos seguir questionando: e essas questões estéticas, estariam orientadas para agradar a quem?

As indagações se sucedem. Jencks (apud HARVEY, 2012, p.78) compreende que a arquitetura, no pós-modernismo, é desavergonhadamente orientada para o mercado, por ser ela a linguagem primária de comunicação de nossa sociedade. O mercado, por sua vez, explora o domínio dos gostos que nos traz ao "capital simbólico" que, segundo Bourdieu, define-se como "o acúmulo de bens de consumo suntuosos que atestam o gosto e a distinção de quem os possui." (apud HARVEY, 2012, p.80).

Como "os efeitos ideológicos mais bem sucedidos são os que não têm palavras e não pedem mais do que o silêncio cúmplice", a produção do capital simbólico serve a funções ideológicas porque os mecanismos por meio dos quais ele contribui "para a reprodução da ordem estabelecida e para a perpetuação da dominação permanecem ocultos." (HARVEY, 2012, p.81).

O caminho pela qual a arquitetura estaria seguindo levaria, então, a uma desagregação da identidade da profissão, condenando-a cada vez mais ao isolamento. A conquista da liberdade em relação às utopias modernistas e seus dogmas doutrinários significava, por outro lado, a perda da dimensão pública da profissão. A aproximação com as expressões artísticas da profissão e o rompimento com as ideologias políticas em seus processos conceituais não isentavam, no entanto, o arquiteto de suas responsabilidades perante a sociedade.

Ainda que fosse justamente essa a bandeira que os pós-modernistas quisessem levantar, a da dissociação entre a profissão e a política, é preciso não fugir à realidade de que o trabalho do arquiteto e do urbanista - o ato de intervir na cidade - será sempre, e em alguma instância, também um ato político.

Como fundamento ideológico de sua causa, o pós-modernismo buscou dar ênfase às questões relativas às diferenças, em oposição ao totalitarismo moderno. As partes não deveriam se submeter ao todo em uma crítica aos mecanismos totalitários da sociedade industrial e, logicamente, ao modernismo. Combinando um repertório variado através da

valorização dos sinais antropológicos de cada grupo societário e suas estéticas particulares, as arquiteturas do pós-modernismo pretendiam, desta maneira, se colocar 'acessíveis' à linguagem de todos.

Partindo do pressuposto de um mundo plural e democrático, os pós-modernos creditavam ao indivíduo o poder de discernimento franco sobre as mensagens deste mundo da comunicação onde a arquitetura se colocava, segundo Jencks (1985), como uma arquitetura simbólica.

Ao tratarmos das questões dos símbolos e das imagens, o mais célebre livro de Debord é bastante oportuno, pois, lançado originalmente em 1967, encontra-se hoje - em nosso entendimento - mais atual do que na época de seu lançamento. Descrevendo a sociedade em sua relação com o capitalismo, o autor o batizaria como *A Sociedade do Espetáculo*. Em linhas gerais Debord viria a denunciar os mecanismos de alienação dos indivíduos frente à força do capital dominante: "O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem." (DEBORD, 2008, p.25).

As implicações de algumas posturas e pressupostos da Arquitetura Pós-Moderna, ao serem confrontadas com as ideias desse autor, vão mostrando algumas fragilidades importantes. A esfera local, e a identidade individual, não são entidades autônomas que independem de contexto. A era das comunicações, tão cara aos pós-modernos - no sentido de ampliar as diferenças, material base de seu discurso, não significa necessariamente a conformação de uma sociedade justa e democrática. Poderá, ao contrário, servir como instrumento chave para a manutenção e, eventualmente, para a exacerbação das diferenças oriundas dos mecanismos de acumulação do capital.

A afirmação das individualidades em oposição ao totalitarismo moderno também tem um custo, menos explícito, mas nem por isso menos perverso, para a vida das pessoas e seu desenvolvimento enquanto sociedade. Não obstante Debord ser um grande crítico do urbanismo moderno, suas ideias acerca das relações entre o capital e a sociedade, conforme apontamos, se fazem perfeitamente utilizáveis na contextualização do movimento pós-moderno e dos tempos atuais.

Como outro lado da deficiência da vida histórica geral, a vida individual ainda não tem história. Os pseudo-acontecimentos que se sucedem na dramatização espetacular não foram vividos por aqueles que lhes assistem; além disso, perdem-se na inflação de sua substituição precipitada, a cada pulsão do mecanismo espetacular. (...) Esse vivido individual da vida cotidiana separada fica sem linguagem, sem conceito, sem acesso crítico a seu próprio passado, não registrado em lugar algum. Ele não se comunica. É incompreendido e esquecido em proveito da falsa memória espetacular do não-memorável. (DEBORB, 2008, p.107 e 108).

Em crítica ao modernismo e sua dificuldade de 'comunicação' com os habitantes da cidade e os usuários de suas edificações, Jencks (1989, p.19) reafirmaria o caráter comunicativo da Arquitetura Pós-Moderna, se referindo à capacidade desta em se relacionar com a totalidade dos extratos sociais: "O duplo código, essencial na definição do pós-modernismo, tem sido usado como uma estratégia de comunicação em vários níveis". Haveria, portanto, códigos 'elevados' e 'populares' sendo o primeiro destinado a uma minoria de elite e o segundo ao público de massa.

A comunicação seria o instrumento de conexão da arquitetura com o público de que disporia o arquiteto pós-moderno. Nesse sentido, seria através dos simbolismos que se buscaria resgatar os níveis das relações interpessoais e espaciais como forma de equacionar a questão do isolamento das pessoas, tão criticado no urbanismo Moderno. Debord vem, sob uma perspectiva mais ampla, apontar que este tema está conectado a uma conjuntura político-econômica bastante complexa.

Mas o movimento geral do isolamento, que é a realidade do urbanismo, deve também conter uma reintegração controlada dos trabalhadores, segundo as necessidades planificáveis da produção e do consumo. A integração do sistema deve recuperar os indivíduos isolados em conjunto: as fábricas e os centros culturais, os clubes de férias e os "condomínios residenciais" são organizados de propósito para os fins de pseudocoletividade que acompanha também o indivíduo isolado na célula familiar: o emprego generalizado de aparelhos receptores da mensagem espetacular faz com que esse isolamento seja povoado pelas imagens dominantes, imagens que adquirem sua plena força por causa desse isolamento. (DEBORD, 2008, p. 113 e 114).

Assim, pensar a arquitetura resolvendo problemas nesse nível de complexidade, em um processo isolado, seria algo como um retrocesso à era moderna da Arquitetura no que se referiria às críticas de sua onipotência. Em uma visão criteriosa, podemos compreender que tratamos de níveis de isolamento das pessoas e que Jencks, assim como outros pós-modernistas, buscavam o rompimento deste isolamento em um determinado aspecto da questão. Assim, o que tratamos, portanto, é de ampliar a compreensão acerca dos níveis de envolvimento que podem estar atrelados ao fazer arquitetônico, de maneira a não incorrer na falsa crença de que possa haver intervenção na cidade, desconexa de posicionamentos críticos que ultrapassem o mérito em si da intervenção físico-espacial ou estético-formal. Ou ainda, que estes posicionamentos estejam limitados, necessariamente, nas intencionalidades contidas nas intenções estabelecidas a priori pelos arquitetos.

Seguindo por essa linha de pensamento, as arquiteturas no pós-modernismo e suas comunicações poderão, eventualmente, nos empurrar cada vez mais para situações, por assim dizer, não libertárias. Colocando-se, portanto, em função oposta ao que se propunham. A Arquitetura com seu dever de nos trazer uma ‘mensagem’, algo a ser compreendido por aqueles que a contemplam, pode estar servindo a propósitos outros, aos mecanismos de ação do mundo da mercadoria, que compõe o próprio mundo globalizado da comunicação e do consumo.

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta da sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele. (DEBORD, 2008, p. 24).

Perante a sociedade do consumo que vivemos, esta sociedade capitalista e de mercado que se pauta na “acumulação de cultura material sob a forma de mercadorias e serviços e que tem uma alta taxa de consumo individual, sendo a taxa de descarte das mercadorias quase tão grande quanto à de aquisição” (BARBOSA, 2004, p.57), a efemeridade das coisas passa a ditar os modos de vida e, nesse campo, Arquitetura e política novamente devem ser

debatidas: "O espetáculo sempre foi uma potente arma política. Como tem sido apresentado o espetáculo urbano nos últimos anos?" (HARVEY, 2012, p. 88).

A irrupção da "arquitetura de autor" se generaliza no momento em que a arquitetura deixa de ser considerada obra - isto é, resultado da ação de um autor - para ser concebida como produto, ou seja, o lucro produzido por tal resultado; momento que coincide com o abandono da arquitetura como objeto da experiência subjetiva, por meio do juízo - o que implica atribuir-lhe um sentido, além do reconhecimento da sua identidade formal -, para entendê-la como signo de certos valores, determinado pelas condições da sua autoria. Em outras palavras, a noção de "arquitetura de autor" aparece quando a inclusão da arquitetura entre os produtos de consumo generalizado determina o abandono de seu desfrute mediante o juízo para instituir o consumo por meio da persuasão: o "índice de audiência" - que influi tanto na viabilidade dos programas de televisão como na dos edifícios "emblemáticos" - determina uma arquitetura baseada na gestão dos tópicos de mais fácil digestão. (PIÑÓN, 2006, p.184).

A relação entre a arquitetura e o espetáculo, a arquitetura e o urbanismo, são questionamentos que procuram, ao final, manter uma visão ampla sob o fazer arquitetônico assim como seus possíveis significados. (...) (O) arquiteto precisa se tornar uma celebridade para ganhar a oportunidade de construir (ou então proclamar em autos brados que se recusa a construir, para se estabelecer como força crítica). Os que realmente constroem tendem a produzir edifícios assinados (...)”(BERKE,2013, p.59).

Ainda tratando do mesmo tema e levando a crítica mais adiante, Piñon vem denunciar uma das muitas utilizações políticas, em um sentido direto do termo, da arquitetura. Nesse caso, um exemplo onde ambas as pontas do 'jogo' estariam cientes do processo.

Só a arquitetura que adquire os modos do espetáculo parece capaz de interessar especialmente os políticos. Na realidade, entre a arquitetura de sucesso e os políticos se estabelece, pelo visto, um pacto tácito: o político utiliza a "estrela" para parecer culto e bem informado, e a "estrela" utiliza o político para parecer bom arquiteto. (PIÑÓN, 2006, p.8).

Ainda que bem colocadas, as observações de Piñón nos são interessantes em razão de que, em nosso entendimento, esse autor seria um dos arquitetos que estariam situados – conceitualmente – no primeiro grupo citado por Paoli em páginas anteriores: o grupo dos

arquitetos que ficaram ‘suspensos entre o desejo de crítica e superação da visão utópica da Arquitetura Moderna, e o fato de conservarem, em suas propostas para a arquitetura de seu tempo, algumas das ideias-chave do Movimento Moderno’. Nada mais natural, portanto, a divergência de visões desta prática contemporânea do espetáculo se pensada sob as reminiscências de uma perspectiva alinhada com a ideologia modernista. Sob essa ótica, esse seria somente um exemplo de desalinhamento identitário na prática da profissão. Um exemplo que, de certa maneira, traz ao momento presente uma fragmentação iniciada dentro do próprio Movimento Moderno: uma entre várias formas que daí se desenvolveu.

Se fizermos uma análise do pouco tempo cronológico que nos separa do *fim* do Movimento Moderno em arquitetura – 1972⁷⁶ – perceberemos o grau de importância das mudanças globais dos processos sociais e econômicos, que vieram trazer novas significações para as relações entre os homens e entre estes e o mundo. Situação que também colaborou com a diversificação das formas de abordagem destas questões pela arquitetura e a consequente fragmentação de sua identidade. Conforme observou Harvey (2012), as mudanças globais alteraram completamente as relações entre o espaço e tempo na sociedade contemporânea.

Visto por este ângulo, tendemos a corroborar a teoria de Habermas (1989) de que seria o modernismo um projeto incompleto. Afinal, como é possível a estruturação de qualquer Movimento se ainda sequer fomos capazes de absorver e compreender plenamente os significados e a repercussão das transformações que a modernidade trouxe para vida cotidiana de todos nós. Se as compreensões acerca das questões político econômicas podem estar um tanto mais claras, o mesmo não podemos dizer dos impactos destas nas relações e dinâmicas urbanas: a “nova” relação espaço-tempo. Estas começam a ser matéria de maior domínio somente para as gerações nascidas a partir dos anos 1990.

São muitos traços do cotidiano que, incorporados às complexidades da disciplina, vêm contribuir ainda mais para o desafio do ofício do arquiteto e a busca por uma identidade ‘perdida’. A globalização e as novas tecnologias, as diferentes conjunturas espaciais e as novas formas de interatividade são somente alguns dos atributos da contemporaneidade

⁷⁶ Jencks (1977) considera que o fim do Movimento Moderno em arquitetura foi decretado com a demolição do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, em Saint Louis, Missouri, no dia 15 de julho de 1972, às 15:32h.

que vem contribuindo com o "suposto desaparecimento do tempo e do espaço como dimensões materializadas e tangíveis da vida social."(HARVEY, 2012, p.265).

Compreender que a queda ou a transmutação destas barreiras espaciais não significa, necessariamente, uma diminuição da significação do espaço é fazer notar o necessário grau de complexidade a que a Arquitetura e o urbanismo contemporâneos são chamados a responder. Considerando essa conjuntura, a afirmação de Piñón vem enfatizar a urgência da ampliação do espaço de debate acerca do fazer arquitetônico e urbanístico:

Arquitetura é, certamente, a única atividade humana que não apresenta um saber acumulativo nos últimos cinquenta anos. A crença ingênua de que a arquitetura começa a cada dia, como se o passado não existisse, instaura a arbitrariedade como prática generalizada entre arquitetos.⁷⁷

A esse respeito, Harvey nos lembra de que "o único ponto de partida consensual para a compreensão do pós-modernismo reside em sua possível relação com o moderno," completando que, "o real alcance "disso" ainda está por ser estabelecido."(HARVEY, 2012, p.265).

Os arquitetos da pós-modernidade conseguiram ser, provavelmente os maiores críticos da Arquitetura modernista. E quanto a isso, qual alternativa foi apresentada? Se fosse uma resposta de criança - a mais precisa que há - diríamos que nenhuma. Pois quem entre muitos escolhe acaba por perder muito mais do que ganha: daí o distanciamento do arquiteto de sua dimensão pública. Mas se esse distanciamento é ruim, houve outros ganhos, e a questão não é essa, até porque não há começo e fim, tudo é processo. Nesse sentido – como alerta CNF dos Santos - aos arquitetos cabe também superar uma carga histórica que, por vezes, segundo essa nossa compreensão, a própria classe foi responsável por alimentar.

Depois de uma fase de realizações muito positivistas, na primeira metade do século (proposta e efetivação de planos de cidades novas), o Urbanismo em todo o mundo ocidental anda em crise de identidade. Os urbanistas foram profissionais que viram suas ideias, o mais das vezes carregadas de intenções revolucionárias e proposições humanistas, se materializarem em formações urbanas que espelhavam todas as injustiças e segregações do

⁷⁷ Piñón. *Projetar sem metáforas: do edifício à cidade*. p.1. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.076/5021>>. Acesso em janeiro/2014.

capitalismo de uma forma crua, eficiente e, às veres, caricata no seu maniqueísmo. Miravam um objetivo e, talvez por uma crença ingênua demais nos seus poderes de transformação social que colocavam dentro de fronteiras erradas, acertavam no alvo oposto. Pior ainda, como o resultado final de seu trabalho era muito concreto, ficava lá, estigmatizando profissão e profissionais (...) Os urbanistas atuais, com medo de cometerem novos equívocos, querem descaracterizar seus produtos como sendo seus. Não querem ser os responsáveis por sua obra. Não produzindo e, por consequência, não se definindo, precisam pedir a outrem que lhes diga quem são. (SANTOS, CNF dos. 1980, p.46 e 47).

Mas o que, até o momento, fomos capazes de fazer com isso? Em que temos transformado as críticas a esse passado recente e qual será a história que a Arquitetura e o urbanismo contemporâneo estão escrevendo: qual seria a concepção de mundo por trás das cidades que desejamos projetar?

A história da arquitetura hoje parece se reduzir a um apanhado de obras desconexas do presente, incapazes de conformar qualquer tipo de elo com as narrativas do passado e, portanto, de conformar uma visão de futuro. Talvez isso não seja ruim, é possível que estejamos diante de outro momento de inflexão histórica. Ou esse momento talvez já tenha ocorrido e nós ainda não tenhamos percebido, e sigamos esperando, com os velhos instrumentos de análise, os mesmos processos, a fim de dar conta de uma realidade que vem, com alaridos de todos os tipos, procurando nos alertar para suas novas especificidades e necessidades.

Nesse caso poderíamos buscar a aproximação ao indivíduo que fora o mote inicial dos pós-modernistas pelo caminho da simplicidade indicado por Eagleton (apud HARVEY, 2012, p.19 e 20):

O pós-modernismo assinala a morte dessas "metanarrativas", cuja função terrorista secreta era fundamentar e legitimar a ilusão de uma história humana "universal". Estamos agora no processo de despertar do pesadelo da modernidade com sua razão manipuladora e seu fetiche da totalidade, para o pluralismo retornado do pós moderno, essa gama heterogênea de estilos de vida e jogos de linguagem que renunciou ao impulso nostálgico de totalizar e legitimar a si mesmo... A ciência e a filosofia devem abandonar suas grandiosas reivindicações metafísicas e ver a si mesmas, mais modestamente, como apenas outro conjunto de narrativas.

A partir do pressuposto de Eagleton, precisamos perceber, sem equívoco, que a arquitetura e o urbanismo encontram-se, sempre, contextualizados. Compreender que há níveis e dimensões de contexto, assim como espaços e tempos que variam conforme a abordagem que fazemos. Se realmente pretendemos discutir a Arquitetura e o Urbanismo, devemos pensá-las enquanto processos que carregam no seu fazer, no seu existir, não somente um caráter funcional e estético, mas também um papel político, social e cultural.

O fazer arquitetônico congrega um encadeamento, não necessariamente lógico, de procedimentos que devem assentar-se sobre uma base ideológica clara e definida. Essas questões técnico-operacionais, uma vez carentes de um conteúdo teórico-conceitual bem fundamentado não poderão responder, ao menos conscientemente, aos aspectos que a disciplina precisa congrega para seu pleno desenvolvimento.

A arquitetura contemporânea deve preencher com mais alteridade sua relação com seu legado moderno no sentido de buscar reestabelecer um discurso de futuro. Recuperar a identidade da profissão assim como seu papel perante a sociedade não é questão de lei ou imposição. Trata-se de um processo mais penoso e longo que, antes de tudo, demanda a compreensão e a aceitação da mutabilidade do tempo e seus efeitos sobre as sociedades – suas dinâmicas e espacialidades – afim de que se possam abrir, verdadeiramente, as mentes a novos processos que melhor atendam essas novas realidades e demandas.

Propomos, portanto, uma reflexão acerca do fazer arquitetônico sob a perspectiva levantada, procurando discutir alguns aspectos que nos propiciem desenvolver uma argumentação capaz de ampliar o debate que vem sendo travado no âmbito das intervenções em favelas. Nossa experiência como técnico vem, nesse sentido, e ainda que se tratando de uma contribuição empírica, somar-se ao debate teórico a fim de aproximar-lhes da prática profissional.

Devemos alertar que a argumentação a partir de ‘vivências aplicadas’ da questão em debate não trata de nos habilitar a desenvolver um discurso próprio, à margem de embasamentos outros que o suportem. Por outro lado, buscando manter a cautela necessária, entendemos tratar-se de uma importante contribuição à nossa reflexão. No caso das favelas, CNF dos Santos é sucinto quando diz que:

“Na realidade, a complexidade das práticas ultrapassa, em muito, a pobreza da teoria e obriga a sua contínua revisão.” (1981a, p.12). Vamos, portanto, debater em busca de uma contribuição para a revisão a que se refere CNF dos Santos.

4. ARQUITETURA e URBANISMO em FAVELAS: PROCESSO de PROJETO ou PROJETO de um PROCESSO

4.1. O arquiteto, a postura e a identidade: um ponto de partida

Finalizamos o capítulo anterior discutindo alguns aspectos acerca do percurso da arquitetura e do urbanismo, desde o modernismo até os dias atuais, através da perspectiva dos conceitos envolvidos no fazer arquitetônico e sua correlação com a identidade do arquiteto e a dimensão social de sua profissão.

Compreendendo o distanciamento do arquiteto e de seu fazer com a *res publica* como um fator preponderante ao descompasso identitário, no qual sustentamos encontrar-se a Arquitetura na atualidade, tomamos então, como questão essencial, a discussão do seu papel na sociedade, assim como a maneira de desenvolvê-lo face às complexas dinâmicas espaciais que as cidades nos têm apresentado em sua contemporaneidade, muitas vezes de maneira bastante inequívoca. Conforme já debatemos, nesse sentido não é possível “fugir à realidade de que o trabalho do arquiteto e do urbanista - o ato de intervir na cidade - será sempre, e em alguma instância, também um ato político”.

Como abordaremos um pouco mais adiante, nos procedimentos de projeto, ainda que variem as maneiras processuais, estas compõem, fundamentalmente, um método heurístico⁷⁸ de atuação. Nesse sentido, a Arquitetura tem tratado suas questões, em linhas gerais, por um modo que se traduz através da sequência da resolução pela determinação do problema. Dessa maneira, se faz pertinente perceber que mesmo na seara tecnicista, da metodologia processual, não há uma sequência operacional pura que situe-se isoladamente no campo das decisões técnicas: isso não é arquitetura.

Assim, por exemplo, em áreas como as favelas onde, a priori, os planos bem determinados por regras de ocupação e ordenamento do solo não existem, ou acontecem de forma precária, e onde os valores dos códigos de direito não são diretamente ou sequer transversalmente aplicáveis, o arquiteto é chamado a se colocar consciente – num sentido

⁷⁸ O termo grego que dá origem à palavra *heurística* significa ‘encontrar’ ou ‘descobrir’. Por definição, heurística é um conjunto de regras e métodos que conduzem à descoberta, à invenção e à resolução de problemas. (FERREIRA, A. B. de H. (2010) Dicionário Aurélio. Curitiba: Positivo.)

amplo de percepção do contexto – em prol da causa a que é chamado a contribuir. Esta postura passa a ser, então, atributo necessário às metodologias de seu fazer – considerando seu comprometimento com os interesses sociais – na busca pelo entendimento e determinação do *problema*.

Nesta perspectiva, o sujeito arquiteto demanda uma postura ideológica e uma visão crítica do mundo e da sociedade como prerrogativa à prática de seu ofício. Ao se fazer consciente da conjuntura e dos níveis de contextos a que se submetem os espaços a que é chamado a atuar, passa a estabelecer a condição primária ao desenvolvimento de seu trabalho, assim como de sua identidade.

Remanescente de um dos primeiros momentos do pós-modernismo em arquitetura, e em crença oposta ao que acabamos de defender, há ainda uma *linha* de arquitetos que se propõe a uma ação puramente técnica, destituída – ao menos aparentemente – das suas implicações sociais. Se naquela ocasião a intenção era fazer oposição às ideologias dogmáticas da Arquitetura Moderna, atualmente essa postura vem se integrar a um discurso tecnocrata de adequação a formas *eficientes* do desenvolvimento da Arquitetura e do Urbanismo. Sob esta perspectiva é recomendado cautela, pois o arquiteto, na busca pela compreensão do problema, precisa analisar criteriosamente o lugar e, nesse sentido:

É comum os analistas se esquecerem de que não são neutros (ocupam uma posição hierárquica e têm uma função privilegiada em nossa sociedade, o que lhes confere poder) e de que seus objetos de estudo são, de fato, sujeitos (o que explica a sua tendência incômoda e renitente à fuga de classificações e delineamentos simplistas). (SANTOS, CNF dos, 1981a, p.12).

Tal colocação é levantada uma vez que o trabalho do arquiteto, especialmente por intermédio do Estado, onde a relação com o cliente é atravessada por diversas instâncias, nunca é algo autônomo, que pode responder de forma estrita a sua postura e consequente linha de atuação. Vai tratar, sempre e em níveis variáveis, de negociações com o possível, sendo justamente por isso, tão importante a clareza crítica do seu fazer no estabelecimento dos limites a que essa negociação está aberta.

Nos primórdios do Favela Bairro, não muito diferente de hoje em dia, ainda que tratando de abordagens inovadoras de metodologias de intervenção, os condicionantes postos, por

exemplo, se orientavam por um mesmo modelo padrão, de formatação técnico produtivista, que respondiam – adequadamente – somente ao nível de interesses institucional:

O Concurso é uma convocação para as equipes que tenham ideia do que fazer. A boa proposta metodológica será a daquela equipe que for capaz de otimizar, a ponto de resolver o máximo com um mínimo de homens/hora, com soluções metodológicas capazes de enfrentar problemas complexos, com a menor relação custo/benefício para todos: sociedade, favelados, órgãos públicos e técnicos. (Concurso Favela-Bairro: Encontro em 19 /04 /94, Perguntas e Respostas. 1994. *apud* JUNIOR, 2006, p.58).

É preciso, portanto, que não se faça confusão entre buscar um arquiteto de postura clara acerca das conjunturas econômicas e culturais onde se inserem as espacialidades em questão – posicionamento crítico e consciente – com a determinação – a priori – de linhas de ação para uma situação ainda não abordada. Como nos coloca CNF dos Santos (1981a, p.12): “Além do mais, nada nos autoriza o pensamento de que os conceitos transparentes e puros, dados pelas teorias sobre o social, sejam simétricos ou isomorfos em relação às práticas sociais de verdade”.

A ação que se baseia na técnica estrita, ainda que busque uma devida estruturação teórico conceitual, estará sempre sujeita a seguir por um caminho de intervenção do tipo planificadora, que outrora, no movimento modernista, acreditava-se detentora de um poder desenvolvimentista e emancipador. Sob essa perspectiva, o espaço de neutralidade adotado pelo discurso tecnocrático se dispõe a atuar como ideário de um homem só ou, naturalmente, a ser preenchido pela alienante máquina midiática do Capital hegemônico.

A falsa sensação de imparcialidade acaba, dessa maneira, por atuar inconscientemente a serviço do Capital, em um jogo perverso onde a boa intenção, em certa medida, é sutilmente transmutada na operação que Debord (2008, p.113) nos descreve quando diz que: “O urbanismo é a realização moderna da tarefa permanente que salvaguarda o poder de classe”.

Devemos, portanto, nos debruçar sobre o fazer arquitetônico mantendo a visão de que há níveis e dimensões de contexto, assim como espaços e tempos que variam conforme a abordagem das questões em jogo. Para tratar as especificidades da cidade através da

arquitetura e do urbanismo, nos parece mandatário que se determine – antes do início da busca pela compreensão do(s) problema(s) – um posicionamento do arquiteto perante a questão social, sob uma perspectiva ampla do lugar de sua atuação.

Existe então a demanda por um arquiteto de postura crítica perante a sociedade, seja para o pleno desenvolvimento de sua profissão, ou pelo – ainda que por consequência – resgate de sua identidade. A consciência crítica é, por assim dizer, o marco inicial necessário para que possamos buscar mais subsídios a fim de procurar contribuir na melhoria da relação entre arquitetos e a Arquitetura, com as muitas e complexas espacialidades presentes na cidade contemporânea, representadas aqui, em nosso debate, pela particularidade das favelas.

4.2 A Arquitetura e seus conteúdos⁷⁹

Definir do que tratamos quando nos referimos à Arquitetura é um caminho necessário na condução da discussão proposta. Assim, tratar a arquitetura através das diferentes matérias que a compõe e que se inter-relacionam em sua realização é, além de um meio adequado à apresentação da questão, um processo no qual o fazer arquitetônico, em certo grau e medida, também é sujeito.

As matérias da arquitetura podem ser compreendidas através do conceito do *habitar* (LEFEBVRE, 2004) que, por sua vez, pode ser considerado como a matéria primária e essencial da Arquitetura. Ainda que não seja um aspecto tangível do fazer arquitetônico, está presente e condiciona – orienta – o fazer arquitetônico em todos os seus aspectos. Gregotti (2001, p.49) coloca de forma sucinta: “habitar é, de qualquer modo, a maneira como os homens estão sobre a terra”.

De fato, quando dizemos que homem habita em sua própria casa afirmamos, e isto é óbvio para todo arquiteto, algo incompleto pois o homem habita também no lugar de seu trabalho, na rua que percorre, nos bares, nas lojas, e inclusive em lugares aparentemente alheios à arquitetura; em todo caso, é evidente que o fato de habitar é aquilo que preside todo projetar e todo construir. (GREGOTTI, 2001, p.49)

⁷⁹ Conteúdos da arquitetura é um termo utilizado em alusão às especificidades do fazer arquitetônico proposto por Arias (2010) e que nos dará suporte no debate em questão.

Podemos entender o construir como um ato de intervir nas formas de habitar, interferir na maneira como o homem se relaciona com o meio onde vive. Assim sendo, a tarefa do arquiteto ao antecipar – através de projetos – as ações do construir, se apresenta como “uma proposta e uma hipótese para a existência do homem sobre a terra” (GREGOTTI, 2001, p.49), uma proposta para seu habitar.

Para alcançar o sentido do *habitar*, ir além das percepções superficiais das dinâmicas sócio espaciais, em direção ao não conhecido da cotidianidade, devemos nos ater às palavras de Holderlin, recuperadas por Heidegger: “O homem habita como poeta” (LEFEBVRE, 2004, p.81). Conforme Lefebvre nos auxilia na compreensão, “a relação do homem com a natureza e com sua própria natureza, com o “ser” e o seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê.” (2004, p.81).

O ser humano não pode deixar de edificar ou morar, ou seja, ter uma morada onde vive sem algo a mais (ou a menos) que ele próprio: sua relação com o possível como com o imaginário. A filosofia ia buscar essa relação além ou aquém do “real”, do visível e legível. Ela acreditava encontrá-la numa transcendência ou numa imanência, uma e outra veladas. Ora, é por sua evidencia que sua relação é velada. Basta olhar para que o véu caia. Essa relação reside na morada e no habitar, do templo e dos palácios à choupana do lenhador, à cabana do pastor. A casa e a linguagem são os dois aspectos complementares do “ser humano” (...) **O “ser humano” (...) só pode habitar como poeta.** (LEFEBVRE, 2004, p. 81 e 82, grifo nosso).

Ao considerarmos que o habitar não deve ser destituído de poesia, não há caminho outro para a Arquitetura, ao ocupar-se desta problemática, que uma abordagem segundo tal compreensão. Assim, a Arquitetura carrega em si, por natureza, um viés poético em seu fazer e é justamente isso que deve distingui-la de outras disciplinas que eventualmente também intervêm na construção do ambiente físico espacial. A estas, poderíamos dizer que tratam da construção da vida em seu aspecto relacionado somente ao *habitat* (LEFEBVRE, 2004).

Em referência ao viés poético da arquitetura no seu atendimento à essencialidade do *habitar*, Gregotti aponta um dos grandes desafios enfrentados pela matéria própria da Arquitetura e que implica também na questão da identidade da profissão. Trata-se da

dificuldade do reconhecimento da Arquitetura enquanto disciplina artística, no sentido de sua contribuição a um viver cotidiano com poesia⁸⁰. Como temos tratado aqui, o entendimento da arquitetura como instrumento da construção do *habitar* e não somente do *habitat*⁸¹.

A arquitetura se nos apresenta, portanto, como uma resposta significativa, ou seja, poética, ao problema do habitar, projetando e construindo todo ambiente físico de acordo com esse objetivo. Não é verdade que nosso modelo de cultura atribua grande importância, na escala de seus valores, a esta operação de formação no sentido geral do próprio ambiente físico mediante a figura; antes, quase todos os indícios que podemos recolher nos induzem a crer ao contrário; mas se queremos ser arquitetos, esse é nosso âmbito e esta é a nossa tarefa. (GREGOTTI, 2001, p.49 e 50).

A arquitetura é feita para o *habitar* e opera, nesse sentido, através de questões aparentemente fora de sua alçada. É também composta de questões econômicas, políticas, ideológicas, sociológicas, tecnológicas, etc. Assim, como questão essencial do seu fazer, o *habitar* deve guiar o arquiteto pelas outras tantas matérias da arquitetura, onde ele se dedicará a dimensioná-las enquanto participante na conjuntura sócio cultural em que se insere, procurando compreendê-las, analisando suas limitações e possibilidades.

A compreensão do *habitar* (LEFEBVRE, 2004) quando tratado como matéria essencial da arquitetura pressupõe, como condição, que o conhecimento técnico – o saber erudito da Arquitetura – deva assimilar em seu fazer uma porção de conhecimento exógeno à sua disciplina, do qual irá se apropriar, elevando-a, em processo, a patamares outros sempre que o meio e suas complexidades assim o solicitarem. As favelas são, nesse sentido, exemplos com significativa demanda por uma construção conjunta de saberes a ser

⁸⁰ Essa situação, do não reconhecimento da arquitetura como instrumento da construção do habitar, em um sentido cultural de não valorização ou reconhecimento da área de atuação da disciplina é algo que pode ser exacerbado a ponto do completo não conhecimento da própria profissão. Conforme descrito no capítulo 1 da presente tese, essa situação era a tônica nas favelas integrantes do PAP, onde o arquiteto e os atributos de sua profissão eram desconhecidos para a grande maioria dos moradores que, no caso, (n)os tratavam por (e como) engenheiros.

⁸¹ Conforme já definido na introdução da tese, o conceito do *habitat* se refere aos atos elementares de comer, dormir e reproduzir-se. São formas superficiais que restringem o ser humano a alguns fatores elementares enquanto as vontades individuais, os sonhos, a criatividade e o cotidiano vêm transformar o espaço formal, instituído, o *habitat*, em espaço vivido: o habitar. (LEFEBVRE, 2004).

desenvolvida no âmbito da Arquitetura. Já se vão algumas décadas que CNF das Santos observava:

O que está acontecendo em subúrbios, favelas e áreas periféricas nas cidades brasileiras é o processo arquitetônico e urbanístico mais interessante em todo o país: aí se desenvolvem respostas que são formas novas, nascidas do encontro da pobreza, subdesenvolvimento e cultura tradicional com a dominação de um mundo moderno, industrializado e tecnológico. As respostas teriam por papel servir de ponte entre essas duas coisas. Por essa razão é necessário começar a trabalhar sobre elas e tentar compreender as suas regras. (SANTOS, C N F. dos, 1981a, p.24).

O meio ambiente, enquanto lugar do habitar, estabelece com a arquitetura uma relação de mão dupla: enquanto consiste em matéria única de ação possível do arquiteto, exige deste um tributo de propostas que são, por sua vez, aquilo que irá configurá-lo e propiciar as apropriações de seus espaços pelas pessoas, contribuindo, assim, na sua própria construção.

A singularidade deste tributo pode ser determinada a partir das formas que a atividade arquitetônica propõe continuamente enquanto introdução de significados (objetos figurativos) na realização do serviço. Estas propostas dizem respeito à definição espacial dos serviços do habitar humano, em toda a escala dimensional: do objeto de uso à construção, e isso segundo as diversas e importantes variedades de método que correspondem de maneira diferenciada a cada nível. Estas propostas constituem-se numa situação histórica a partir da necessidade e da luta pela conquista de melhores condições; mas, de um modo mais geral, referem-se ao sentido da essência do habitar, à restituição em termos de figura do modelo completo de cultura. (GREGOTTI, 2001, p. 50 e 51).

As matérias da arquitetura se articulam em complementaridade orbitando em torno de sua essência: o *habitar*. A Arquitetura deve buscar a realidade determinada e por se conhecer, a fim de que se estabeleçam os caminhos de encontro entre seus conteúdos próprios e os do lugar. Nesse sentido a compreensão de que o saber técnico deve ser, sobretudo, uma possibilidade de soma, e não de substituição, é fundamental para não distanciar o fazer arquitetônico do sujeito, em sua acepção individual e social.

4.2.1 A contextualização

Ao mencionarmos os conteúdos da arquitetura (ARIAS, 2010) e já tendo iniciado um debate acerca do *habitar* (LEFEBVRE, 2004), nos parece propício dar sequência à discussão pela questão referente à contextualização em arquitetura, uma vez que entendemos ser a partir desta matéria onde toda a arquitetura vai buscar sua vinculação.

Se podemos entender o *habitar* como a essência da arquitetura, a contextualização é o seu fundamento.

A contextualização em arquitetura trata de sua relação com o meio ambiente circundante – o existente – seja um meio natural ou não. Através dela se apreendem, organizam e relacionam uma série de características e condicionantes do entorno. Trata-se, portanto, da compreensão, apreensão, assim como de uma resposta reflexiva, às características físicas, culturais e construtivas do lugar onde se insere, entendendo tal processo como participante na transformação cultural do meio em questão.

A questão da contextualização também diz respeito a como o objeto se relaciona com seu entorno em um sentido mais estrito. Faz menção a como os ventos e a insolação atingem a edificação e como esta se porta perante estes condicionantes ou outros, que não sejam de ordem natural. Também pode se dar, a título de exemplo, na forma como o exterior penetra o interior e não o contrário, desvelando-o e preservando-o a um só tempo.

Na contextualização, a relação entre o objeto e o entorno pode se dar por diversas abordagens: desde uma relação do tipo formal – que nega as referências externas e busca se legitimar por um caráter singular e supostamente dotado de prerrogativas diferenciadas – até uma abordagem do tipo mimética – que ao reproduzir os aspectos físico-espaciais e as linguagens do entorno deseja estabelecer assim, uma relação de fusão com um mínimo de alteração de seus aspectos simbólicos. Dessa maneira, o estabelecimento da relação entre o contexto e a contextualização vem conformar-se em possibilidades de abordagens ao fazer arquitetônico na elaboração de suas diversas matérias na proposição de espaços do viver, construindo lugares, na instituição do *habitar*.

A contextualização do objeto se relaciona direta ou indiretamente ao entorno estabelecendo vinculações em âmbitos distintos. Das questões linguísticas e morfológicas das edificações ao tipo de vida e de atividades presentes no entorno, devendo-se analisar as relações do meio com o ser humano a partir do âmbito de sua cultura. O que importa, nesse sentido, é perceber e reconhecer que: toda projeção resultará da dialética entre o novo e o existente, entre o contexto e a contextualização, entre a arquitetura e o entorno.

4.2.2 A tectônica

Tectônica em arquitetura⁸² não é um conceito de definição precisa e definitiva. Tão pouco nos importa dissecá-lo ou abordar seu desenvolvimento ao longo da história da arquitetura. Por outra, faz-nos falta entender do que se trata e como ele se relaciona à complexa tarefa que é a própria Arquitetura. Por fim irá nos importar, também, como o arquiteto consegue relacionar, ou não, este e todos os seus outros conteúdos à realidade das favelas.

Abordada de modo simplista como ‘arte da construção’, a tectônica trata da relação da arquitetura com sua materialidade que, nesse sentido, também compreende e é definida pelo conhecimento técnico implicado no seu fazer. Tal definição, porém, não abarca a complexidade do termo e vem, antes, remeter às origens do mesmo, quando, ainda no século XVIII, a técnica começava a ganhar autonomia em relação à arquitetura, a partir do desenvolvimento das ciências do cálculo, que trouxeram – naquele momento – uma nova sensibilidade estética à arquitetura.

Retendo-nos à cronologia mais recente da história da arquitetura, tivemos no modernismo uma época onde as discussões generalizavam-se em torno da temática do espaço arquitetônico e de sua função, enquanto no *pós-modernismo mais crítico* que o sucedeu, a arquitetura centrou-se na questão da imagem e do significado. Nos desdobramentos da arquitetura da pós-modernidade temos então a tectônica, como apontado por Nesbitt (1996), como um dos principais temas⁸³ a figurar nos debates acerca da arquitetura. Quem muito contribuiu nessa discussão, com a construção de uma teoria crítica na busca pela

⁸² O termo *tectônica* não é exclusivo da disciplina, sendo, antes, mais conhecido na área de conhecimento da geologia.

⁸³ Os outros temas são a semiótica, a fenomenologia, o desconstrutivismo e o regionalismo crítico.

compreensão da dimensão que o termo representa para a Arquitetura, foi Frampton, sendo *Studies in Tectonic Culture* (1995) sua obra mais representativa a esse respeito.

O autor elevou sensivelmente a discussão a respeito da tectônica, ampliando as percepções de sua materialidade para além dos aspectos estruturais da construção. A articulação entre os diversos elementos que compõe a edificação, assim como sua representação, se daria então, por meio da tectônica. Para Frampton (1995) a arquitetura é uma condição de realização, suspensa entre o indivíduo e as tecnologias, representando, dessa maneira, determinados estados da materialidade e da condição humana. Assim, defende o autor, a tectônica é o modo e o meio de manifestação destes estados, compondo na arquitetura sua importante participação na complexa experiência do homem na terra.

A tectônica vem tratar, portanto, de uma preocupação situada entre as relações da forma arquitetural com sua matéria física, que se estrutura no campo material e técnico, assim como no simbólico. Nesse sentido, ainda que referida a aspectos construtivos, a natureza poética do trabalho do arquiteto deve, através da consciência artística de seu fazer, tratar a questão tectônica ciente de como a mesma se estrutura no âmbito do *habitar* e é, portanto, matéria inata às suas proposições.

Assim, enquanto símbolo cultural, a construção trata de articular sua identidade com o lugar, a localidade e seu contexto. Articula-se como elemento de identidade, onde os materiais e os processos construtivos procuram responder ao entorno e à sua tradição construtiva. Vale-se de recursos e processos que se correspondem e são operados na escolha de materiais que encontram, na sua origem, seu valor enquanto linguagem, estabelecendo, assim, seu vocabulário.

Moneo (2008, p.188), referindo-se a como Siza Vieira atua ao fazer sua arquitetura, menciona aspectos referentes à tectônica e, naturalmente, à importância da contextualização no fazer do arquiteto: “Está (Siza) atento à paisagem, aos materiais, aos sistemas de construção, aos usos, às pessoas que ocuparão o construído. A arquitetura contribui para definir a realidade a partir da qual é preciso começar. Por isso é obrigatório conhecê-la.”

4.2.3 A composição

A composição é mais um conteúdo na conformação do todo, da completude da Arquitetura. A abordagem a que nos referimos aqui não se refere à composição, no sentido do processo arquitetônico, baseado em tratados e normas compositivas, como a conhecemos da época classicista da arquitetura. Ainda que os conceitos possam guardar traços em comum, estes são muito mais partes de um processo do que elementos que o estruturam.

Enquanto matéria da arquitetura, a composição trata de reunir e dispor diferentes partes materiais na busca por uma leitura de unidade do objeto enquanto símbolo arquitetônico. Vem, assim, relacionar diversos elementos linguísticos manejados pelo arquiteto de forma a expressar determinado conteúdo na leitura do artefato. Pela expressão destes conteúdos dá-se, então, a compreensão do sentido de estruturação e configuração dos elementos na produção da obra arquitetônica.

Trata-se da coordenação de elementos segundo um conceito, ideia, estabelecida a priori segundo uma fundamentação estética. Assim, a origem da composição terá sua realização expressiva construída através do campo simbólico, pela linguística, atuando em um sentido mais amplo através da disposição de variados signos e códigos. São estes que determinam o repertório da própria Arquitetura – através do arquiteto – em sua operação compositiva.

Existem elementos comuns ao compositivo como a unidade; o equilíbrio; o ritmo; a simetria; entre outros que podemos, com tranquilidade, considerar de utilização ampla e irrestrita pela Arquitetura em seus diferentes contextos. É preciso, porém, alguma cautela quanto ao manejo do repertório arquitetônico, vocabulário próprio de cada arquiteto, e sua maneira de utilizar essa sua linguagem particular. Ao determinar sua linha de ação – pelos seus preceitos conceituais – no ato compositivo, a utilização deste vocabulário, se feita segundo uma estrutura de códigos e leis rígidos, tipo *cânones de um bem fazer*, tendem a realizá-lo em detrimento da contextualização e, por consequência, estão sujeitos à produção de uma arquitetura desconectada do vivido. Na direção do *habitat*, constrói sua relação em um campo teórico ideal, impondo uma erudição compositiva possivelmente alheia à identidade do lugar.

A reunião em harmonia dos elementos é tratada em todos os âmbitos da arquitetura, em suas diferentes matérias. Faz-se presente nas relações entre o ser humano e o ambiente construído, sendo encontrada em vários aspectos do fazer arquitetônico. Compreender o vínculo entre a contextualização e a prática compositiva, assim como com todo e qualquer aspecto dos conteúdos da arquitetura é parte do que torna o fazer arquitetônico uma atuação que excede o âmbito do *habitat*, empreendendo uma ação poética no trato do espaço, aproximando-o da realização do lugar⁸⁴: espaço já dotado de significado, vivido.

4.2.4 A habitabilidade

A habitabilidade é um conceito que, quando tratado como uma das matérias da arquitetura – em um sentido abrangente, como estamos abordando nesta discussão – já está, por natureza, devidamente inserida junto às questões do *habitar*. É um conteúdo que se refere não só a função programática idealizada para o objeto, senão que se relaciona à apropriação deste após sua concretização, enquanto obra existente, viva.

Conforme a compreensão de Bonduki (2002), a habitabilidade é um conceito amplo, pois se relaciona ao atendimento – pela habitação – de um conjunto de aspectos que interferem na qualidade de vida e na comodidade dos moradores, assim como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e socioculturais. Não tratando de responder programaticamente, ou pragmaticamente, aos problemas postos, a análise da habitabilidade como qualidade do *habitar* coloca para a Arquitetura e seu fazer – como deve ser –, a um só tempo, a teoria e a prática: “el hombre... como finalidad esencial, y otra, lo que le rodea... la envoltura, la arquitectura como medio...” (HEGEL *apud* PONCE, 2001, p.1).

Dessa maneira, a habitabilidade ultrapassa a organização e o dimensionamento do espaço no atendimento das funções desejadas – demandadas – para a habitação. Trata-se de considerar as formas de apropriação, os costumes locais, tipos de uso e hábitos que se conformam no âmbito ideológico e cultural, compreendendo a manifestação linguística que se dá ao nível da materialidade do objeto arquitetônico.

⁸⁴ *Lugar* é aqui tratado nos termos de Tuan (1983), referente ao espaço dotado de afeto através de um tempo de significação.

Uma vez que a habitabilidade acontece a partir da vivência do espaço, dela se originam práticas e atividades que conformam e são conformadas pela organização espacial. O desenvolvimento das atividades no espaço e no tempo tornam-se costumes e hábitos que se dão pela forma de apropriação do espaço, por seus usos e pelas relações que daí advém. “Una casa viene al mundo, no cuando la acaban de edificar, sino cuando empiezan a habitarla”. (VALLEJO apud PONCE, 2001, p.4).

O *habitar* trata da condição do espaço vivido, conforma e é conformado pelas atividades humanas, sendo entendido, sob esta perspectiva, como o espaço de estruturação da sociabilidade, da vida, dos costumes, do que se determina em diferentes âmbitos culturais. A habitabilidade, por sua vez, se dá e se justifica nesse contexto, conformando um sistema estrutural que pode ser compreendido e caracterizado por associações espaciais, comportamentos, ideologias e outras manifestações. Pela espacialidade e na habitabilidade se estabelecem determinados comportamentos, desenvolvem-se ideologias e estabelecem-se culturas.

Podemos entender a habitabilidade, em certa medida, como uma síntese dos conteúdos da arquitetura, que dá ao objeto sua existência e sua identidade. Na articulação entre os componentes físicos – tangíveis – do ordenamento espacial e seus aspectos culturais, é o *habitar* quem determina e suporta os processos e as proposições oriundas da habitabilidade nas questões arquitetônicas. É pelo *habitar* que se dá a representação dos costumes, interesses e comportamentos de determinada estrutura social.

Em termos da metodologia do projeto arquitetônico, a habitabilidade concebida nos termos aqui propostos, consegue representar um nível de complexidade à altura da Arquitetura quando considerada em sua totalidade. Escapa, assim, aos anseios de uma proposição tecnicista para os seus procedimentos, à qual se refere Gregotti (2001, p.15):

(...) uma questão amplamente debatida nestes últimos anos entre os arquitetos: a da racionalidade e cientificidade do procedimento projetual e de seus sistemas de controle nas diversas fases de coleta e análise de dados, de sua seleção e utilização, de verificação e eficiência dos resultados, da previsão dos objetivos.

Sob a perspectiva dos conteúdos da arquitetura, a habitabilidade trata da reunião de certas condições que permitam ao ser humano habitar de forma, senão ideal, ao menos digna. Estas condições, tomadas como premissas, são de natureza disciplinar e para se reunirem e se articularem demandam um suporte espaço temporal. Este espaço, uma vez apropriado afetivamente através de um tempo de significação pelo ser humano, configura o que nos referimos como o lugar (TUAN, 1983). Assim, as relações e a configuração que se estabelecem no, e com o espaço, através do tempo, transmutam o espaço abstrato, destituído de significados, no espaço vivido onde: "O lugar é um mundo de significado organizado". (TUAN, 1983, p.198).

As questões da habitabilidade, quando orientadas com especial atenção ao suporte temporal de suas condições, podem demonstrar nuances ainda mais complexas: "A sensação de tempo afeta a sensação de lugar. Na medida em que o tempo de uma criança pequena não é igual ao de um adulto, tampouco é igual sua experiência de lugar." (TUAN, 1983, p. 206).

Sendo o espaço um conceito mais abstrato e absoluto que o de lugar, ele transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Lugar "é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. Sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos" (TUAN, 1983, p. 203). Só nos familiarizamos com um lugar após algum tempo. Lugar é definido por e a partir de apropriações afetivas que se dão com o tempo de vivência e as experiências atribuídas às relações humanas.

4.3 A Arquitetura, seu fazer e as favelas

Junto ao espaço, o tempo, enquanto suporte onde ocorre e se desenvolve a vida cotidiana, deve ser considerado com seu devido grau de importância na consideração das articulações dos conteúdos da arquitetura em seu fazer. Relevância que deve ser observada não só na escala microssocial, mas levar a compreender tais aspectos também sob a perspectiva macro da questão do urbano.

A importância da escala temporal no desenvolvimento dos processos da Arquitetura, na escala molecular das ações, estará sempre atrelada, em algum grau e medida, a fatores inter-relacionados com a escala macro, onde os processos de acumulação do Capital em sua relação com o urbano, por si só, se apresentam de maneira difusa, de difícil elaboração. Ainda assim, é preciso um esforço ao abordar o fazer arquitetônico juntos às favelas, considerando a influência destas duas escalas, composição de uma mesma realidade que, na prática, não se divide.

4.3.1 A escala do debate

A fim de situar o lugar da Arquitetura nas favelas – ou das favelas na Arquitetura, a compreensão da relação entre os processos de acumulação do Capital e o urbano deve ser considerada, de modo que possamos situar a questão em uma contextualização ampla da problemática em debate.

Em *A Produção do Espaço* (2007), Lefebvre desenvolve seus conceitos acerca do tema, tratando a questão através da perspectiva de uma tríade de espacialidades, abordando diferentes momentos históricos e suas características essenciais: o *espaço absoluto* – referente à era agrária; o *espaço abstrato* – representando a era industrial e o *espaço diferencial* – referente à era urbana.

O *espaço absoluto*, instituído desde as primeiras manifestações de uma vida social pelo ser humano, contém, nesse sentido, uma relação original com a sacralidade. Mais vivido do que concebido, o espaço absoluto tende a se perder nas novas relações espaço tempo da era industrial. O espaço vivido – espaços de representação – vai cedendo lugar ao espaço concebido – representações do espaço⁸⁵.

⁸⁵ Para Lefebvre (2007) o espaço social se dá em três níveis do real: o percebido – do corpo e da experiência corpórea; o concebido – ou espaço do poder dominante e da ideologia; e o vivido – que une experiência e cultura, corpo e imaginário de cada um de nós. Estes, por sua vez se articulam às práticas espaciais, às representações do espaço e aos espaços de representação respectivamente:

Com o crescimento das forças produtivas, o incremento e a aceleração dos processos de acumulação do Capital, o valor de uso é superado pelo valor de troca, situando assim, espaço e tempo como condições gerais da produção. A lógica da equivalência abstrata busca se impor pela homogeneização do espaço: esta é a segunda espacialidade proposta por Lefebvre, o espaço abstrato. “O espaço abstrato simultaneamente engloba o intelecto analítico hipertrofiado; o Estado e a razão de Estado burocrático, o saber ‘puro’, o discurso do poder.” (LEFEBVRE, 1994, p.308).

Do espaço abstrato, seguindo em direção ao espaço diferencial de Lefebvre, podemos visitar CNF dos Santos quando, recorrendo a algumas palavras de Castells (1974), questionava se poderíamos atribuir alguma autonomia à cidade contemporânea frente ao modo de produção capitalista.

A industrialização é muito mais que um puro fenômeno tecnológico; é um reflexo da lógica do capitalismo. O urbano é seu *locus* privilegiado. O que se chama de “desordem” nas cidades é a expressão da racionalidade técnica e do predomínio da taxa de lucro. Frente a esses fatores condicionantes apagam-se as diferenças entre lugares e fundem-se os tipos culturais no caldo único da civilização industrial do capitalismo. (SANTOS, CNF dos, 1981a, p. 16).

O autor segue com suas considerações: “Mas se isso estiver certo, então a cidade está transformada no símbolo, por excelência, do capitalismo. É a síntese metafórica de um sistema simbólico que se baseia no econômico.” (SANTOS, CNF dos, 1981a, p. 16).

“Prática espacial, que abrange a produção, a reprodução e as localizações específicas dos conjuntos espaciais característicos de cada formação social. Prática espacial assegura continuidade e algum grau de coesão. Em termos de espaço social, e de cada membro de um dado relacionamento da sociedade com aquele espaço, esta coesão implica num nível garantido de competência e um nível específico de desempenho.

Representações do espaço, que são amarradas às relações de produção e à ‘ordem’ que essas relações impõem, e portanto ao conhecimento, aos signos, aos códigos, e às relações ‘frontais’.

Espaços de representação, incorporando complexos simbolismos, algumas vezes codificados, outras não, ligados ao lado clandestino ou subterrâneo da vida social, como também para a arte (que pode eventualmente ser definida menos como um código do espaço do que um código dos espaços de representação).” (LEFEBVRE, 2007, p.33).

As práticas espaciais seriam a projeção no espaço das práticas sociais que, para o autor, são ao mesmo tempo espaço físico, social e mental. As representações do espaço viriam do espaço concebido, dos tecnocratas, da razão instrumental que se apresenta isenta de ideologia sendo, em realidade, a sua perfeita definição. Já os espaços de representação consistiriam na ruptura das pretensões hegemônicas dos espaços concebidos – das representações do espaço. Referem-se a outras interpretações e outros códigos de apropriação do espaço que se pretendia abstrato.

Segundo essa consideração, teríamos então a cidade como um “símbolo do capitalismo baseada no econômico” sob uma perspectiva físico-espacial, sendo o urbano abordado, de certa maneira, autônomo às realidades vividas, a práxis. Sob essa perspectiva, se torna de suma importância observar que:

A fórmula do "urbanismo como um modo de vida" (cf. Wirth, 1973), por mais espúria que seja, tem o mérito de fazer pensar que o capitalismo também obedece a ordens culturais, existe socialmente através de "modos de vida" (cf. Marx e Engels, 1977). O urbano é o modo de vida do capitalismo. (SANTOS, CNF dos, 1981a, p.16).

As pessoas vivem no cotidiano e ele não é a representação metafórica do sistema econômico: a praxis existe. O valor de uso não conseguiu ser completamente substituído pelo valor de troca. A cidade não é só feita de propriedade, é feita também de apropriações, superposições e contradições. Ainda que a aparente homogeneidade do espaço abstrato busque acelerar o tempo em benefício dos processos de acumulação do Capital, a sociedade urbana é uma grande composição de pequenas singularidades, de suas diferenças. Congrega, nesse sentido, a terceira espacialidade da tríade de Lefebvre, referente ao urbano: o espaço diferencial.

É no espaço diferencial que a Arquitetura e a favela se encontram. Numa conjuntura onde as forças do espaço abstrato estão sempre presentes, é essencial procurar situar as implicações de sua influência sob a ação do Estado, na qualidade de intermediador e também cliente – contratante – dos técnicos, nos programas de urbanização das favelas.

O processo de desenvolvimento desses programas, quando analisado sob uma leitura ampliada do contexto político econômico, está sujeito a encontrar outras *agendas* que conformam a influência dos mecanismos de acumulação do Capital e sua razão tecnocrática sob o espaço do cotidiano – do espaço abstrato sob o espaço diferencial – tendo o Estado como seu intermediador. Entre outras características, CNF dos Santos (1981a, p.201) mencionava esse aspecto do Estado citando: “Se for entendido a partir de uma visão interessada em explicar a sociedade através de macrorrelações, o Estado no Brasil é mesmo um aliado das classes dominantes e um impositor de modelos de capitalismo dependente. Mas isso não diz tudo (...)”.

A compreensão destas relações é, para o arquiteto e a Arquitetura, de grande importância no sentido do desenvolvimento da disciplina e, também, de maneira necessária e inseparável, para a construção de uma cidade mais justa para todos (LEFEBVRE, 2008). Estas considerações objetivam, portanto, que os movimentos da Arquitetura, junto às favelas, possam acontecer cada vez mais conscientes do quadro geral onde se inserem, assim como das implicações de suas ações. Castro (2004) nos apresenta uma leitura bastante concisa deste quadro:

Pode-se sugerir que o processo de intervenção do poder público nas favelas no Rio de Janeiro foi formulado não só a partir da conjunção de diferentes saberes, mas do estabelecimento de diferentes formas e dispositivos de controle das populações faveladas. Passando do controle sobre o tipo de habitação e sobre o uso do solo, para um controle sobre os próprios mecanismos de organização (via associações de moradores, ou conselhos deliberativos). O que a análise das práticas de intervenção pública do passado e do presente pode revelar, é que para além do que salientou Hochman, de que as políticas de proteção social visavam à administração dos efeitos negativos da formação do Estado Nacional, estava em jogo a construção, nos termos de Foucault, da inserção dos sujeitos sociais, das suas histórias, comportamentos e costumes, não só como mecanismo de ampliação da 'cidadania', mas também de aprimoramento das formas de controle e de gestão das populações por parte dos poderes públicos. (CASTRO, 2004, p.193).

O Estado, pelo seu viés tecnocrático, vai utilizar nos processos da Arquitetura e do urbanismo mecanismos operacionais fundamentados numa razão desenvolvimentista, que vão de encontro às dinâmicas espaço temporais das favelas. Nesse sentido, a Arquitetura apresenta-se dividida entre a razão de seus dois clientes, o Estado e o morador. Dessa maneira, submetem-na à lógica do Estado – sob a influência do espaço abstrato – e à lógica do morador – que opera com a cotidianidade do espaço diferencial.

A abordagem da Arquitetura via processos de fundamento tecnicista – sob uma lógica de base que é externa ao vivido – é, essencialmente, o oposto do que temos debatido para o encontro e desenvolvimento da Arquitetura junto às favelas. Nesse sentido, e salientando a presença de um Estado cliente e sua máquina administrativa, Auge, citado por Boutinet (2002), nos auxilia situando que:

Quando o espaço arquitetural é comandado pelo espaço programático, o engodo é evidente e duplica-se com uma ilusão, a do arquiteto que acredita poder ainda criar quando, na verdade, tem pés e mãos atados. A evolução do projeto para o engodo e para a ilusão parece-nos ser uma característica essencial de nossa cultura tecnológica, que faz dele um uso intensivo. Teremos de voltar a falar dessa evolução, fabricante frequente de não-lugares, esses espaços criados, simultaneamente não-identitários, não relacionais, não históricos. (AUGE, 1992 apud BOUTINET, 2002, p.171).

O desenvolvimento da arquitetura demanda, portanto e como temos visto, que se conheça o lugar. Assim, o lugar como temos tratado, pela compreensão de Tuan (1983), nos serve como orientação e princípio de que o espaço não pode ser tralhado abstratamente – o habitat – devendo, portanto, ser considerado - junto ao tempo - na instauração de uma arquitetura que busque alcançar o espaço vivido e, por ele, uma maior inserção dos moradores na esfera da cidadania. Dessa maneira, a arquitetura deve buscar formas de desenvolver-se, na prática e na teoria, inexoravelmente atrelada ao lugar e ao conhecimento deste, como caminho para o seu fazer e saber. Significa, no sentido proposto, mais do que conhecer: diz respeito a reconhecer os valores e significados do lugar, assim como à importância de seus saberes na conformação de seu *habitar*. “Trata-se, portanto de encontrar os meios para fazer com que os conhecimentos popular e erudito se encontrem e dialoguem.” (SANTOS, CNF dos, 1988, p.17).

Dessa maneira é preciso não só estar atento ao nível macrossocial dos modos de produção e acumulação do Capital estabelecido pela cultura econômica, mas também buscar compreender de que maneira essa cultura se desenvolve em sua realidade cotidiana, no nível micro, das relações humanas. Como dito por CNF dos Santos: “Em lugar de querer saber se há ou não uma cultura urbana, interessa-me mais especular sobre qual é a posição do urbano na cultura capitalista moderna.” (1981a, p.17).

4.3.2 A importância do lugar

Temos procurado tratar as questões relacionadas ao processo de projeto do arquiteto em uma abordagem muito mais conceitual do que propriamente metodológica, em seu sentido estrito. Essa postura, no entanto, não deve ser percebida de forma absoluta, uma vez que

nos interessa a operacionalização de um fazer arquitetônico integral⁸⁶, pela articulação dos conteúdos da arquitetura junto ao lugar – em sua necessária correlação espaço temporal.

Não é fácil enquadrar as características dos processos de projeto dos arquitetos em metodologias específicas, uma vez que tais procedimentos são, na maioria das vezes, de natureza informal e individual (BROADBENT, 1973; LAWSON, 2011). Ainda que não seja de fundamental importância em nosso debate, é interessante observar que os estudos de muitos autores (ARNHEIM, 1971 e 1980; LASEAU, 1989; ROWE, 1991; entre outros) acerca dos procedimentos de criação do arquiteto, têm se baseado nas teorias da psicologia do pensamento, espaço em que a ciência cognitiva vem gerando uma nova perspectiva de como se desenvolvem os processos criativos e decisórios – de resolução de problemas – do ser humano.

A ciência cognitiva reconhece que, de alguma maneira, as informações são reorganizadas e reconstruídas ativamente na memória. É postulado um processo primário e outro secundário de pensamento, sendo o primário responsável por estímulos diretos da percepção que são, de certa forma, orientados pelo secundário, onde, em realidade, ‘tudo’ acontece. O processamento que se dá aí depende, porém, do que tenha sido adquirido e organizado no processamento primário. Lidando com processos e funções operacionais, a ciência cognitiva acentua a influência do contexto – onde se percebem os problemas – dentro do próprio processo de pensamento. “A atenção, na percepção e no pensamento, é vista como responsável por dirigir nossos pensamentos e, portanto, fundamental para a resolução de problemas”. (LAWSON, 2011, p.134).

O fazer arquitetônico está atrelado, de forma essencial, ao contexto, em seu sentido mais amplo. A natureza própria da arquitetura se forma e é conformada pela relação com o lugar, seja, eventualmente, pelos processos cognitivos do arquiteto ou, necessariamente e conforme estivemos analisando, através dos conteúdos próprios da arquitetura, ponto sacrificado – em diferentes níveis – nos programas de urbanização de favelas nos últimos 20 anos.

⁸⁶ Esse termo está sendo utilizado buscando referenciar uma prática arquitetônica que conjugue as matérias da arquitetura num sentido comprometido com uma cidade para pessoas possuidoras de cidadania plena e do habitar (LEFEBVRE, 2004 e 2008). Os conteúdos da arquitetura apropriados no sentido tratado no item 4.2 do presente capítulo.

Para examinar o fazer do arquiteto, tomemos como exemplo as palavras de Maciel (2003) que, como muitos outros autores (GREGOTTI, 2001; MONEO, 2008; ARIAS, 2010; etc.), reconhecem e tratam da estruturação da arquitetura e seu fazer pela sua relação – fundamental – com o lugar.

(...) proponho pensar **o conceito como o esforço do arquiteto em compreender, interpretar e transformar os dados pré-existentes do problema arquitetônico, que se constituem em fundamento para seu trabalho: o lugar**, o programa, e a construção. Esta abordagem não procura determinar um procedimento lógico e racional que concatenaria uma sequência de resultados obtidos cientificamente a partir da observação dos condicionantes. Tal entendimento do processo de projeto – e por consequência, do conceito -, em oposição extrema à primeira abordagem citada, suporia a eliminação completa da subjetividade do arquiteto. Contudo, no processo de projeto, a compreensão e interpretação de cada aspecto colocado como premissa exige por parte do arquiteto a tomada de sucessivas decisões. **Cada uma dessas decisões é um ato racional, operado a partir do conhecimento específico do problema, relativizado pela experiência vivida do arquiteto e pelo momento em que se realiza o projeto.** Como esclarece Brandão acerca da leitura ou fruição de uma obra acabada, **“(t)oda compreensão é histórica e emerge da situação existencial e da experiência vivida por aquele que se propõe à tarefa de compreender ou interpretar alguma coisa”** (BRANDÃO, 2000). Assim, a aparente restrição que a delimitação clara de um campo de ação sobre o qual o arquiteto opera durante o processo de projeto não se constitui em eliminação da subjetividade, mas, pelo contrário, exige um direcionamento desta subjetividade como algo operativo sobre os **problemas efetivamente colocados pelo mundo ao arquiteto.** (...) No caso do projeto, o que se coloca como concreto à compreensão do arquiteto são, na grande maioria dos casos, as demandas e **determinações relativas ao lugar**, ao programa e à construção. (MACIEL, 2003, p.1, grifo nosso).

Esquemmatizando a abordagem de Maciel (2003), teríamos o fazer arquitetônico como a “compreensão e interpretação” dos aspectos eleitos como premissas, equacionadas por “sucessivas tomadas de decisões” que são “operadas a partir do conhecimento específico do problema, relativizadas pela experiência vivida do arquiteto”.

O procedimento descrito pelo autor vem evidenciar o argumento, que queremos sustentar, de que os técnicos estão em posição fragilizada para atuar nas favelas uma vez que, de fato,

não conhecem – verdadeiramente – esses lugares. Os desconhecem enquanto experiência de vida e enquanto formação profissional. Nessa situação, questionamos, portanto, como é possível ao arquiteto urbanista, técnico especializado, agir satisfatoriamente quando sua qualificação é construída sobre um referencial teórico e prático desenvolvido em um ‘mundo paralelo’ ao qual é chamado a agir.

Nesse sentido, a natureza própria da arquitetura, vem reforçar o grau de importância de sua relação com o lugar, com o *habitar*. Ao examinarmos seus conteúdos vemos como, por si só, o fazer arquitetônico tem uma necessidade intrínseca de amplo conhecimento do lugar onde se dará a ação: requisito essencial ao seu próprio realizar.

Tal situação é facilmente observada ao destacarmos alguns aspectos das matérias que conformam a arquitetura. Por exemplo, com relação à *contextualização*, que trata da “compreensão, apreensão, assim como de uma resposta reflexiva, às características físicas, culturais e construtivas do lugar onde se insere, entendendo tal processo como participante na transformação cultural do meio em questão,”(p.111) essa relação fica evidente. Já “(a) *tectônica* (...) está estruturada no campo material e técnico, assim como no simbólico. (...) Assim, enquanto símbolo cultural, a construção trata de articular sua identidade com o lugar, a localidade e seu contexto.” (p.113)

Seguindo, temos a compreensão de que a *composição* tem a “sua realização expressiva construída através do campo simbólico, pela linguística, atuando em um sentido mais amplo através da disposição de variados signos e códigos”(p.114) que devem se relacionar com o lugar ou, enquanto isso não for uma possibilidade real no contexto do distanciamento entre o corpo teórico dos técnicos e sua aplicabilidade integral na realidade das favelas, que seja abordada parcialmente e pela “reunião em harmonia dos elementos (...) em todos os âmbitos da arquitetura, em suas diferentes matérias (...) (estando) presente nas relações entre o ser humano e o ambiente construído, sendo encontrada em vários aspectos do fazer arquitetônico.” (p.115)

Chegando à *habitabilidade*, fundamento essencial ao fazer arquitetônico, temos “um conteúdo que se refere não só à função programática projetada para o objeto, senão que se relaciona à apropriação deste após sua concretização enquanto obra existente, viva.”(p.115)

Nesse sentido, se faz necessário o conhecimento do espaço vivido que se pretende intervir, porque a apropriação do lugar é que conforma o objeto fim da Arquitetura e do Urbanismo e é por ela que se realiza o *habitar*.

No sentido da busca pelo conhecimento do lugar, Bourdieu (1983 e 1996)⁸⁷ nos traz algumas reflexões interessantes na construção do que veio a tratar como o “Esboço de uma teoria da prática⁸⁸”. Preservando certos aspectos do objetivismo, o autor incorpora outros conhecimentos instituindo o *método praxiológico*, buscando formas de compreensão das complexidades do mundo social, valendo-se metodologicamente da *prática* ou das *práticas* das ações humanas. O desenvolvimento de seu pensamento é centrado no conceito de *habitus* – recuperado e revisto a partir de Aristóteles – elemento produtor das práticas, partindo da dicotomia agente social (indivíduo) e sociedade (*estruturas estruturadas* e *estruturas estruturantes*) na dialética entre *interioridade* e *exterioridade*.

O autor compreende que o mundo social pode ser objeto de três modos de conhecimento teórico. O fenomenológico, o objetivista e o modo da praxiologia. Considera a fenomenologia limitada por tratar da “experiência primeira do mundo social (...), apreensão do mundo natural e evidente, sobre o qual, por definição, não se pensa e que exclui a questão de suas próprias condições de possibilidades” (BOURDIEU, 1983, p.46). Já o conhecimento objetivista constrói relações objetivas que estruturam as práticas e as representações das práticas, “ou seja, em particular o conhecimento primeiro, prático e tácito do mundo” (BOURDIEU, 1983, p.46) rompendo, dessa maneira, com o conhecimento primeiro, do tipo fenomenológico, “com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e de natural” (BOURDIEU, 1983, p.47). Assim, vem propor o conhecimento praxiológico que:

“(...) tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento

⁸⁷ A discussão acerca da Teoria da Prática, de Bourdieu, buscou auxílio nas ideias de Freitas (2012).

⁸⁸ Bourdieu, 1983, p.46

objetivista, quer dizer, **um questionamento das condições de possibilidades e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que aprende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador situando-se no próprio movimento de sua efetivação.** (BOURDIEU, 1983, p.47, grifo nosso).

CNF dos Santos (1988, p.45) ao citar que: “O lugar onde está cada pessoa no mundo é percebido como o lugar da vida e é o símbolo daquele tipo de vida que a situa em relação a outras possibilidades;” indicava a importância do conhecimento do mundo social para a Arquitetura, indo ao encontro da teorização de Bourdieu que vai, nesse sentido, estreitando suas correlações quando o autor define que “(o) conhecimento praxiológico não anula as aquisições do conhecimento objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve que excluir para obtê-las” (BOURDIEU, 1983, p.48). Discorrendo a respeito da essência social do espaço, CNF dos Santos (1988, p.45) apontava para a sua pluralidade, para as “composições múltiplas de todos os elementos em todos os sentidos” decretando: “O que arquitetos, urbanistas e *experts* em cidades teimam em separar é juntado pela cultura do dia-a-dia, pelo senso comum da população”.

Nesse sentido Bourdieu pretende, pela praxiologia, um modo de conhecimento teórico do mundo social desenvolvido pelo conceito da prática que é, por sua vez, *fundamento fundante do habitus*, conceito central de sua teoria. Em última instância, o que a praxiologia propõe é a passagem da análise do *opus operatum* – produto – para uma investigação profunda do *modus operandi* – o processo.

Assim, Bourdieu situa o habitus como gerador latente das práticas, que vêm ser desveladas pelas estratégias na produção e reprodução das estruturas objetivas que lhes dão a materialidade dos acontecimentos. No habitus são desencadeadas as ações com probabilidade de ocorrência compatível ao contexto, porém sujeitas a permanentes mudanças oriundas de novas conformações das condições materiais de experiência. Dessa maneira, o habitus é um sistema aberto aos acontecimentos novos, sendo ao mesmo tempo afetado por eles.

Bourdieu, na sua busca pelo *esboço de uma teoria da prática*, não chega especificamente a definir um conceito de prática, sendo esta constituída e apreendida através do habitus.

Vem fundamentar sua teoria na relação dialética entre interior – interioridade – e exterior – exterioridade, mostrando que as práticas não podem ser vistas como produtos acabados, mas como um processo de relações em constante mudança – ainda que considerando suas regularidades – relacionado pela história dos indivíduos, dos grupos e das classes sociais. Nesse sentido, o autor vem fortalecer a argumentação da necessidade do conhecimento do lugar, das práticas sociais – estendendo o conceito a uma questão temporal, uma vez que acrescenta a dinâmica de transformação do habitus.

A importância do conhecimento das práticas sociais encontra eco nas observações tecidas por CNF dos Santos (1988, p.46), especificamente direcionadas à questão do urbano, quando nos escreve:

O desenho pobre das supostas estruturas que suportam ou determinam meios urbanos reais só se justifica se, voltando a eles, for negado e superado. Quem pensa ou quem atua terá de perceber que lida com representações, descrições que têm tanto valor quanto muitas outras de natureza distinta, neste tipo especial de sistema de símbolos chamado ciência. Aprenderá então, com humildade, as muitas lições que lhe podem oferecer campos tão inusitados como o religioso, o familiar, o dos comportamentos etários, o do trabalho, o do lazer, o da política, etc. Verá que há muitas fontes de conhecimento e percepção das relações sociais. Se conseguir fazê-lo, usará o privilégio da análise sistematizada como um instrumento de ida-e-vinda entre a sua lógica limitada e, por conseguinte, ilusoriamente clara, e as lógicas aparentemente absurdas das sínteses urbanas.

Não por acaso, ao pensarmos o lugar da Arquitetura e do Urbanismo nas favelas, o tema principal que surge é o da participação e a grande dificuldade de sua efetivação enquanto metodologia de processo de projeto (SOUZA, 2005; MAGALHÃES, 2010; LEITÃO e DELECAVE, 2013).

4.3.3 Das escalas e tempos (do lugar)

Fala-se muito da participação no sentido das dificuldades referentes ao envolvimento e comparecimento dos moradores no processo; das lideranças locais e suas pseudo representatividades, além dos desafios da comunicação nas questões de projeto e o estabelecimento de formas de linguagem alternativas àquelas que são habituais ao meio

técnico convencional da Arquitetura e do Urbanismo. Como aponta Malard (2002, p.247), são indagações que se sucedem: “como propiciar ao leigo os meios de acessar o código arquitetônico? E mais: uma vez acessado o código, como processar as diversas intervenções? Como selecioná-las, compatibilizá-las e priorizá-las?”

As limitações impostas às propostas de intervenção pela falta de procedimentos participativos, no desenvolvimento dos processos de projeto configuram, por certo, uma barreira ao fazer arquitetônico nas favelas. Devemos, contudo, ampliar a perspectiva de abordagem da situação a fim de compreender – também – a Arquitetura em seu sentido mais amplo, ou seja, através da consideração e articulação de seus conteúdos no espaço e no tempo.

Por definição, o processo participativo é uma ação de conhecimento com decisões compartilhadas entre técnicos e comunidade local. É condição chave para seu desenvolvimento que existam amplos canais de troca entre os técnicos e quem habita o lugar, de maneira que as experiências e dinâmicas do local, sua história e cultura, possam ser conhecidas pelo arquiteto na perspectiva e com o entendimento necessários a um fazer arquitetônico integral.

O conhecimento do local demanda uma postura ativa do técnico no cumprimento de seu papel no desenvolvimento de uma Arquitetura participativa. Tratamos aqui da necessidade essencial da Arquitetura, e do arquiteto, de conhecer o meio ambiente em que é chamado a atuar. Dessa maneira, defendemos o princípio de que não deve haver Arquitetura que não seja participativa e, portanto, a discussão se dá segundo a perspectiva de como seus processos podem ser pensados com respeito ao atendimento das demandas dos moradores das favelas, com a participação deixando de ser pensada enquanto metodologia de projeto para se tornar estrutura inexorável do fazer arquitetônico.

Malard (2002), ao salientar que a literatura tem restringido o tema do planejamento arquitetônico participativo aos aspectos referentes às discussões dos níveis decisórios nos processos, no âmbito do planejamento e gestão urbanos, vem reivindicar – para o projeto arquitetônico – a necessidade da abordagem em um nível diferenciado dos atores. Referindo-se à participação nos processos decisórios a respeito das soluções técnicas e

decisões projetuais, nos lembra os clássicos casos – onde esta situação foi contemplada – dos trabalhos de Alexander (1975), para a Universidade de Oregon, nos Estados Unidos, e de Kroll (1986) para a Universidade de Louvain, na Bélgica.

Com relação aos trabalhos citados a autora nos faz a oportuna observação de que: “Em ambos os casos as experiências se limitaram a trabalhos com grupos pequenos, de mesmo nível intelectual, que tinham uma noção precisa de seus desejos e aspirações.” (MALARD, 2002, p.248). A lembrança dos trabalhos de Alexander e Kroll nos serve, justamente, como uma ilustração a estabelecer – com clareza – as diferenças sócio culturais que existem entre os atores do processo quando tratamos da Arquitetura em favelas.

A natureza do trabalho do arquiteto consiste não só em fazer proposições a problemas postos, mas, e talvez principalmente, em reestruturá-los a partir de sua capacidade técnica e criativa que, por sua vez, se fundamentam – inequivocamente – em seus conhecimentos teóricos e práticos. Nesse sentido, entramos no mérito de questionar qual a representação das vozes dos técnicos e qual seria a dos moradores das favelas: onde foi construído e desenvolvido o corpo de referências teóricas – e mesmo práticas – do profissional e indivíduo arquiteto, e onde o foram as referências do morador da favela, seu espaço vivido, sua realidade.

A partir deste questionamento, a discussão tende à construção de uma argumentação que se fundamenta na distância que separa o arquiteto, e seu fazer, do morador da favela e seu viver. Segundo o conceito de Lefebvre (2007), estaríamos tratando do espaço diferencial sob a influência do espaço abstrato e, uma vez que lidamos com o fazer arquitetônico sob a perspectiva de programas do Estado, devemos observar que:

Estamos falando, então, de uma ideia de totalidade da categoria de espaço enquanto produção do espaço. A categoria de produção do espaço desloca a concepção teórico-abstrata de espaço da ciência espacial. (...) Nesse sentido, é possível recuperar a ideia de espaço abstrato, no interior da produção do espaço, e não como paradigma teórico-abstrato ideal. Ele absorve a historicidade da formação econômico-social capitalista. (...) o espaço, enquanto produção do espaço, ganha a mobilidade dessa economia moderna, mercantilizando-se também, e chega a ter uma mobilidade mais voraz que a do território estatista, que está entre seus instrumentos de apoio. (...) Ele mesmo, o espaço, portanto, vai se pondo como abstração

concreta. No interior da produção do espaço, negativamente, e consumindo a vivência, coloca-se a história idealista da teoria do espaço como ideologia tecnocrática eficaz. (DAMIANI, 2008, p. 210).

Temos a Arquitetura, que deve buscar se conectar à realidade do lugar, do espaço diferencial, o quanto mais possível por um processo independente do espaço abstrato, e não o contrário, pois “(o) modelo hegemônico é planejado para ser, em sua ação individual, indiferente ao seu entorno.” (SANTOS, 2000, p.52).

Ao tratarmos da distância entre o arquiteto e a favela, a questão encontra-se situada, como o próprio termo demonstra, no tempo e no espaço. Nesse sentido, sua equação demanda considerações específicas a ambas as esferas. Conforme coloca Santos (2001, p.218):

A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo.

O conhecimento do lugar, que temos tratado, requer presença, o que demanda tempo: um tempo presente, de continuidade, não abstrato. Uma equação de simples assimilação que não se coaduna com o tempo veloz da tecnocracia imposta pelo movimento hegemônico dos modos de acumulação do Capital.

Santos (2000 e 2001) analisa as segmentações e partições do espaço em dois recortes⁸⁹, as *horizontalidades* e as *verticalidades*⁹⁰, um relativo ao espaço dos acontecimentos e o outro relativo ao econômico, ao fluxo de influência do Capital hegemônico, que se distinguem,

⁸⁹ Os recortes do espaço propostos por Santos, das horizontalidades e das verticalidades, guardam um paralelo, respectivamente, com os espaços diferencial e abstrato de Lefebvre (2007).

⁹⁰ Conforme a definição de Santos (2001, p.192) temos que, “(n)as atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. (...) De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*”.

conforme observação do autor, segundo as manifestações de seus tempos: “Ao contrário das verticalidades, regidas por um relógio único, implacável, nas horizontalidades assim particularizadas funcionam, ao mesmo tempo, vários relógios, realizando-se, paralelamente, diversas temporalidades.” (SANTOS, 2000, p. 54).

Nas horizontalidades se dá o espaço banal,⁹¹ onde temos a realidade bastante comum, ainda que esta venha se modificando, do morador construtor da favela. Com casos de contratação de mão de obra ‘terceirizada’, o surgimento de um mercado imobiliário informal⁹², a construção das ambiências das favelas tem ganhado novos contornos, porém ainda seguem caracterizando quadros particulares de uma dinâmica cultural refletida no espaço, que tem em sua temporalidade, uma característica muito singular no que concerne a preocupações e interesses da Arquitetura e do Urbanismo. No trecho da entrevista realizada por Magalhães (2010, p.425) na favela Parque Royal, essa dinâmica com seu ‘relógio particular’, é evidenciada:

*Para fazer a minha casa foi um sacrifício. Só acabou um cômodo, ainda falta o resto. Eu construí em cima da casa da minha mãe. (...) Meu pai que levantou a obra da minha casa. **Estamos fazendo aos poucos** porque ele [o namorado] não está trabalhando. Ele não sabe fazer obra, mas não contratou ninguém, está fazendo do jeito dele. (MAGALHÃES, 2010, p.425, grifo nosso).*

Junto à favela e suas dinâmicas diárias encontramos uma cultura que guarda traços do tradicional, enquanto que as intervenções da Arquitetura e do Urbanismo nesses espaços, por suas metodologias projetuais, se alinham à cultura tecnológica. Essa, que exprime os domínios de nossa modernidade, sob a hegemonia dos processos de acumulação do Capital, tem em si uma dupla preocupação, a de um tempo prospectivo a ser dominado e de um espaço potencial a ser sujeito.

⁹¹ “O espaço banal seria o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências. Esse espaço banal, essa extensão continuada, em que os atores são considerados na sua contiguidade, são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção. Todos os agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados.” (SANTOS, 2000, p. 53).

⁹² Ver Leitão (2009).

A produção dos espaços na favela segue uma lógica de circunstâncias e oportunidades⁹³, intimamente ligadas à realidade do cotidiano, construindo assim suas urbanidades. Enquanto isso, a Arquitetura que incide nos programas de urbanização em favelas, busca operar puramente em função de um pensamento científico, estratégico e linear, assente sobre as bases do saber hegemônico na disciplina. Assim, devemos observar que:

Com frequência, as sociedades tradicionais não têm projeto, estando até mesmo fora de projeto, porque experimentam uma certa precariedade em seu modo de existência que as impede de antecipar. Essa precariedade não é própria apenas das sociedades tradicionais. Também é encontrada entre excluídos e os marginais de nossas sociedades industrializadas: **marginais excluídos que também podem ser fora-de-projeto à medida que as imposições do momento presente os impedem de fazer o recuo necessário.** (BOUTINET, 2002, p. 25, grifo nosso).

Nesse sentido, examinando a questão do *habitar* (LEFEBVRE, 2004) nas favelas, temos quadros em que “indivíduos, em suas comunidades, comport(ara)m-se como pessoas do antiprojeto ou simplesmente como sem-projeto. (...) Nesses lugares, os habitantes têm tempo para viver, conversar, fazer compras, resolver os problemas de vida coletiva, enfim, conviver”. (BOUTINET, 2002, p. 23 e 24). A abordagem da questão por um viés sócio cultural nos dá a oportunidade de agregar mais perspectivas a um mesmo fenômeno. Se, por um lado, a falta de recursos leva o morador da favela a possuir uma dinâmica própria na construção e desenvolvimento dos aspectos físicos espaciais de seu *habitar* – podendo acarretar problemas e inconvenientes – por outro, essa situação é parte de uma totalidade, na conformação de uma rede de relações, dinâmicas e situações que são todas configurações deste mesmo *habitar*.

Sob essa perspectiva, a qualidade de vida se apresenta sob diversas formas, não sendo, como todo o resto, um conceito absoluto. A prática social da favela, e tudo que dela resulta, está, portanto, de forma inexorável, atrelada à sua temporalidade particular. No trecho da entrevista realizada por Magalhães (2010) na favela Parque Royal podemos observar a realização do *habitar* em diferentes níveis. A inversão da lógica dominante – a partir da

⁹³ Trecho de entrevista realizada por Magalhães (2010, p.426) na favela Parque Royal: “Aqui ultimamente tá tendo muito caso de aluguel, a pessoa pega um cômodo como esse, divide em dois, faz um pequeno banheiro, bota uma porta e é um aluguel. Não é arejado, muito mal tem uma janela e um basculante... e assim, vai quebrando e vai montando vários aluguéis num espaço muito pequeno...”

restrição econômica – vem cultivar o valor do uso em detrimento do valor de troca no estabelecimento das dinâmicas sociais junto à construção do lugar:

É igual bater uma laje. Você contrata o pedreiro e compra umas carnes. O pessoal trabalha batendo a laje a manhã inteira, depois é churrasco, cerveja e aquilo ali é a paga. Ninguém vai cobrar R\$ 100,00 para bater a laje do vizinho. O pedreiro você tem que pagar, os outros não. Na minha casa o pedreiro falou que ia botar um ajudante e eu falei 'não, eu te ajudo'. Carreguei areia com ele, ajudei a subir as coisas, meu marido ajudou. Chovendo e a gente subindo areia balde por balde. Eu que ia enchendo o balde, botava no gancho e meu marido puxava. Se ele botasse o ajudante eu ia ter que pagar. O meu marido falou 'deixa o garoto vir, não precisa você pagar, eu pago do meu'. Aí eu concordei: 'se você vai pagar, traz ele, mas depois se você não pagar não me diz que eu estou devendo a ele, que eu não tenho dinheiro para pagar não' (risos). (Trecho de entrevista realizada por MAGALHÃES, 2010, p.423, grifo nosso).

A situação colocada sobre essa ótica encontra respaldo na análise de Santos (2000), quando, abordando a influência das verticalidades no cotidiano das horizontalidades, apontava a perspectiva positiva deste tempo particularizado que temos tratado nas favelas:

Durante séculos, acreditávamos que os homens mais velozes detinham a inteligência do Mundo. A literatura que glorifica a potência incluiu a velocidade como essa força mágica que permitiu à Europa civilizar-se primeiro e empurrar, depois, a "sua" civilização para o resto do mundo. Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é dos "lentos" e não dos que detém a velocidade elogiada por um Virílio em delírio, na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade - e pode percorrê-la e esquadrihá-la - acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens "lentos", para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações. (SANTOS, 2000, p.220).

O homem lento a que se refere Santos é justamente aquele que, em função das condições do seu *habitar*, tende a dar às relações de proximidade um conteúdo comunicacional muito

intenso “e isso se deve a uma percepção mais clara das situações pessoais ou de grupo e à afinidade de destino, afinidade econômica ou cultural.” (SANTOS, 2000, p.220).

Os moradores construtores, segundo essa perspectiva e sob essa temática, seriam habitantes circunstancialmente fora-de-projeto e teriam, dessa maneira, tempo para viver, conversar... conviver, e nesse sentido parece-nos interessante, também, fazermos um paralelo entre essa temporalidade, o tempo das dinâmicas encontradas nas favelas – do homem lento – com o tempo cíclico tratado por Debord (2000).

Esse autor trata da questão referente ao tempo pela perspectiva dos meios de produção, onde “(o) modo de produção agrário em geral, dominado pelo ritmo das estações, é a base do tempo cíclico plenamente constituído.” (Debord, 2000, p.88 e 89). Trata, dessa maneira, de um tempo referenciado pelos ritmos naturais que, nesse sentido, concede “(a) apropriação pelo homem de sua própria natureza”. (Debord, idem, p.87).

O tempo cíclico é superado pelo que Debord identifica como o tempo irreversível⁹⁴, que nos trará a um tempo espetacular.⁹⁵ Centrado nas questões dos meios de produção e seus efeitos sobre a vida cotidiana de todos nós, a expropriação de um tempo realmente vivido – que é o que sugere o tempo espetacular – vai encontrar nas dinâmicas espaço temporais das favelas um lugar de resistência.

Como já comentado por Santos (2000), há um conceito positivo na perspectiva da temporalidade dos homens lentos, e os processos da Arquitetura não devem ignorá-lo. As – necessárias – intervenções urbanísticas nas favelas devem cuidar para não subtrair

⁹⁴ “A apropriação social do tempo e a produção do homem pelo trabalho humano se desenvolvem em uma sociedade dividida em classes. O poder que se constituiu acima da penúria da sociedade do tempo cíclico, a classe que organiza esse trabalho social e se apropria da limitada mais-valia desse trabalho, apropria-se também da *mais-valia temporal* de sua organização do tempo social: ela possui só para si o tempo irreversível do ser vivo”. (DEBORD, 2000, p.89).

“O tempo irreversível unificado é o do *mercado mundial* e, corolariamente, do espetáculo mundial”. (DEBORD, 2000, p.101).

⁹⁵ “O tempo pseudocíclico é um tempo que foi transformado pela indústria. O tempo que tem sua base na produção das mercadorias é ele próprio uma mercadoria consumível.” (DEBORD, 2000, p.104).

“O tempo pseudocíclico consumível é o tempo espetacular, tanto como tempo do consumo das imagens, em sentido restrito, como imagem do consumo do tempo, em toda a sua extensão. O tempo do consumo das imagens, meio de ligação de todas as mercadorias, é o campo inseparável em que se exercem plenamente os instrumentos do espetáculo, e o objetivo que estes apresentam globalmente, como lugar e figura central de todos os consumos particulares”. (DEBORD, 2000, p.105).

importantes características ou desestabilizar relações que estão completamente relacionadas ao *habitar* e que, por outro lado, são desconhecidas pelos conteúdos do *habitat*. “O tempo cíclico anterior havia sustentado uma parte crescente de tempo histórico vivido por indivíduos e grupos; agora, a dominação do tempo irreversível da produção vai tender a eliminar socialmente esse tempo vivido”. (DEBORD, 2000, p.99).

A Arquitetura, uma vez buscando trabalhar seus conteúdos de maneira comprometida com um fazer arquitetônico integral, pela própria natureza da disciplina, deverá buscar meios de aproximação ao lugar como exigência ao seu pleno desenvolvimento. Para além do conhecimento do lugar, as práticas de produção e reprodução dos espaços da favela – suas dinâmicas espaço-temporais – nos apontam para a necessidade da busca por outras formas de relação entre a Arquitetura e o sítio. Como visto no Capítulo 1 da presente tese, junto ao trabalho de melhorias habitacionais, assim como nas entrevistas de Magalhães (2010) na Favela Parque Royal, as favelas desenvolvem-se numa espécie de processo permanente. Algo como uma construção intermitente, sem ritmo definido⁹⁶, com o qual o fazer arquitetônico, em sua abordagem *tradicional*, apresenta conflitos metodológicos, pela essência própria de seu método tradicional: o projeto.

De natureza distinta do planejamento, o projeto não congrega em si o fator tempo, no sentido de ter uma operacionalização, por origem, orientada em conformidade com as possibilidades de mudança externa das conjunturas no espaço e no tempo e, nesse sentido, elaborado – também – segundo possibilidades de modificações e reorientações. Pelo tempo, o planejamento é da ordem do processo.

O tempo do projeto é interno à sua operacionalização, assim como suas modificações. Ainda que possa refletir alterações de contexto externo, o projeto só tem capacidade de absorvê-las também através da fase operacional. Uma vez finalizado, o projeto se realiza e já não congrega, para o fazer técnico, o tempo. O projeto que se pretenda contínuo o suficiente

⁹⁶ Segundo relatório da ONU sobre os centros urbanos, realizado em junho de 2006, a população de moradores nas favelas no Brasil, em 2020, deve subir para cerca de 55 milhões, indicando uma taxa de crescimento praticamente estabilizada. Fonte: Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u54155.shtml>> Acesso em janeiro/2013.

para incorporar o tempo enquanto grandeza de seu fazer, tende ao processo e deve, pois, se orientar nesse sentido.

Podemos entender que a dinâmica temporal das favelas – considerando sua influência na construção de seu espaço físico espacial – é constituída pela sucessão de eventos que vão determinar a razão de suas práticas: “Tá tudo construído. Então, o que eles estão fazendo? A vez é subir. O que não pode é deixar eles chegar até o céu, tá entendendo? Mas se deixar eles sobem mesmo!”⁹⁷. O conceito de evento aplicado ao *habitar*, indica uma orientação metodológica aos processos da Arquitetura junto às favelas. Conforme coloca Santos (2001, p.94), “(o)s eventos são, todos, presentes. Eles acontecem em um dado instante, uma fração de tempo que eles qualificam. Os eventos são simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço”. Como escreve Whitehead (apud Santos, 2001, p.94), “os eventos são essencialmente, elementos de atualidade”.

Como descreve Santos (2001, p.106), os eventos são imbricados, produzindo conjuntamente a unidade superior de um todo. Unidos por laços internos, a presença de cada um modifica os demais. Não apenas se sucedem como também são causa e efeito. Sujeitos sempre à preeminência dos dois níveis de existência – o global e o local – nenhum evento pode ser sozinho, completamente, causa de outro evento. “(O)s eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo, onde estão, novas características” (SANTOS, 2001, p.95).

Se o evento esgota as suas próprias possibilidades, jamais ele esgota ou utiliza todas as possibilidades oferecidas pelo mundo. O evento se inscreve na totalidade característica de um determinado momento, mas o faz como uma parte do todo. (...) Seu destino é realizar a totalidade na particularidade, viver plenamente e ativamente essa particularidade e assim contribuir à permanência do todo, deixando-o renascer com novas características. (SANTOS, 2001, p.95).

Assim, o que se coloca é a necessidade de novas formas de atuação junto à sucessão de eventos que se agregam às dinâmicas espaço temporais das favelas, de maneira que suas características não sejam, elas próprias, impeditivas ao acesso da Arquitetura nas favelas. A

⁹⁷ Trecho de entrevista realizada por Magalhães (2010, p.421) com M., morador do Parque Royal e integrante da diretoria da Associação de Moradores.

proposição de um fazer arquitetônico que se alinhe ao tempo lento (SANTOS, 2000) – do morador construtor de seu *habitar* – apresenta, nos processos da Arquitetura, outra abordagem ao atendimento da problemática original. Nas palavras de CNF dos Santos (1981b, p.142), “(o) planejar é cultivar no sentido primeiro da palavra; acompanhar o dia-a-dia, intervir dia a dia na escala do dia-a-dia”.

Dessa maneira, a Arquitetura tende a ser operada muito mais em uma direção processual do que projetual, numa espécie de inversão metodológica: se na metodologia *tradicional* – do projeto – o processo é o meio e o projeto o fim pelo qual se chega ao intento real; na abordagem proposta, a Arquitetura passa a operar a partir de pequenas intervenções – projetos – que se entrelaçam em um *continuum*, orientados em conjunto pelos processos do lugar e da Arquitetura. Dessa maneira o técnico, arquiteto:

(...) em vez de traçar um modelo que sirva de norma à sua ação, (...) é levado a concentrar a atenção no curso das coisas, tal como está envolvido nele, para descobrir-lhe a coerência e tirar proveito da sua evolução (...) em lugar de construir uma forma ideal que se projeta sobre as coisas, obstinar-se em detectar os fatores favoráveis que atuam em sua configuração; em vez de fixar um objetivo para sua ação, deixar-se levar pela propensão, em suma, em vez de impor um plano ao mundo, apoiar-se no potencial da situação.” (JULLIEN, 1998, p.30)

Em uma nova abordagem do fazer arquitetônico, passando a operar junto à realidade das favelas, na escala do dia-a-dia, a Arquitetura traz junto a seu fazer o potencial emancipador do conhecimento. Num processo efetivo da troca de saberes com o conhecimento popular e a conformação do *habitar*, onde nós, arquitetos,

“(...) mais que com nossas ferramentas, contamos com o desenvolvimento do processo para atingir o efeito desejado; em vez de pensar em traçar planos, saibamos tirar proveito daquilo que se acha implicado pela situação e que nos é prometido pela sua evolução (...)” (JULLIEN, 1998, p.30)

O que é preciso saber é como e quando os pobres podem concluir algo sobre o que se passa nas cidades e até onde lhes é permitido serem agentes do processo em que estão metidos. Além do mais, é necessário estabelecer a importância e os limites de suas ações urbanas, não a partir de uma moldura externa, comprometida e idealizada, mas levando em conta, e com o devido respeito, as motivações do povo e suas potencialidades transformadoras. A tarefa do pesquisador sério é fazer um esforço para saber quem aplica qual energia para mudar o quê e com que fim o faz. (SANTOS, CNF dos, 1981a, p.12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos questionamentos iniciados pela experiência junto ao PAP, no programa de melhorias habitacionais, e sob a influência da assertiva supra, de CNF dos Santos, a pesquisa estabeleceu uma discussão acerca do fazer arquitetônico, junto às favelas, procurando compreender os significados que se estabelecem a partir desta ação. A colocação de CNF dos Santos nos é muito oportuna na abertura das considerações finais, uma vez que busca estabelecer, em justa medida, a imprescindível consideração do lugar e de seus habitantes junto à questão dos processos da arquitetura, sem se perder no romantismo no qual, por vezes, essas abordagens tendem a incorrer.

A problemática das favelas, que tem mais de um século de história, deve ser compreendida sob uma perspectiva correta, ou seja, de que ela é a representação concreta da imposição de modelos políticos, ideológicos e econômicos sobre o território. E, nesse sentido, é que se deve pensar qualquer forma de atuação que se pretenda transformadora desta realidade.

Relembrar que a modificação da relação do Estado junto às favelas se verifica de maneira contundente a partir do fim da ditadura militar, já no início do processo de redemocratização do país é, também, um dado bastante significativo. Marco da transformação da relação Estado *versus* favelas no Rio de Janeiro, o lançamento do Plano Diretor de 1992, seguido pela elaboração do consagrado Programa Favela Bairro ocorre, em certa medida, como resposta a um momento de efervescência da participação da sociedade civil brasileira na construção da cidadania.

Era um momento da retomada das forças das associações, o surgimento de outras formas de organização popular – mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, etc. No caso particular das favelas, foi pelas experiências da urbanização de Brás de Pina – no final dos anos sessenta –, e a implementação das metodologias da CODESCO, que a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara – FAFEG passou a reivindicar a atuação do Estado junto aos espaços negligenciados das favelas, promovendo acesso à uma significativa gama de serviços, assim como a alguns direitos sociais. Porém, pouco foi alcançado na questão da apropriação e uso do espaço urbano, em seu conjunto, como direito social e, nos últimos vinte anos de políticas de urbanização, este é o quadro no qual está posto a realidade das favelas.

A situação da transformação da relação entre Estado e favela atende, portanto, a diversos níveis de interesses e não se pode querer discutir os processos da Arquitetura junto a essas espacialidades ignorando tais fatos. O Estado, como agente regulador e mediador de conflitos, tem o papel de manter o bom funcionamento do sistema – que o inclui e a que é submetido – de produção e acumulação praticados pelo Capital. Sua função e seu poder se dão por práticas que incluem concessões, onde justamente se consagraram muitas das conquistas populares no País – entre elas os próprios programas de urbanização em favelas.

Partindo dessa compreensão, a pesquisa busca desenvolver o debate através da compreensão dos fundamentos do fazer arquitetônico, procurando compreender os conflitos existentes entre a estrutura conceitual – e de objetivos – dos atuais programas de urbanização com a conformação própria do *habitar* nessas espacialidades.

Nesse contexto, mais abrangente, a influência dos modos de produção capitalista nas esferas do cotidiano é elemento essencial da equação, uma vez que o mesmo Estado, regulador e mediador, atua - sob esta perspectiva - na mediação e organização conjuntural e espacial do fluxo das dinâmicas do Capital.

Dessa maneira, o Estado, na qualidade de executor dos programas de urbanização traz, para o ponto de vista dos moradores das favelas, o paradoxo da concessão x conquista.

Assim, o entendimento é o de que o desenvolvimento da Arquitetura demanda outro grau de relacionamento com as áreas de atuação a que pretende intervir, ou seja, se faz

necessário a modificação do sentido processual e operativo frente às favelas na busca pelo enfrentamento de suas questões. É preciso conhecer a favela, de maneira que toda ação de intervenção provenha do conhecimento do lugar, a partir do reconhecimento de seus valores e significados na construção de seus modos de vida. Esse caminho de atuação se apresenta como forma a procurar superar o distanciamento entre a atuação programática por parte do Estado – o entendimento de concessão – com vistas a uma abordagem pelo lugar – da conquista cidadã pelo morador.

Não se trata da negação ou da desvalorização extrema do modo como está determinada a relação atual entre a Arquitetura e as favelas observadas nos programas de urbanização em vigência e de acordo com a atual política de Estado. Reconhecidos amplamente, tendo sido cientificamente descritos, são inegáveis os resultados positivos de suas intervenções no âmbito infraestrutural. O questionamento feito reside no fato, já conhecido, da dificuldade da participação popular junto aos processos de projeto, mas sendo concebido – esse questionamento - de uma forma que excede, no entanto, essa crítica, que por nós é compreendida como parcial e limitada em seu alcance. As particularidades da dinâmica espaço temporal das favelas demandam proposições metodológicas alternativas aos processos tradicionais usualmente utilizados pela arquitetura erudita.

Nesse sentido, devemos compreender que a produção dos espaços na favela atende à lógica das circunstâncias e das oportunidades, seguindo uma espécie de *curso do recurso*, onde é o aporte financeiro, ou a ausência dele, que determina o ritmo dos acontecimentos, criando assim uma dinâmica espaço temporal particular a essas espacialidades, o que vai determinar muitos aspectos da vida cotidiana dos seus moradores, entre eles a própria evolução da construção físico espacial do habitar.

A lógica das circunstâncias e das oportunidades citada, assim como a situação da falta de recursos e a própria temporalidade da construção – por fases – do ambiente físico espacial, podem, em geral, acarretar uma série de cenários não ideais, ruins e até de risco para os moradores da favela. Essa questão é conhecida pelo senso comum e é por ela que iniciamos esta discussão. Ocorre que essa mesma dinâmica não caracteriza, somente, um estado de carência do morador como também é parte da construção de sua identidade, produzindo um outro conjunto de características positivas em sua experiência do *habitar*.

Dessa maneira, os programas de urbanização, quando operados de uma forma distanciada do conhecimento do lugar e de suas dinâmicas, tendem a fazer pesar a balança do paradoxo concessão x conquista, posto pelo Estado, para o lado da concessão. Concessão esta que também pode se apresentar sob a forma de controle e que, ao se distanciar das conquistas populares, costuma ocorrer por meio da expropriação dessas próprias conquistas.

A conjuntura global e os processos de produção capitalista, ao qual estamos todos submetidos e que influencia o Estado, os arquitetos e os moradores da favela, levam à expectativa de que a situação das favelas não é transitória e que seguirá com sua dinâmica de crescimento, pois ela está implicada na dinâmica do Capital e é sob essa ótica que devemos trabalhar. A prospecção do crescimento da população em favelas para 2020 confirma essa realidade.

Se as favelas são tratadas como a solução possível, sob a perspectiva de sua construção pelos moradores, a Arquitetura também tem se apresentado, sob as limitações impostas pela lógica dos programas de urbanização do Estado, como uma espécie de Arquitetura do possível, se considerarmos seus significativos resultados, ainda que limitados à área da infraestrutura. A aceleração do tempo da produção – da tecnocracia – imposta aos processos de intervenção em favelas, e suas singularidades – sua dinâmica temporal e espacial, sua cultura – são questões essenciais a serem observadas numa abordagem realmente comprometida com a realidade das favelas.

Diferente dos programas de intervenção como estão postos hoje, a Arquitetura deve ser pensada em um processo junto ao lugar, no espaço e no tempo, numa relação direta entre técnicos e moradores, trazendo o elemento emancipador para a equação. Trata-se de um processo aberto e presente onde a própria natureza metodológica do fazer arquitetônico deve buscar uma reorientação, no sentido de criar estratégias para lidar com as dinâmicas espaciais da favela e suas temporalidades particulares. A orientação técnica não deve estar atrelada a grandes demandas ou demandas por grandes quantidades de serviço. Essa realidade é contrária à natureza própria das favelas e seguir insistindo com isso, é certeza de levar o atendimento a estas camadas da população somente até um certo grau: muito provavelmente aquele que se situa entre a concessão e a conquista.

(...) todos os aspectos da realidade são mediados de alguma maneira. Mas o cotidiano ainda pode ser o lugar menos mediado pelas forças que procuram limitar ou absorver sua vitalidade. Essa é a promessa que ele faz. Para os arquitetos, é uma boa advertência e uma oportunidade genuína. Somos convidados a ingressar na realidade e nos bons aspectos da vida cotidiana, porém não podemos destruí-la. (BERKE, 2013, p.63).

Toda e qualquer compreensão da questão passa, sem dúvida, pelos caminhos institucionalizados que, por sua vez, podem gerar movimentos de transformação. Nesse sentido, apesar de prazos e escopos dos programas de urbanização estarem respondendo a um tempo e uma lógica veloz, que não se coadunam, necessariamente, com as dinâmicas locais das favelas, a consciência crítica junto à atuação nos programas de urbanização atualmente instituídos, através de espaços de debate, é mais do que necessária, sendo uma contribuição que a Arquitetura pode trazer para a sociedade. Tomando como exemplo o caso do Programa Morar Carioca, o seu escopo, relativamente às melhorias habitacionais previstas no edital-base, é um ponto onde a viabilização de sua operacionalização deve buscar no conhecimento dos arquitetos subsídios fundamentais à sua efetivação.

A lei federal nº 11.888, de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica, pública e gratuita, para a elaboração de projeto para a construção e reforma de suas habitações, aponta um caminho para a Arquitetura, em resposta à compreensão da necessidade de se atender as particularidades espaço temporais presentes na favela. Segue, porém, sendo grande o desafio: como a pesquisa apontou, assim como nas questões já conhecidas pelas intervenções urbanísticas, as dinâmicas de construção do espaço não respondem a critérios edilícios legais, da mesma forma que suas demandas não costumam se caracterizar por empreitadas únicas. Na verdade, estas costumam ser muitas vezes uma demanda fragmentada no tempo e no espaço, que vai se construindo ao mesmo tempo em que constroem-se outras demandas, a partir destas alterando-se aquelas iniciais...

Portanto, regulamentar um trabalho de acompanhamento comprometido com essa realidade não será tarefa fácil, em diversas instâncias. A começar por um real interesse por parte do Estado, porque a Arquitetura tratada dessa maneira se configura como um real instrumento de emancipação do cidadão, em uma nova situação de construção de sua história. Esta relação dar-se-á por meio de uma assistência e não de um assistencialismo, no

sentido da elevação do grau de participação do morador da favela na esfera da cidadania, tendo como esperança principal, a perspectiva de uma reorientação mais digna aos caminhos desiguais que os predatórios mecanismos de acumulação do Capital tendem a seguir nos impondo.

Dessa maneira, a Arquitetura junto às favelas demanda uma operacionalidade processual. A dinâmica da favela é de característica processual e, portanto, não há outra maneira de se abordar o lugar. Para que se produza assessoria técnica legítima nas favelas é necessário que a Arquitetura se torne instrumento de emancipação para seus moradores, seus clientes. Isso só pode ser alcançado no atendimento a suas aspirações mais legítimas, estando o Estado, nesse sentido, voltado ao seu papel de regulador e mediador, não de cliente do profissional. Assim sendo, a Arquitetura como processo deve ser investigada e construída junto às dinâmicas espaço temporais das favelas. A Arquitetura processual deverá aceitar a inteligência não erudita, e seus exemplos, com a humildade necessária, a fim de que possa compreender e apreender o necessário na contribuição da construção de um novo fazer para a disciplina, no enfrentamento das complexas demandas que se colocam. Esse caminho, de duas vias, tem muito a contribuir não só socialmente pela ampliação do sentido de cidadania dos moradores da favela como também para os arquitetos, no resgate da sua identidade profissional junto à sociedade.

Referência Bibliográfica

- ABREU, M. de A.(1987) *Evolução Urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN/Zahar.
- ABREU, M. de A.(1994) *Reconstruindo uma História Esquecida: Origem e Expansão Inicial das Favelas do Rio de Janeiro*. *Espaços & Debates* nº 37. São Paulo.
- ALEXANDER, C. *et al.*(1975) *The Oregon Experiment*. New York: Oxford University Press. *apud* Malard *et al.* (2002).
- ANDRADE, L. S.(2013) *A Pobreza Pitoresca: A Favela da Rocinha no Cenário Turístico Carioca. In Reverso de um Espetáculo Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Casa 8.
- ARIAS, P. B. (2010) *Los Contenidos Arquitectónicos*. In: *Arquitectura y Humanidades*. Disponível em: < <http://www.architecthum.edu.mx/Architecthumtemp/ensayos/pbarroso/laforma/texto5laforma.htm>>. Acessado em janeiro/2014.
- ARNHEIM, R.(1980) *Arte e Percepção Visual: Uma Psicologia da Visão Criadora*. São Paulo: Livraria Pioneira Ed. / USP.
- ARNHEIM, R.(1971) *El Pensamiento Visual*. Buenos Aires: Editorial Universitaria.
- AUGE, M.(1992) *Non-lieux Anthropologiques*. Paris: Le Seuil. *apud* BOUTINET(2002).
- BARROS, L. P. de; KASTRUP, V.(2009) "Cartografar é Acompanhar Processos". In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L [org.]. *Pistas do Método Cartográfico*. Porto Alegre: Sulina, p. 52 – 75.
- BARBOSA, L.(2004) *Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BENCHIMOL, J.L.(1992) *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical - A Renovação Urbana na Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.
- BERKE, D.(2013) *Pensamentos sobre o Cotidiano*. In: *O Campo Ampliado da Arquitetura: Antologia Teórica 1993 – 2009*. SYKES, A. K. [org.]: São Paulo: Cosac Naify, p.59 – 64.
- BONDUKI, N.(2002) *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais – Uma Metodologia para Avaliar Programas de Habitações*. São Paulo: IEE/PUC-SP.
- BOURDIEU, P.(1983) *Esboço de uma Teoria da Prática*. In: ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*, São Paulo: Editora Ática, p. 46-81.
- BOURDIEU, P.(1996) *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. São Paulo: Papirus.
- BOUTINET, J. P.(2002) *Antropologia do Projeto*. Porto Alegre: Artmed.

BRASIL, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação.(2013) Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informação, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>. Acessado em novembro/2014.

BRANDÃO, C. A. L.(2000) Linguagem e Arquitetura: O Problema do Conceito. In: Revista de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. vol.1, n.1, novembro. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa "Hermenêutica e Arquitetura" da Escola de Arquitetura da UFMG. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/ia>>. Acessado em junho 2003. *apud* Maciel, 2003.

BROADBENT, G.(1973) Design in Architecture: Architecture and the Human Science. London: John Wiley & Sons.

BURGOS, M. B.(1999) Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As Políticas Públicas nas Favelas do Rio de Janeiro. Um Século de Favela. Rio de Janeiro: FGV.

BURGOS, M. B.(2005) Cidade, Territórios e Cidadania. In: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1. p. 189 a 222. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n1/a07v48n1.pdf>>. Acessado em janeiro/2013.

BURGOS, M. B.(2009) Favela e Luta pela Cidade: Esboço de um Argumento. In: SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L.; BITETI, M. de O.; FERNANDES F. L. [org.]. O que é a Favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas. p. 52, 53.

CARVALHO, M. A. R. de.(2000) Violência no Rio de Janeiro: Uma Reflexão Política. In: PEREIRA, C. A. M.; RONDELLI E.; SCHOLLHAMMER, K. E. e HERSCHMANN, M. [org.]. Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: Rocco.

CASTELLS, M. (1974) La Cuestión Urbana. Madrid: Siglo Veintiuno de España Eds. *apud* Santos, CNF dos, 1981a.

CASTRO, J. P. M e.(2004) Da Favela à Comunidade: Formas de Classificação e Identificação de Populações no Rio de Janeiro. In: Revista Antropológica, ano 8, volume 15, p. 171 - 198.

DAMIANI, A. L.(2008) Espaço e Geografia: Observações de Método – Elementos da Obra de Henri Lefebvre e a Geografia – Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da MetrÓpole de São Paulo. São Paulo: Tese de livre docência – USP.

DEBORD, G.(2008) A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.

DIAS, J. M.(2010) Crianças e Favelas: Percepções, Mediações e Sentidos. Juiz de Fora: UFJF.

FAULHABER, L.(2014) A Copa Contra o Direito à Cidade. In: Capitalismo em Desencanto. Disponível em: <<http://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2014/06/10/a-copa-contra-o-direito-a-cidade/>>. Acessado em junho/ 2014.

FERREIRA, A.(2009) Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*,

Universidad de Barcelona, Vol. XIV, nº 828. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-828.htm>>. Acessado em junho/ 2014.

FICHER, S.(1984) Anotações sobre o Pós-Modernismo. In: Revista de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: < <http://revistamdc.files.wordpress.com/2008/12/mdc04-txt-01-a.pdf> >. Acesso em março/2013.

FICHER, S.(2007) Reflexões sobre o Pós-Modernismo. In: Revista de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: < <http://revistamdc.files.wordpress.com/2008/12/mdc04-txt-01.pdf> >. Acesso em março/2013.

FRAMPTON, K.(1995) Studies in Tectonic Culture: The Poetics of Construction in Nineteenth and Twentieth Century Architecture. Cambridge: MIT Press.

JULLIEN, F.(1998) Tratado da Eficácia. São Paulo: Ed. 34.

FREITAS, C.(2012) A Prática em Bourdieu. In: Revista Científica FacMais, Volume 1, número 1, 2012/1º semestre. Inhumas: FacMais.

GERALDO, C. J. C. M.(2008) A Transferência da Família Real para o Brasil: Suas Consequências. Revista Militar.

GOMES, L.(2007) 1808. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.

GREGOTTI, V.(2001) Território da Arquitetura. São Paulo: Perspectiva.

HABERMAS, J.(1968) Técnica e Ciência como Ideologia. Lisboa: Edições 70.

HABERMAS, J.(1989) Modernidad: un Proyecto Incompleto. In: CASULLO, N. El Debate Modernidad Pos-modernidad. Buenos Aires: Editorial Punto Sur, p. 131 – 144.

HARVEY, D.(2004a) Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY, D.(2005) A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume.

HARVEY, D.(2012) Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola.

HEGEL, G. W. F.(1981) Ed. Kairós. apud Ponce, 2001.

JENCKS, C.(1977) The Language of Post-Modern Architecture. London: Academy Editions.

JENCKS, C.(1985) Toward a Symbolic Architecture. London: Academy Editions.

JENCKS, C.(1989) What is Post-modernism? London: Academy Press.

JUNIOR, L. R. C. S.(2006) O Programa Favela-Bairro e as Políticas Habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado - IPPUR/UFRJ.

KROLL, L.(1986) Architecture of Complexity. London: Batsford Ltd. apud Malard et al. (2002).

LASEAU, P.(1989) *Graphic Thinking for Architects and Designers*. New York: John Wiley e Sons.

LAWSON, B.(2011) *Como Arquitetos e Designers Pensam*. São Paulo: Oficina de Textos.

LEFEBVRE, H(2004). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LEFEBVRE, H.(2007) *The production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing.

LEFEBVRE, H.(2008) *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro.

LEITÃO G.(2009) Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas.In: SILVA & BARBOSA *et al.* [org.]. *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

LEITÃO, G. e DELECAVA, J.(2013) Morar Carioca: Uma Nova Etapa da Urbanização de Favelas da Cidade do Rio de Janeiro? In: *O Social em Questão*, ano XVI, nº 29, p.265 - 284. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/11artigo29.pdf>>. Acessado em dezembro/ 2013.

LESSA, C.(2000) *O Rio de Janeiro de Todos os Brasis - Uma Reflexão em Busca de Auto-Estima*. São Paulo: Editora Record.

LYOTARD, J.(1986) *O Pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.

MACIEL, C. A.(2003) *Arquitetura, Projeto e Conceito*. In: *Arquitextos*, ano 04, dez. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.043/633>>. Acessado em outubro/ 2013.

MAGALHÃES, A. F.(2010) *O Direito da Favela no Contexto Pós-Programa Favela-Bairro: Uma Recolocação do Debate a respeito do 'Direito de Pasárgada'*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado - IPPUR/UFRJ.

MALARD, M. L. et al.(2002) *Avaliação Pós-Ocupação, Participação de Usuários e Melhoria de Qualidade de Projetos Habitacionais: Uma Abordagem Fenomenológica*. In: *Coletânea Habitare Volume 1 - Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social*. Rio de Janeiro: Finep.

MANSUR, A. L.(2010) *Não deram Ouvido ao Barata*. Disponível em: <www.blocosonline.com.br/literatura/prosa/reflexoes/reflex10/reflex101115.php>. Acessado em junho/ 2014.

MARTINS, R.(2008) *O Último Vice-Rei do Brasil*. Lisboa: Edição do Autor, Oficinas Gráficas do ABC, 1922. apud GERALDO, 2008.

MARX, K. e ENGELS, F. (1977) *A ideologia Alemã*. São Paulo, Grijalbo. apud Santos, CNF dos, 1981a.

MEIRELLES, R. & ATHAYDE, C.(2014) *Um Planeta chamado Favela*. São Paulo: Editora Gente.

MENEZES, A. D. de.(2000) O Português que nos Pariu: Uma Viagem ao Mundo de nossos Antepassados. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MONEO, R. (2008) Inquietação Teórica e Estratégia Projetual. São Paulo: Cosac Naify.

MONTANER, J. M.(2001) Depois do Movimento Moderno: Arquitetura Depois do Movimento Moderno. Barcelona:Gustavo Gili, 2001.

MORIN, E.(2000a) A Cabeça Bem Feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MORIN, E.(2000b) Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.

NESBITT, K.(1996) Theorizing a New Agenda for Architecture: An Anthology of Architectural Theory 1965-1995. Nova York: Princeton Architectural Press.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS.(2009) O que é Favela, afinal. In SILVA & BARBOSA et al [org.]. O que é favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, p. 21-23.

PAOLI, P. S. de.(2009) Patrimônio e Historiografia: Narrativas Modernas do Passado da Arquitetura. Forum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Belo Horizonte: v.3, n.2, jul.

PASTERNAK TASCHNER, S.(1998) Tendências Recentes na Política de Desfavelamento Brasileira. In: Anais Evento ISA, Montreal.

PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.(1993) Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro.

PONCE, A. R.(2001) Habitabilidad. In: Pensamiento Y Obra de José Villagrán García. Disponível em: <<http://www.dtic.upf.edu/~rramirez/Arponce/LaHabitabilidad.pdf>>. Acesso em junho/2013.

PORTOGHESI, P.(1983) Postmodernism. New York: Rizzoli.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO.(2003) Das Remoções à Célula Urbana: Evolução Urbano-Social das Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO & BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.(2003) Favela-Bairro 10 anos Integrando a Cidade. Rio de Janeiro: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

RODRIGUES, A. E. M.(2009) História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil. CARNEIRO, Sandra de Sá e SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel [org.]. Cidades, olhares, trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, p. 85-120.

ROLNIK, R.(2012) Remoções Forçadas em Tempos de Novo Ciclo Econômico. São Paulo: Carta Maior. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Remocoes->

forcadas-em-tempos-de-novo-ciclo-economico%0d%0a/4/25808>. Acessado em junho/2013.

ROSSI, A.(1995) A Arquitetura da Cidade. São Paulo: Martins Fontes.

ROWE, P. G.(1991) Design Thinking. Cambridge: MIT Press.

SAAVEDRA, J.(2009) A Forma da Informalidade: uma Análise da Morfologia Urbana da Rocinha. Dissertação de Mestrado. PROURB, FAU, UFRJ.

SANTOS, B. de S.(1988) O Discurso e o Poder: Ensaio Sobre a Sociologia da Retórica Jurídica. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.

SANTOS, C. N. F. dos.(1980) Como e Quando Pode um Arquiteto virar Antropólogo?. In: VELHO, Gilberto [org]. Rio de Janeiro: Editora Campus.

SANTOS, C. N. F. dos.(1981a) Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, C. N. F. dos.(1988) A cidade como um jogo de Cartas. São Paulo: Projeto Editores.

SANTOS, C. N. F. dos.(2009b) A Desordem é só Uma Ordem que Exige uma Leitura mais Atenta. In: Revista de Administração Municipal - Municípios. Rio de Janeiro: ABEC.

SANTOS, M.(2000) Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record.

SANTOS, M.(2001) A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Universidade de São Paulo.

SILVA, M. L. P. da.(2005) Favelas Cariocas (1930-1964). Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda.

SILVA, J. de S. & BARBOSA, J. L.(2005) Favela: Alegria e Dor na Cidade. Rio de Janeiro: Lis Gráfica.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L.; BITETI, M. de O.; FERNANDES F. L. [org.](2009). O que é a Favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas.

SILVA, M. L. P. da.(2009) Favela: É geral? É particular? É urbano?. O que é favela, afinal? / organizador: SOUZA e SILVA, J. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

SIMEONE, M.(2005) A cidadania como Possibilidade. In: Diversa – Revista da Universidade Federal de Minas Gerais – Ano 3 – nº 8. Belo Horizonte.

SOUZA, P. B. de et al.(2013) Função Social da Propriedade sob a ótica de um Direito à Cidade: Breve olhar sobre as políticas de ordenamento urbano no município do Rio de Janeiro em tempo de Jogos Olímpicos. In LACOMBE, Margarida et al [org]. Democracia e jurisdição: novas configurações constitucionais brasileiras . Rio de Janeiro: Imo's Gráf. e Ed.

- SOUZA, R. F. de.(2005) Ações e Contradições: Impactos do Programa Favela-Bairro em uma Favela Carioca. GT 01 - Cidades: Transformação, Governança e Participação. SBS - XII Congresso Brasileiro de Sociologia; MG, Brasil.
http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=55&Itemid=171>. Acessado em novembro/2013.
- TUAN, Yi-Fu.(1983) Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência. São Paulo: Difel, 1983
- VALE, R. W. S. do.(2014) Construindo a Corte: o Rio de Janeiro e a nova ordem urbana. In: História Luso-Brasileira. Arquivo Nacional. Ministério da Justiça do Brasil. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=861&sid=102>>. Acessado em maio/2014.
- VALLADARES, L. do P. [org.](1981). Habitação em Questão. Rio de Janeiro: Zahar.
- VALLEJO, C.(1975) Obra Poética Completa. Casa de las Américas. 3ª. edición. *apud* Ponce, 2001.
- VAZ, L. F.(2002) Modernidade e Moradia: Habitação Coletiva no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras.
- VAZ, L. F.(1998) Novas Questões sobre a Habitação no Rio de Janeiro: o Esvaziamento da Cidade Formal e o adensamento da Cidade Informal. In Anais do XXI International Congress Latin American Studies Association, Chicago, CDRom.
- VENTURI, R; IZENOUR, S. e BROWN, D. S.(1977) Learning from Las Vegas - Revised Edition: The Forgotten Symbolism of Architectural Form. Cambridge, MA: The MIT Press.
- WIRTH, L. (1973) O Urbanismo como Meio de Vida. In: O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Francisco Alves. *apud* Santos, CNF dos, 1981a.
- WHITEHEAD, A. N.(1919) An Enquiry Concerning the Principles of Natural Knowledge. Cambridge: Cambridge University Press. *apud* Santos, 2001.
- ZALUAR, A. e ALVITO, M [org] (2003). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: FGV.

Sítios Consultados

Arquitetura y Humanidades: <http://www.architectum.edu.mx/>

Arquivo Nacional : <http://www.arquivonacional.gov.br>

Carta Capital: <http://www.cartacapital.com.br>

Carta Maior: <http://www.cartamaior.com.br>

Em tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC:

<http://www.emtese.ufsc.br>

Favela tem Memória: <http://www.favelatemmemoria.com.br/>

Folha de São Paulo, Acervo: <http://acervo.folha.com.br>

Frei Betto: <http://www.freibetto.org>

Fundação João Pinheiro: <http://www.fjp.mg.gov.br>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

Jornal do Brasil: <http://www.jb.com.br>

MDC – Revista de Arquitetura e Urbanismo: <http://mdc.arq.br/>

Minerva UFRJ: <http://www.minerva.ufrj.br>

Morar de Outras Maneiras: <http://www.mom.arq.ufmg.br>

Observatório de Favelas: <http://www.observatoriodefavelas.org.br>

Palácio do Planalto- Presidência da República: <http://www.planalto.gov.br>

Portal de Literatura e Cultura <http://www.blocosonline.com.br/home/index.php>

Portal GeoRio: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br>

Portal Prandiano: <http://prandiano.com.br>

Programa de Tecnologia da Habitação: <http://www.habitare.org.br>

PUC Rio: <http://www.puc-rio.br>

You Tube: <http://www.youtube.com>

Revista de Arquitetura e Urbanismo: <http://revistamdc.files.wordpress.com>

Revista Viver Cidades: <http://www.vivercidades.org.br>

Scientific Electronic Library Online - Brazil: <http://www.scielo.br>

Sociedade Brasileira de Sociologia: <http://www.sbsociologia.com.br>

Universidade Federal Fluminense - UFF: <http://www.uff.br>

Universidade Federal de Minas Gerais: <https://www.ufmg.br>

Universidade Federal de Santa Catarina: <http://ufsc.br/>

Universitat de Barcelona: <http://www.ub.edu/web/ub/ca/>

Universitat Pompeu Fabra: <http://www.upf.edu/>

Vitruvius: <http://www.vitruvius.com.br>

ANEXO 01

PROJETO INSCRIÇÃO 016 – VILA SÃO BENTO

Professor Plínio Olinto nº 292 – Vila São Bento, Bangu – RJ



DECLARAÇÃO

VILA:	SÃO BENTO	Nº INSCRIÇÃO:	016	Nº SMH:
CLIENTE:	AI			
ENDEREÇO:	RUA PROFESSOR PLÍNIO OLINTO, nº 292			

Eu, AI _____, moradora do endereço acima citado, recebi o projeto de “Melhorias Habitacionais” executado pelo Arquiteto Residente André Orioli do “Programa de Aperfeiçoamento Profissional – PAP”, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/RJ em convênio com a Unidade de Gestão APD-Rio, sendo que não possuo nenhuma restrição ao referido projeto e sua execução.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2002.

A

DATA:	13/12/2002	PÁGINA:	
ARQ.RESIDENTE:	André Orioli	ASSINATURA:	
CREA ARQ.RESID:	RJ-148555/D	VISTO:	
ARQ.ORIENTADOR:	Laura Elza Gomes		

BENTO OAG

DE **CHECK LIST**

Nome do Morador (a): At
I.D.: _____ Local: ROSA RAINHA QUINTE 292
Bairro: _____ Município: _____
Responsável Técnico: _____ Data: 18 / 09 / 02

QUESTÕES PARA O ARQUITETO RESIDENTE RESPONDER:

1. **EXISTE ALGUMA ANOMALIA QUE AMEACE A SEGURANÇA DOS MORADORES, SEUS VIZINHOS E O PATRIMÔNIO?** SIM NÃO
2. **EXISTE SANEAMENTO E HIGIENE DA HABITAÇÃO EM NÍVEL BÁSICO?** SIM NÃO
3. **EXISTE UM MÍNIMO DE CONFORTO AMBIENTAL?** SIM NÃO
4. **QUADRO DE MORADORES NA UNIDADE:**

Nº	Nome	Parentesco/ Agregado	Idade	Ocupação	Trabalha		Estuda		Nível de Escolaridade
					S	N	S	N	
1	A PRÓPRIO								
2	"	FILHO	2A	ACABOU-ESTUDO	X		X	2º GRAU COMPLETO	

3 **RENDA FAMILIAR:**

R\$ 200,00

W W

RELATÓRIO DO LEVANTAMENTO ESTRUTURA

Analisar fissuras.

Tem estrutura? 1/2

Qual a fundação? BORDAME (A PRINCÍPIO)

~~Pilares~~ e vigas / Parede auto-portante (dimensões e estado de conservação).

Laje de piso (térreo)? SIM

Cobertura (quantos andares) laje de cobertura ou telhado?

Infiltrações (localização). NÃO

RELATÓRIO DO LEVANTAMENTO TÉCNICO DE INSTALAÇÕES

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

EXISTE QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA?

SIM NÃO

TEM DISJUNTOR GERAL? (In = ___ A / ___ P)

SIM NÃO

TEM DISJUNTORES PARCIAIS? GÁS

SIM NÃO

O ALIMENTADOR GERAL ESTÁ CORRETO? (S= ___ mm²)

SIM NÃO

(relação entre disjuntor e largura do fio)

OS CONDUTORES ESTÃO COM PROTEÇÕES ADEQUADAS?

SIM NÃO

OS CONDUTORES ESTÃO PROTEGIDOS COM ELETRODUTOS?

SIM NÃO

OS CIRCUITOS ESTÃO DISTRIBUIDOS DE FORMA CORRETA?

SIM NÃO

(desligar de 1 em 1 e conferir os equipamentos que estão ali)

OS CONDUTORES ESTÃO EM BOM ESTADO DE USO?

SIM NÃO

OS ELETRODUTOS ESTÃO EM BOM ESTADO DE USO? NÃO HA'

SIM NÃO

O QUADRO ELÉTRICO ESTÁ EM BOM ESTADO DE USO? " "

SIM NÃO

(tampa e colocação dos fios)

OS DISJUNTORES ESTÃO EM BOM ESTADO DE USO? SIM.

SIM NÃO

Observações:

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS:

EXISTE CISTERNA? (Vol = ___ m³)

SIM NÃO

A TUBULAÇÃO DE ENTRADA ESTÁ EM BOM ESTADO DE USO?

SIM NÃO

TEM BOMBA DE RECALQUE?

SIM NÃO

O RESERVATÓRIO SUPERIOR ESTÁ ADEQUADO? (Vol = ___ m³)

SIM NÃO

TEM REGISTROS JUNTOS AO RES. SUPERIOR? R.G. XÁDA DA RUA

SIM NÃO

TEM REGISTROS GERAIS NO SANITÁRIO E NA COZINHA?

SIM NÃO

AS TUBULAÇÕES ESTÃO EMBUTIDAS?

SIM NÃO

AS TUBULAÇÕES ESTÃO EM BOM ESTADO DE USO? MAIS DU MANG

SIM NÃO

OS RABICHOS ESTÃO EM BOM ESTADO DE USO? _____

SIM NÃO

AS TORNEIRAS ESTÃO EM BOM ESTADO DE USO?

SIM NÃO

O CHUVEIRO ESTÁ EM BOM ESTADO DE USO?

SIM NÃO

Observações:

INSTALAÇÕES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:

EXISTE REDE PÚBLICA DE ESGOTO?

SIM NÃO

TEM TRATAMENTO C/ FOSSA E FILTRO?

SIM NÃO

TEM CAIXA DE GORDURA ATENDENDO A COZINHA?

SIM NÃO

TEM CAIXA DE SIFONADA ATENDENDO A ÁREA DE SERVIÇO?

SIM NÃO

TEM CAIXA DE INSPEÇÃO ADEQUADA? (tem tampa?) *TAMPA COCADA.*

SIM NÃO

TEM COLUNA DE VENTILAÇÃO ADEQUADA?

SIM NÃO

O SISTEMA DE VENTILAÇÃO ESTÁ CORRETO? *←*

SIM NÃO

(dar descarga - se a água faz redemoinho não há ventilação)

TEM RALO SIFONADO NO SANITÁRIO?

SIM NÃO

Observações: _____

INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS:

EXISTE REDE PÚBLICA DE ÁGUAS PLUVIAIS?

SIM NÃO

TEM RALOS PARA CAPTAÇÃO NAS ÁREAS NÃO EDIFICADAS?

SIM NÃO

TEM CAPTAÇÃO NA COBERTURA DA RESIDÊNCIA?

SIM NÃO

REDE ESTÁ EM BEM DIMENSIONADA?

SIM NÃO

Observações: _____

INSTALAÇÕES DE GÁS:

EXISTE REDE GÁS DA CEG?

SIM NÃO

TEM CABINE DE BUTIJOES FORA DA RESIDENCIA?

SIM NÃO

TEM ÁREA DE 600cm² P/ VENTILAÇÃO NA JANELA DA COZINHA?

SIM NÃO

TEM ÁREA DE 200cm² P/ VENTILAÇÃO NA PORTA DA COZINHA?

SIM NÃO

O RABICHO DE INTERLIGAÇÃO DO FOGÃO É METÁLICO?

SIM NÃO

Observações: _____

RELATÓRIO DO LEVANTAMENTO CONFORTO AMBIENTAL

observar vento dominante;

direção do norte verdadeiro (sol);

arborização (microclima);

entorno construído;

qual a parte da casa mais quente no verão;

qual a parte da casa mais fria no inverno;

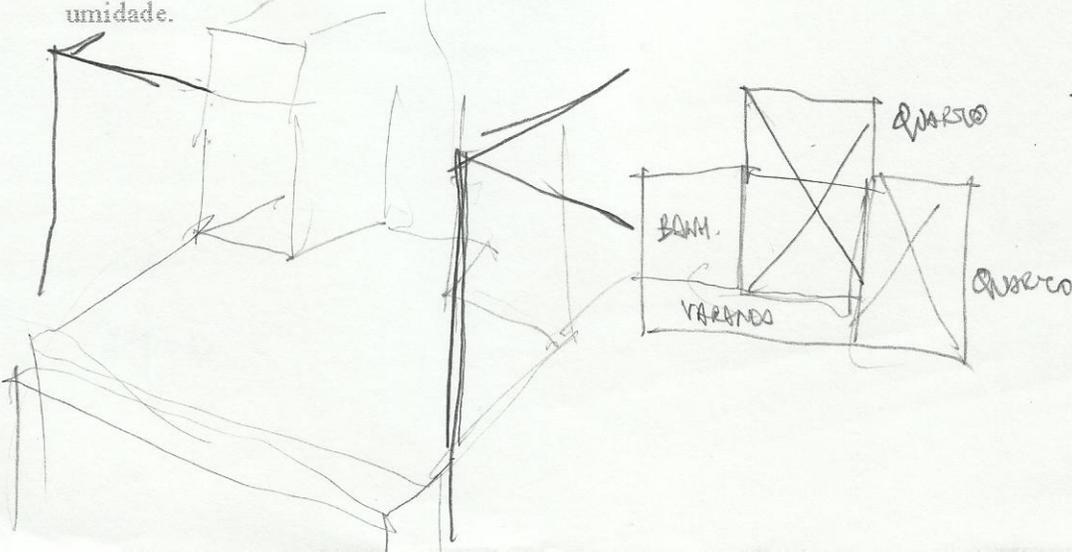
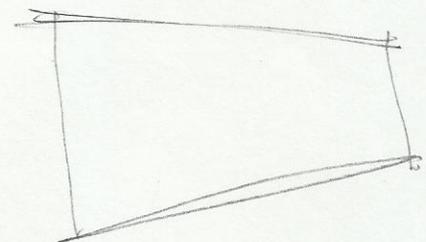
avaliar as aberturas (posição/tamanho);

analisar materiais de construção e revestimentos;

problemas com chuva (infiltração / alagamento / período do ano / goteiras)

umidade.

MUITO QUENTE





MEMORIAL

VILA:	SÃO BENTO	Nº INSCRIÇÃO:	016	Nº SMH:
CLIENTE:	AI			
ENDEREÇO:	RUA PROFESSOR PLÍNIO OLINTO, nº 292			

1. DEMANDA DO CLIENTE:

Na vistoria realizada em 18/09/2002, o cliente solicitou:

1.1. A execução de laje de cobertura para ampliação vertical da residência.

2. DIAGNÓSTICO:

Nesta mesma data, foi observado:

2.1. Segurança – Risco de Vida e Patrimônio:

1º Estrutural.

Não há sinais evidentes de comprometimento estrutural na edificação existente.

2º Instalação Elétrica e de Gás.

O butijão da gás é locado dentro da cozinha que não possui vão de ventilação adequado.

Instalação elétrica é precária.

3º Risco de inundações e Deslizamentos.

Não apresenta.

4º Dispositivos de Segurança (corrimãos, guarda-corpos, etc).

Não há necessidade de dispositivos de segurança na casa.

2.2. Saneamento e Higiene da Habitação:

1º Esgoto Primário e Secundário.

Em condições adequadas.

2º Instalações de água.

A casa é abastecida diretamente pela rede pública, não possuindo reservatório.

3º Infiltrações.

Não apresenta sinais de infiltração.

2.3. Níveis mínimos de Conforto Ambiental:

1º Ventilação Natural.

Inadequada.

2º Iluminação Natural.

Inadequada.

3º Conforto Térmico.

Inadequado.

DATA:	13/12/2002	PÁGINA:	
ARQ.RESIDENTE:	André Orioli	ASSINATURA:	
CREA ARQ.RESID:	RJ-148555/D	VISTO:	
ARQ.ORIENTADOR:	Laura Elza Gomes		



OBSERVAÇÃO: Os níveis de conforto ambiental são inadequados e não há a possibilidade de abertura para nenhum lado da casa. A fachada frontal, situada na Rua Professor Plínio Olinto, é a única que poderia ter vãos abertos porém a moradora não aceita este tipo de intervenção devido a presença do *tráfego* que tem ponto na frente de sua casa. Seu desejo é construir no segundo pavimento para justamente poder *abrir* a casa para essa fachada.

3. PROPOSTA:

Considerando o diagnóstico feito, proponho:

3.1. Fazer o cintamento de toda a periferia da casa e das paredes principais preparando a casa para receber laje pré-moldada.

DATA:	13/12/2002	PÁGINA:	
ARQ.RESIDENTE:	André Orioli	ASSINATURA:	
CREA ARQ.RESID:	RJ-148555/D		
ARQ.ORIENTADOR:	Laura Elza Gomes	VISTO:	

VILA: SÃO BENTO

NºINSCRIÇÃO: 016

Nº SMH:



LOCAL À SER EXECUTADA
LAJE PRÉ-MOLDADA

VISTA FRONTAL DA CASA



FACHADA FRONTAL VISTA EM PERSPECTIVA

DATA: 13/12/2002
ARQ.RESIDENTE: André Orioli
CREA ARQ.RESID: RJ-148555/D
ARQ.ORIENTADOR: Laura Elza Gomes

PÁGINA:

ASSINATURA:

VISTO:

VILA: SÃO BENTO

Nº INSCRIÇÃO: 016

Nº SMH:



PRESENÇA DE BALDRAME
SOB AS ALVENARIAS

VISTA DO MURO LATERAL DA CASA DESDE O TERRENO VIZINHO



BALDRAME EM CONCRETO SOB A ALVENARIA LATERAL

DATA: 13/12/2002
ARQ.RESIDENTE: André Orioli
CREA ARQ.RESID: RJ-148555/D
ARQ.ORIENTADOR: Laura Elza Gomes

PÁGINA:

ASSINATURA:

VISTO:



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

VILA:	SÃO BENTO	Nº INSCRIÇÃO:	016	Nº SMH:	
CLIENTE:	AI				
ENDEREÇO:	RUA PROFESSOR PLÍNIO OLINTO nº 292				
ARQ.RESIDENTE:	André Orioli	ASSINATURA:			
CREA ARQ.RESID:	RJ-148555/D	VISTO:			
ARQ.ORIENTADOR:	Laura Elza Gomes				

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇOS	
				UNIT.	PARCIAL
1.0.	TRABALHOS EM TERRA				
2.0.	ESTRUTURA				
2.1.3.	Preparo de Concreto estrutural s/betone	m ³	1,29	49,28	63,57
2.1.4.	Aplicação de Concreto em Estrutura	m ³	1,29	73,85	95,27
2.1.5.	Formas	m ²	25,75	17,25	444,19
2.1.6.	Armadura	Kg	144,01	0,99	142,57
	SUBTOTAL				745,60
3.0.	INSTALAÇÕES (A COMPLETAR)				
4.0.	PAREDES E PAINÉIS				
4.2.3.	De 1/2 vez	m ²	6,00	12,39	74,34
	SUBTOTAL				74,34
5.0.	COBERTURA				
5.2.	Colocação de laje Pré-moldada	m ²	45,31	5,87	265,97
	SUBTOTAL				265,97
6.0.	ESQUADRIAS				
7.0.	REVESTIMENTOS DE PISO				
8.0.	REVESTIMENTOS DE PAREDE				
9.0.	REVESTIMENTO DE TETOS				
10.0.	RODAPÉS, SOLEIRAS E PEITORIS				
11.0.	FERRAGENS				
12.0.	VIDROS				
13.0.	TRATAMENTOS				
14.0.	PAVIMENTAÇÕES				
15.0.	PINTURAS				
16.0.	APARELHOS, ACESSÓRIOS E METAIS				
TOTAL GERAL:					1.085,90



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – MATERIAL

VILA:	SÃO BENTO	NºINSCRIÇÃO:	016	Nº SMH:	
CLIENTE:	AI				
ENDEREÇO:	RUA PROFESSOR PLÍNIO OLINTO nº 292				
ARQ.RESIDENTE:	André Orioli	ASSINATURA:			
CREA ARQ.RESID:	RJ-148555/D	VISTO:			
ARQ.ORIENTADOR:	Laura Elza Gomes				

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇOS	
				UNIT.	PARCIAL
1.0.	TRABALHOS EM TERRA				
2.0.	ESTRUTURA				
2.1.	Arame	Kg	1,00	4,50	4,50
2.1.1.	Prego	Kg	1,00	4,00	4,00
2.1.2.	Terra	m ³	0,50	35,00	17,50
2.1.3.	Tijolos10x20x20	unid.	200,00	0,40	80,00
2.1.4.	Tábuas 30cm	unid.	12,00	14,00	168,00
2.1.5.	Vara de aço CA 50 - Ø 3/16	unid.	16,00	4,00	64,00
2.1.6.	Vara de aço CA 50 - Ø 3/8	unid.	15,00	17,00	255,00
2.2.2.	Brita 1	m ³	1,00	47,00	47,00
2.2.3.	Areia	m ³	1,00	35,00	35,00
2.2.4.	Cimento Portland	50Kg	9,00	21,00	189,00
	SUBTOTAL				864,00
3.0.	INSTALAÇÕES (A COMPLETAR)				
4.0.	PAREDES E PAINÉIS				
5.0.	COBERTURA				
6.0.	ESQUADRIAS				
7.0.	REVESTIMENTOS DE PISO				
8.0.	REVESTIMENTOS DE PAREDE				
9.0.	REVESTIMENTO DE TETOS				
10.0.	RODAPÉS, SOLEIRAS E PEITORIS				
11.0.	FERRAGENS				
12.0.	VIDROS				
13.0.	TRATAMENTOS				
14.0.	ESTRUTURA/MADEIRAMENTO				
15.0.	PINTURAS				
16.0.	APARELHOS, ACESSÓRIOS E METAIS				
TOTAL GERAL:					864,00



ORDEM DE SERVIÇO

VILA:	SÃO BENTO	NºINSCRIÇÃO:	016	Nº SMH:
-------	-----------	--------------	-----	---------

CLIENTE:	A
ENDEREÇO:	RUA PROFESSOR PLÍNIO OLINTO, nº 292

Solicito a execução dos serviços relacionados abaixo, para o endereço já citado, referente ao projeto de “Melhorias Habitacionais” do “Programa de Aperfeiçoamento Profissional – PAP”, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RJ em convênio com a Unidade de Gestão APD-Rio:

SERVIÇO 01: Execução do cintamento da casa pelo nível mais alto (conforme projeto):

ESCOPO: Execução de cinta concreto armado de aproximadamente 43.00m lineares de comprimento (com seção de 10x30cm) sendo AS= 4 barras com diâmetro de 10mm e estribos com diâmetro de 5mm à cada 12.5cm.

VALORES: O valor estimado para o serviço acima citado é:
 TOTAL DO SERVIÇO: R\$ 745.60

SERVIÇO 02: Execução de complemento em alvenaria de tijolo cerâmico furado.

ESCOPO: 6.00 m²

VALORES: O valor estimado para o serviço acima citado é:
 • R\$ 12.39/ m² para execução de parede de alvenaria em tijolo furado de 1/2 vez.
 TOTAL DO SERVIÇO: R\$ 74.34

Valor total da mão-de-obra:

R\$ 819.94 (oitocentos e dezenove reais e noventa e quatro centavos)

DATA:	13/12/2002	PÁGINA:	
ARQ.RESIDENTE:	André Orioli	ASSINATURA:	
CREA ARQ.RESID:	RJ-148555/D	VISTO:	
ARQ.ORIENTADOR:	Laura Elza Gomes		



ORDEM DE SERVIÇO - MATERIAL

VILA:	SÃO BENTO	NºINSCRIÇÃO:	016	Nº SMH:
-------	-----------	--------------	-----	---------

CLIENTE:	A
ENDEREÇO:	RUA PROFESSOR PLÍNIO OLINTO, nº 292

Solicito a compra do material para a execução do quantitativo abaixo relacionado, para o endereço já citado, referente ao projeto de “Melhorias Habitacionais” do “Programa de Aperfeiçoamento Profissional – PAP”, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RJ em convênio com a Unidade de Gestão APD-Rio:

OBSERVAÇÃO:

O material solicitado será para execução de cintamento das alvenarias e complemento das mesmas a fim de obter seu nivelamento. Conforme projeto, o escopo de material necessário à execução do mesmo é de:

ESCOPO e VALORES:

Varas de Aço CA 50 – Ø 3/8	15 (quinze)	x R\$ 17.00	= R\$ 255.00
Varas de Aço CA 50 – Ø 3/16	16 (dezesseis)	x R\$ 4.00	= R\$ 64.00
Prego	1Kg	x R\$ 4.00	= R\$ 4.00
Arame	1Kg	x R\$ 4.50	= R\$ 4.50
Tábuas de 30 cm	12 (doze)	x R\$ 14.00	= R\$ 168.00
200 (duzentos) tijolos 10x20x20cm	200 unidades	x R\$ 0.40	= R\$ 80.00
Terra	1/2 m ³	x R\$ 35.00	= R\$ 17.50
Concreto FCK 15 Mpa - 1.44 m ³ sendo:			
Brita nº 1	1 m ³	x R\$ 47.00	= R\$ 47.00
Areia	1 m ³	x R\$ 35.00	= R\$ 35.00
Cimento Portland	9 sacos	x R\$ 21.00	= R\$ 189.00

Valor total:

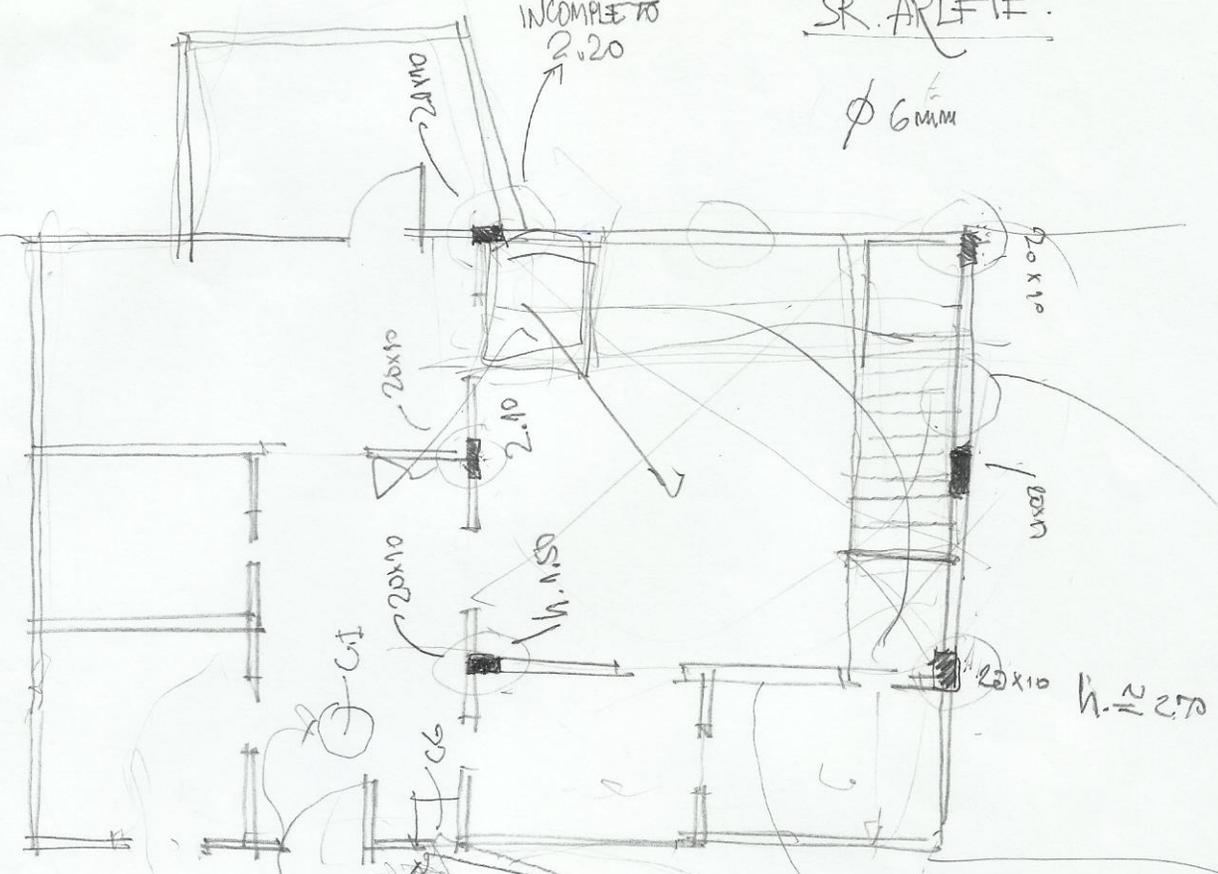
R\$ 864.00 (oitocentos e sessenta e quatro reais)

DATA:	21/03/2003	PÁGINA:	
ARQ.RESIDENTE:	André Orioli	ASSINATURA:	
CREA ARQ.RESID:	RJ-148555/D		
ARQ.ORIENTADOR:	Laura Elza Gomes	VISTO:	

SR. ARLETE.

Ø 6mm

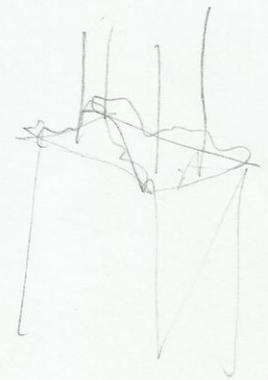
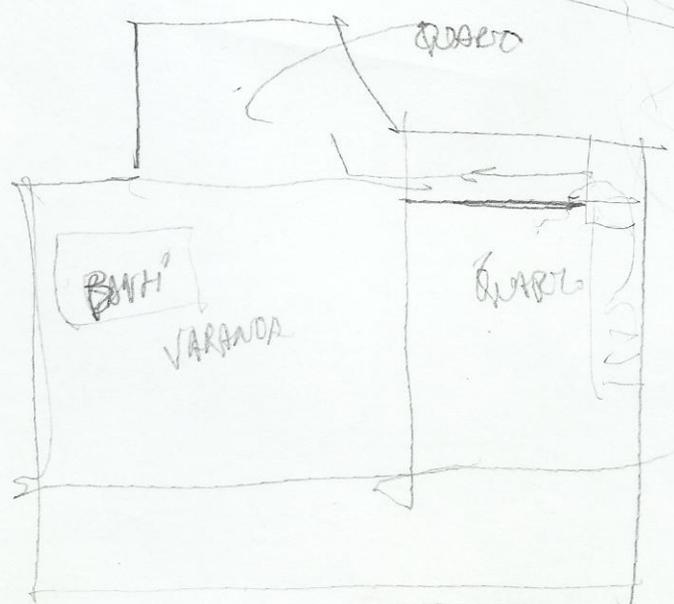
INCOMPLETO 2x20



TEM JICA

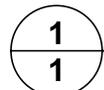
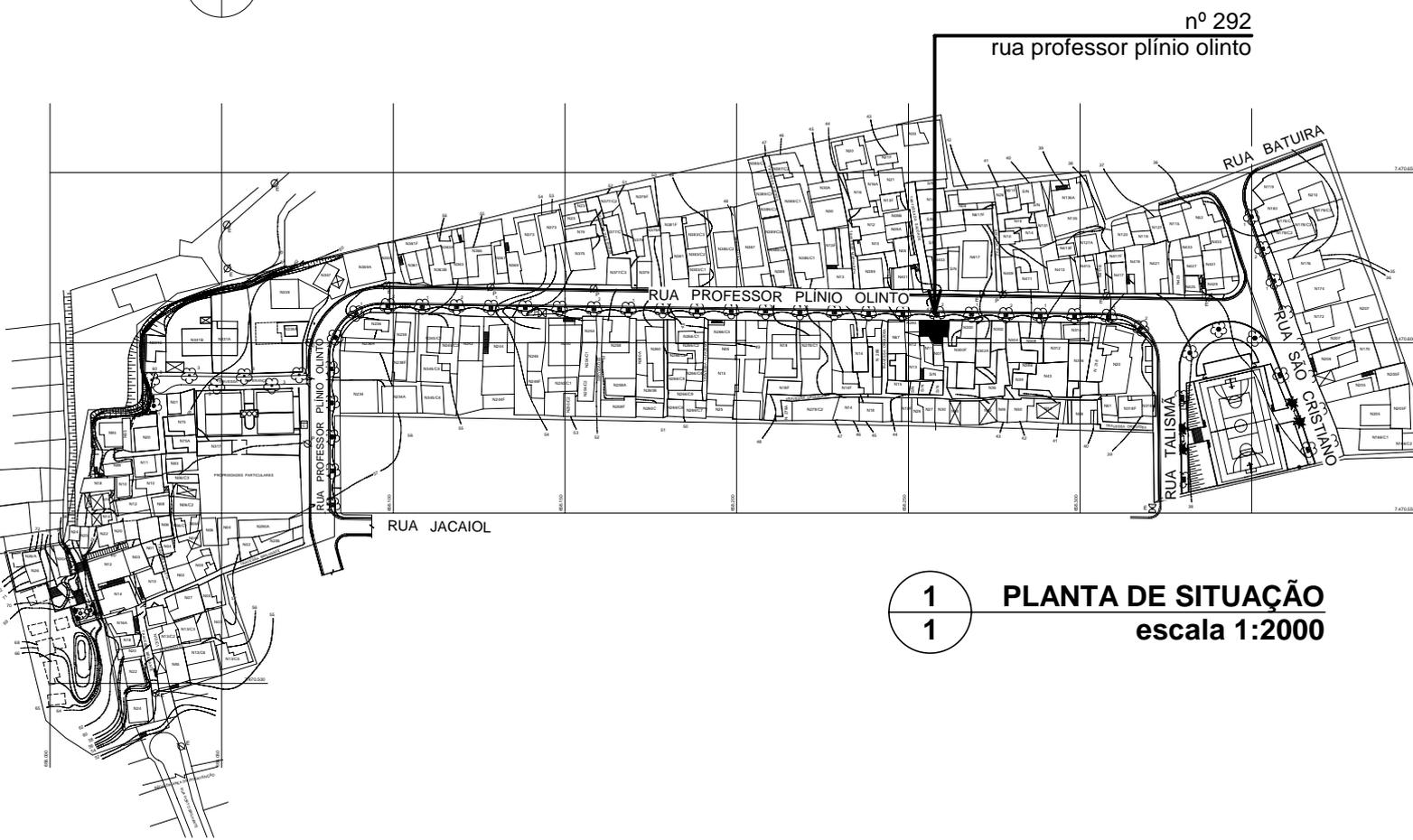
BATH
VARANDA

QUARTO





ventos dominantes: E / SE



1 PLANTA DE SITUAÇÃO
escala 1:2000



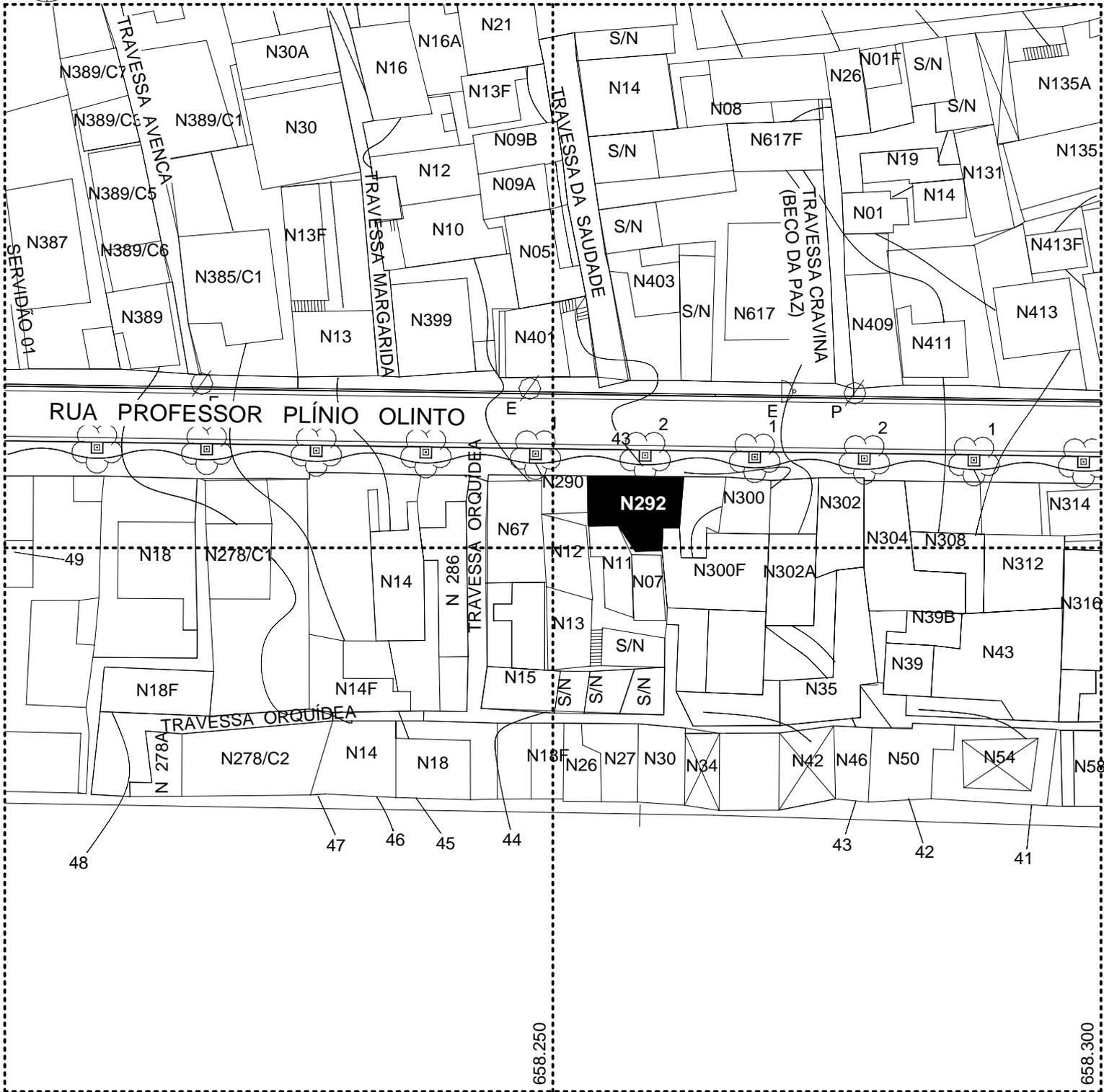
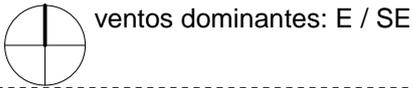
PLANTA DE SITUAÇÃO

ESCALA:
1:2000

DATA: 13/12/2002
ARQ.RESIDENTE: André Orioli
CREA ARQ.RESID.: RJ -148555/D
ARQ.ORIENTADOR.: Laura Elza Gomes

PÁGINA

ASSINATURA:
VISTO:



1 PLANTA DE LOCAÇÃO
1 escala 1:500

PLANTA DE LOCAÇÃO

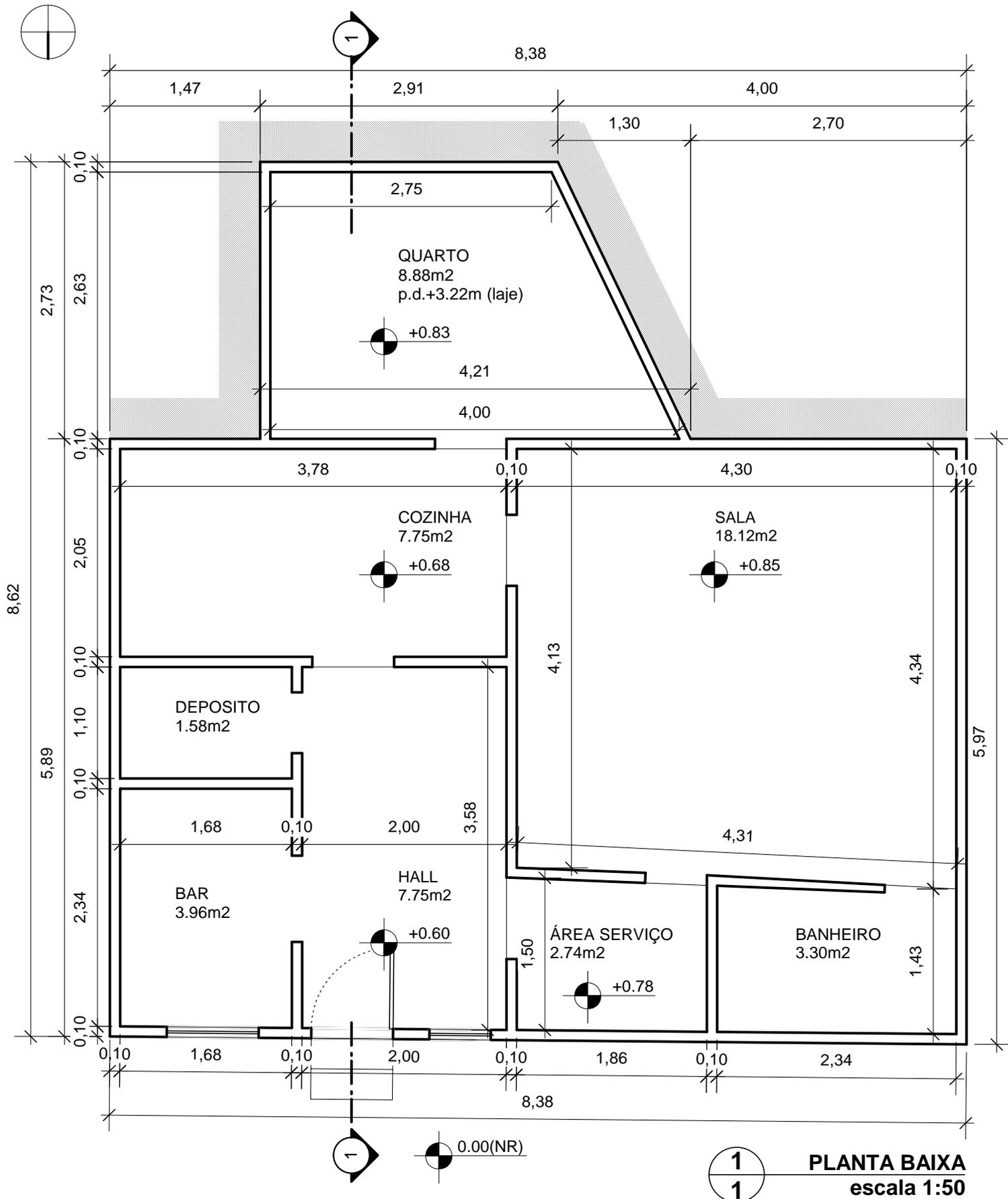
ESCALA:
1:500

DATA: 13/12/2002
ARQ.RESIDENTE: André Orioli
CREA ARQ.RESID.: RJ -148555/D
ARQ.ORIENTADOR.: Laura Elza Gomes

PÁGINA

ASSINATURA:

VISTO:



1 PLANTA BAIXA
1 escala 1:50



PLANTA BAIXA

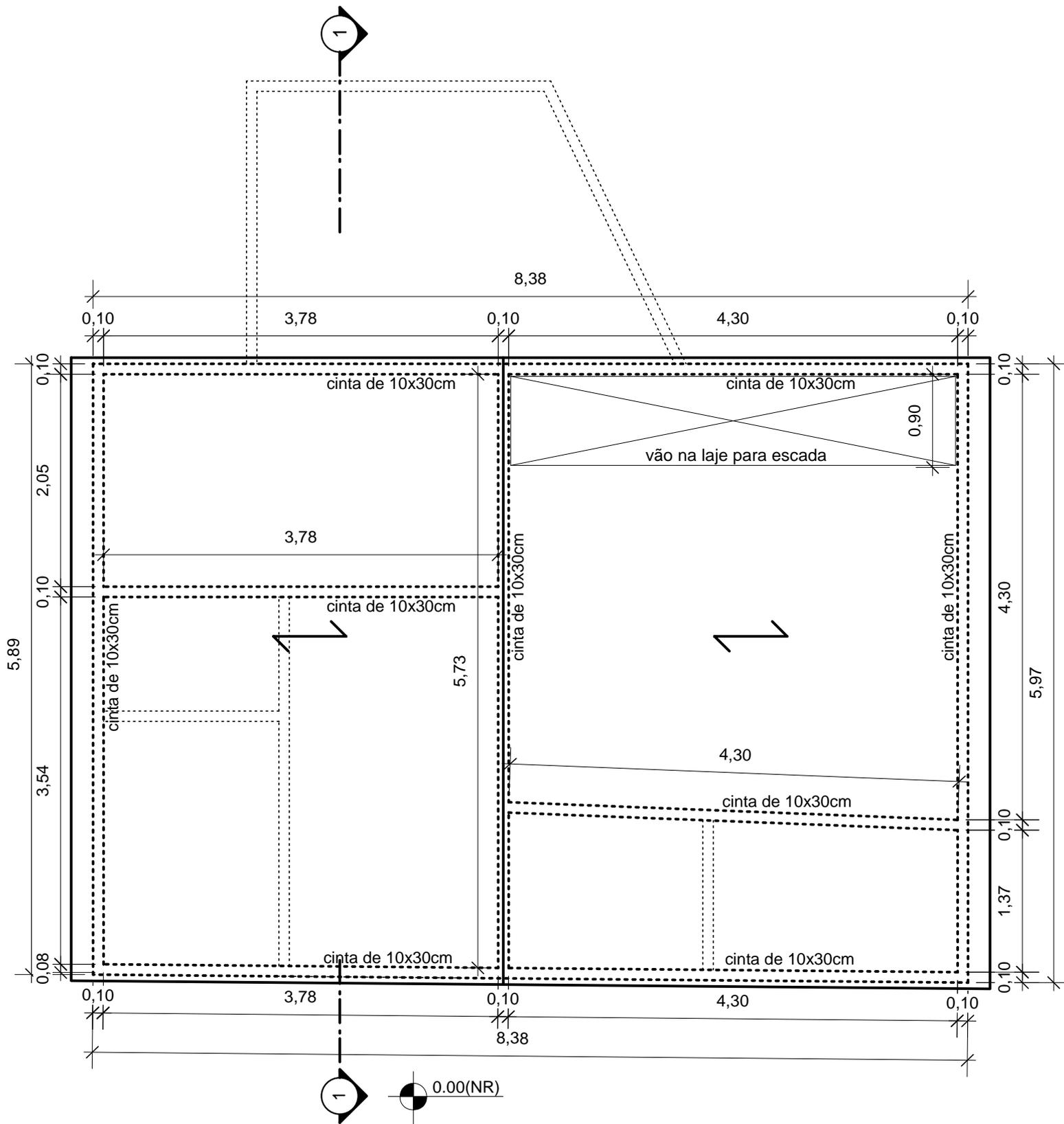
ESCALA:
1:50

DATA: 13/12/2002
 ARQ.RESIDENTE: André Orioli
 CREA ARQ.RESID.: RJ -148555/D
 ARQ.ORIENTADOR.: Laura Elza Gomes

PÁGINA

ASSINATURA:

VISTO:

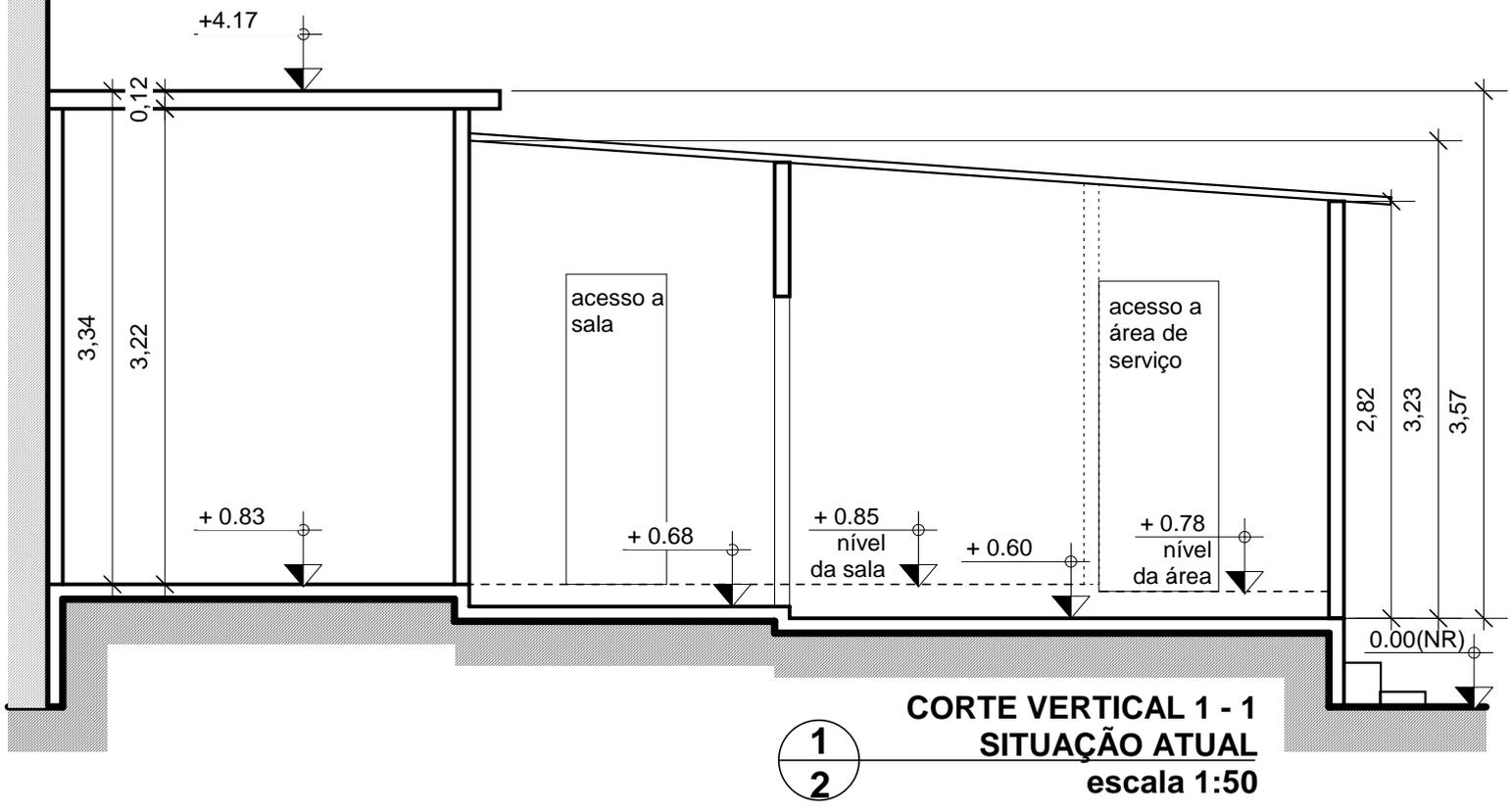


1 PLANTA DE COBERTURA
1 PROPOSTA - LAJE PRÉ-MOLDADA
 escala 1:50

PLANTA DE COBERTURA - PROPOSTA ESCALA: 1:50

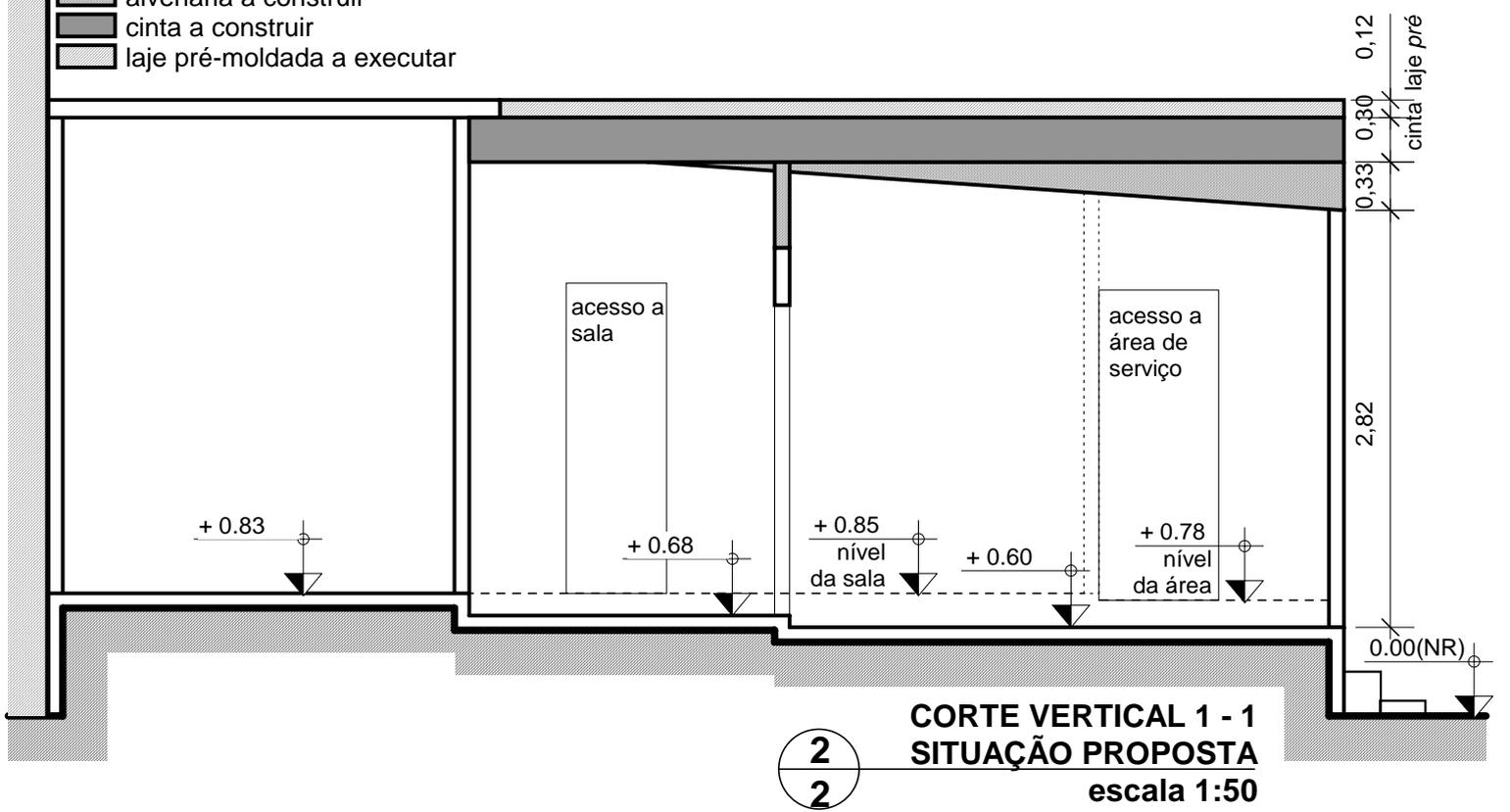
DATA: 13/12/2002	PÁGINA	ASSINATURA:
ARQ.RESIDENTE: André Orioli		VISTO:
CREA ARQ.RESID.: RJ -148555/D		
ARQ.ORIENTADOR.: Laura Elza Gomes		

PAP-BENTO-016-PLANTA COBERTURA.dwg



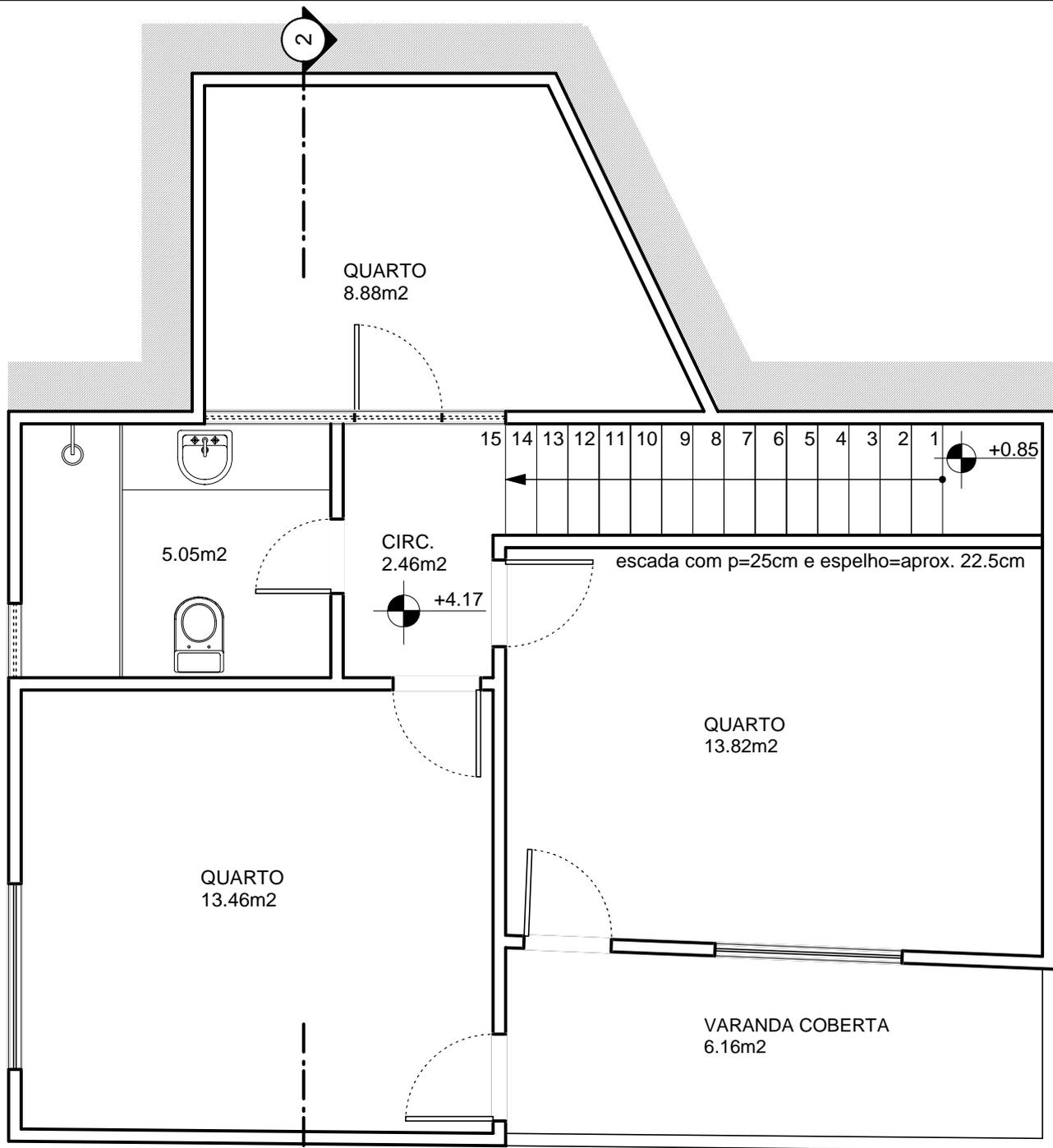
LEGENDA:

 alvenaria a construir
 cinta a construir
 laje pré-moldada a executar



 **CORTE VERTICAL 1 - 1** ESCALA: 1:50

PAP-BENTO-016-CORTE 1-1.dwg



OBSERVAÇÕES:

- todas as alvenarias do 2º pavimento devem ser construídas sobre as alvenarias já existentes no 1º pavimento que não devem ser retiradas em hipótese alguma.
- as janelas do banheiro e do quarto de 13.46m² estão abertas para o terreno do vizinho, devendo este consentir para que o mesmo seja feito. Caso contrário a janela do quarto pode ser aberta na fachada principal (desaconselhável por ser uma fachada norte). a do banheiro também pode ser aberta para norte utilizando o mesmo detalhe presente no corte 2.2 para o quarto dos fundos (de 8.88m² do 2º pav.)
- o nível +4.17m determinado em projeto deve ser nivelado a laje já existente; devendo ser conferido *in loco* prevalecendo o nível já existente.



**PLANTA BAIXA PROPOSTA
PARA O 2º PAVIMENTO
escala 1:50**



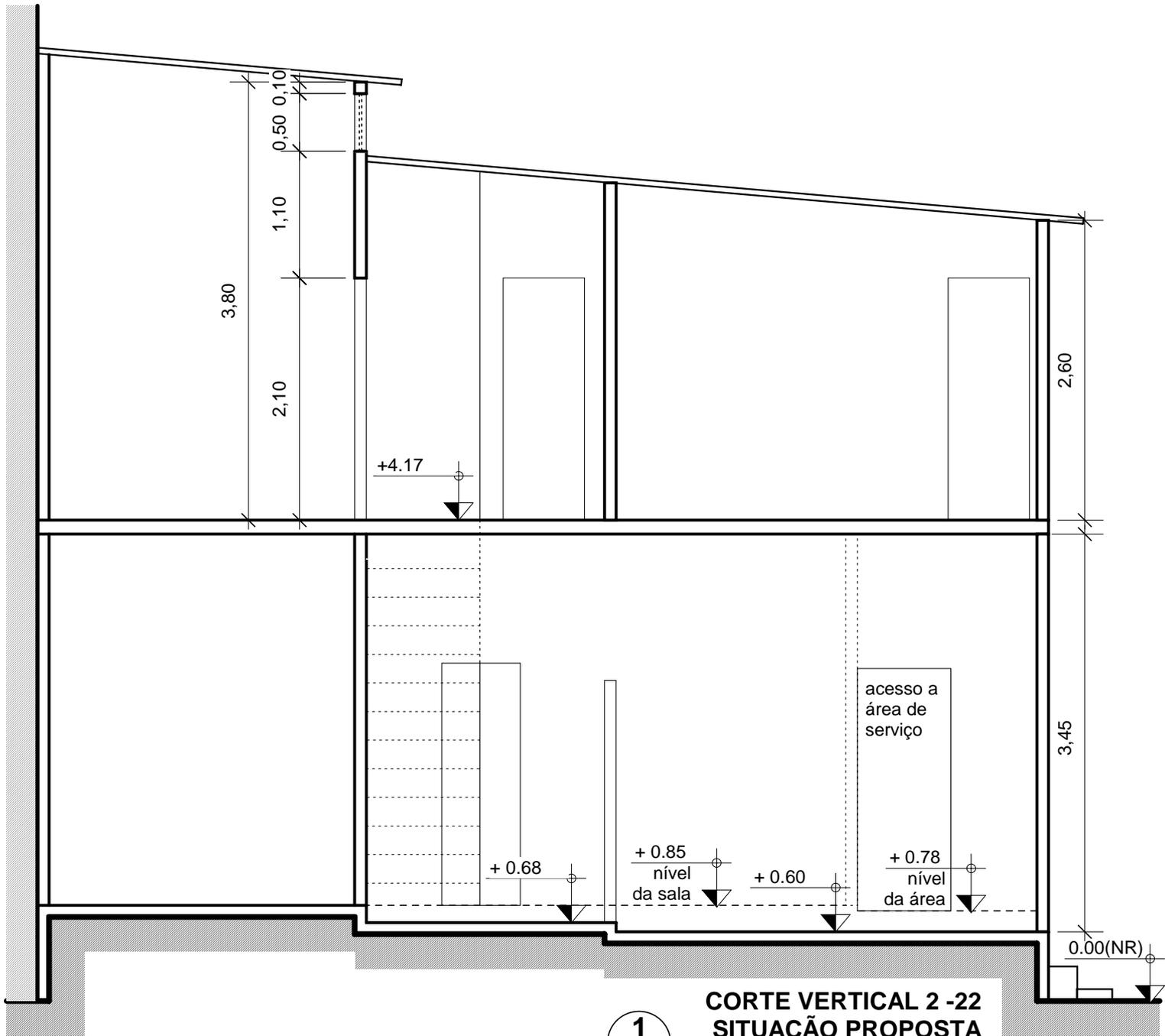
PLANTA BAIXA PROPOSTA PARA O 2º PAVIMENTO

ESCALA:
1:50

DATA: 13/12/2002
ARQ.RESIDENTE: André Orioli
CREA ARQ.RESID.: RJ -148555/D
ARQ.ORIENTADOR.: Laura Elza Gomes

PÁGINA

ASSINATURA:
VISTO:



1
2

CORTE VERTICAL 2 -22
SITUAÇÃO PROPOSTA
escala 1:50



CORTE VERTICAL 2 - 2

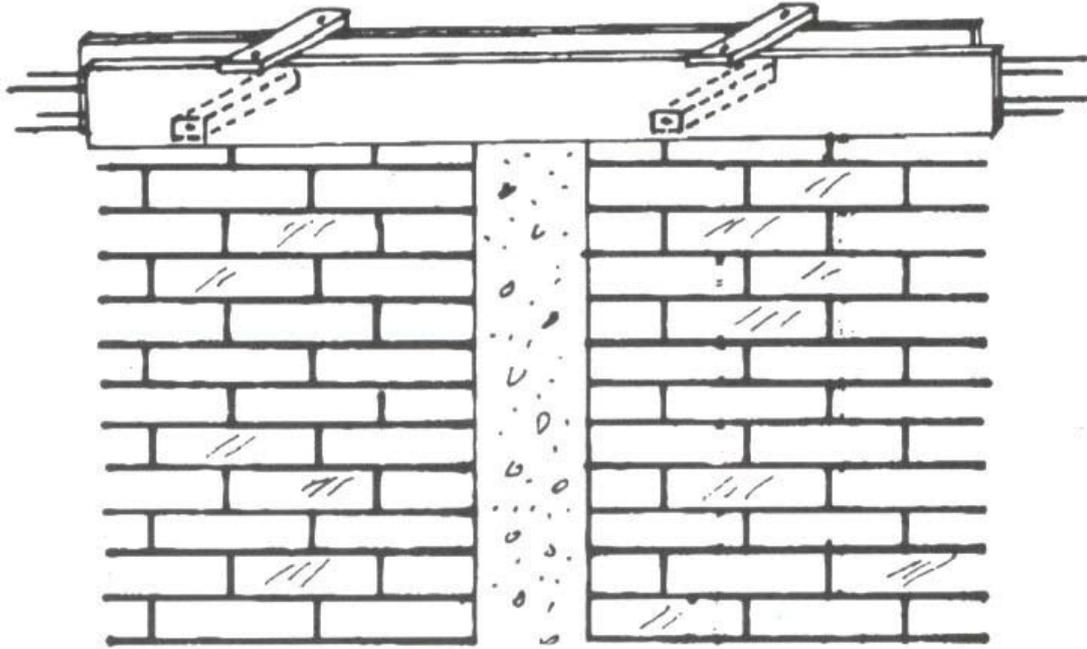
ESCALA:
1:50

DATA: 13/12/2002
ARQ.RESIDENTE: André Orioli
CREA ARQ.RESID.: RJ -148555/D
ARQ.ORIENTADOR.: Laura Elza Gomes

PÁGINA

ASSINATURA:

VISTO:

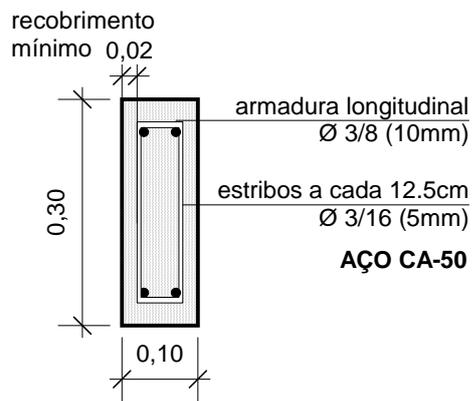


1
2

**DETALHE - PREPARO
CONCRETAGEM DA CINTA**
sem escala

TRAÇO DO CONCRETO

- 1 saco cimento (50 Kg)
 - 5 latas de areia
 - 6,5 latas de brita 1
 - 1,5 lata d'água (27 l)
- ESPECIFICAÇÕES:
Cimento CP 32
Lata de 18 litros
RENDIMENTO:
9 latas ou 0,16 m³



2
2

**DETALHE
SEÇÃO DA CINTA**
escala 1:10

